



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 35 - Nº 698 - DE 24 DE SETEMBRO A 7 DE OUTUBRO DE 2023 - R\$ 5,00

Na Assembleia Geral da ONU, a guerra na Ucrânia ocupou um lugar diminuto nos discursos teatrais. Ocultou-se a guerra comercial dos Estados Unidos com a China. Lula comportou-se como um idílico pacifista. Assim se passou porque a crise mundial avança, sem que as forças em confronto possam deter as tendências da barbárie capitalista. Somente o proletariado tem como derrotá-las com o programa da revolução social e com os métodos da luta de classes. A crise de direção se agiganta e põe à luz do dia os perigos da escalada militar. Cresce a responsabilidade da vanguarda com consciência de classe diante da tarefa de construir os partidos marxista-leninista-trotskistas e reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

PELO FIM DA GUERRA NA UCRÂNIA! POR UMA PAZ SEM ANEXAÇÃO E SEM NENHUMA IMPOSIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS E DE SUA ALIANÇA IMPERIALISTA!

**50
anos**

do golpe fascista no Chile

Construir o Partido Operário Revolucionário, seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI)



Quadro de agravamento da crise mundial

O problema fundamental se encontra na crise de direção

Uma sucessão de acontecimentos e um ritmo mais acelerado dão a dimensão, de um lado, das dificuldades de a burguesia em conter seus conflitos que se ampliam em toda parte e, de outro, da crise direção do proletariado. No epicentro da crise mundial, a guerra na Ucrânia, que adentra o décimo nono mês, continua vigente. A dissensão entre os Estados Unidos e a China, em vez de atenuar, se agrava. Na Europa, se estampa o cansaço com a guerra na Ucrânia e o descontentamento das massas que arcam com suas pesadas consequências sociais. Nos Estados Unidos, a população se opõe cada vez mais aos gastos bilionários, para sustentar a guerra na Ucrânia sem perspectiva de solução, emerge um importante movimento grevista e, nesse marco, se acirra a disputa eleitoral entre republicanos e democratas e se projetam os fatores da profunda crise econômica. Na África, golpes de Estado assumem características de rebeldia diante do imperialismo e se gestam tendências de guerra entre os próprios países oprimidos. Na Ásia, a escalada militar vem sendo impulsionada sob as condições de agravamento da guerra comercial. No Oriente Médio, as forças em conflitos se realinham motivadas pelos reflexos da guerra na Ucrânia e pelos choques econômico-comerciais entre Estados Unidos e China. Na América Latina, os governos democratizantes, moldados pela caricatura do nacional-reformismo, se mostram impotentes para amenizar as contradições do capitalismo em decomposição; e as variantes burguesas de direita e ultradireita trabalham para retomar a ofensiva perdida no último período.

Os Estados Unidos se movem como uma potência em declínio, que têm de sustentar a hegemonia alcançada após a Segunda Guerra, valendo-se de seu poderio militar e de sua aliança imperialista, que tomou forma com a guerra na Ucrânia, tendo como braço armado a OTAN, aliança que até certo ponto vem se estendendo à Ásia. A guerra na Ucrânia evidenciou a necessidade de as forças econômicas do imperialismo penetrarem, ampla e profundamente, no território da Eurásia, onde se assentava a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que se desintegrou dando origem a várias caricaturas de Repúblicas burguesas, e submeterem a Rússia que emergiu do processo de restauração capitalista. A guerra comercial que vem se desenvolvendo desde o Oriente, com a potenciação econômica da China, que também sucumbiu ao processo de restauração capitalista, por sua vez, evidenciou a mesma necessidade das forças econômicas do imperialismo de inviabilizarem uma nova potência concorrente, capaz de dirigir seus próprios negócios à margem dos ditames dos EUA.

A elevação da China, em meio às relações capitalistas de produção e distribuição, à condição de potência econômica vem alterando a ordem mundial do pós-guerra e colidindo com a hegemonia norte-americana. Não por acaso, a Rússia e a China, cujas revoluções proletárias haviam aberto um caminho de transição do capitalismo ao socialismo e cujos processos de restauração voltaram a subordiná-las ao funcionamento econômico e ao mercado capitalista, estão obrigadas a se confrontar com a aliança imperialista, que expressa a hegemonia norte-americana.

Não bastou reincorporar a Rússia e a China ao capitalismo. Isso porque não lhes cabe um lugar de independência na esgotada partilha do mundo, partilha da qual a URSS participou na Segunda Guerra, sob a política de Stalin, e com a qual se consolidou a hegemonia norte-americana, que se voltou a promover a "Guerra Fria" para destruir a URSS. Os choques de interesses entre as velhas potências também se recompuseram, basta ver a formação da União Europeia, o rompimento da Inglaterra pelo Brexit e a atual situação de decomposição do continente. A aliança europeia montada pelos Estados Unidos contra a Rússia, motivada pela guerra na Ucrânia, não se

mantém livre de contradições e divergências. Não é pacífica a diretriz de estender a OTAN para a Ásia e montar o cerco contra a China. No fundo, a crise mundial se agrava com a potenciação de várias linhas de conflitos, que se estendem nos continentes e convergem na situação para o confronto dos Estados Unidos com a China e a Rússia.

As forças produtivas voltaram a se colocar em choque aberto com as relações de produção capitalista e com a divisão do mundo em fronteiras nacionais. O processo de restauração e a liquidação da URSS resultaram em uma vitória do imperialismo contra a transição do capitalismo ao socialismo. Mas é também uma vitória transitória, que somente a luta de classe do proletariado vai determinar o quanto vai durar.

Está absolutamente claro que as derrotas da classe operária, principalmente desde os anos de 1970 a 1990, contribuíram para o avanço da barbárie capitalista, que dará passos ainda mais obscurantista, se os explorados não se reorganizarem, construirão os partidos revolucionários e reconstruirão o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

A recente Assembleia Geral da ONU atestou o enfraquecimento da hegemonia dos Estados Unidos. A China e a Rússia praticamente desconhecaram a sua importância, sabendo que não haveria nenhuma resolução que assinalasse um caminho para acabar com a guerra na Ucrânia, arrefecer a guerra comercial e reverter a escalada militar. O pronunciamento de Biden não teve a menor importância, uma vez que repetiu o apoio à Ucrânia, mas os republicanos não estavam dispostos a recepcionar Zelensky como fizeram os democratas em dezembro. O discurso de Lula passou ao largo da guerra. Zelensky pediu mais apoio e reiterou as denúncias à Rússia, e lamentou ter sido enganado pelo acordo de 1994 que tirou da Ucrânia o arsenal nuclear. A surpresa surgiu com o anúncio da Polônia que não está mais disposta a enviar armas para a Ucrânia. Repercutiu a revelação da manutenção do veto da Hungria, Eslováquia e Polônia à compra de grãos ucranianos, que passaram a inundar os seus mercados e a atingir as suas agriculturas.

A contraofensiva planejada pelos generais ucranianos era a esperança do imperialismo. Se ameaçasse as posições russas, então a Ucrânia estaria em condições de receber mais armas e financiamento como garantia de impor a Putin um acordo. Uma vez que fracassou, fortaleceu um setor do imperialismo que questiona os gastos bilionários sem resultados, a não ser o prolongamento da guerra. Zelensky apelou referindo-se a uma possível vitória da Rússia. Os reverses da resistência ucraniana tem se tornado cada vez mais duros para manter a projeção internacional da conflagração.

Na Cúpula do G-20, Biden teve de admitir uma quase omissão da questão ucraniana no comunicado final, caso contrário nem haveria. A China pôde tranquilamente ignorar o G-20. O que ficou substanciado foi o resultado da cúpula do Brics, que foi ampliado como pretendia Xi Jin Ping. Nenhuma dessas organizações internacionais tem conseguido apaziguar as forças econômicas, políticas e militares que vêm expressando a decomposição do capitalismo.

A classe operária, os demais trabalhadores e a sua vanguarda combativa não podem se sujeitar à diretriz de nenhuma dessas forças. Têm pela frente o objetivo de protagonizarem a luta de massa e conquistarem posições de independência de classe. As conquistas programáticas do proletariado mundial são indestrutíveis. Sobre a base do programa da revolução social, os explorados reagirão ao curso da crise mundial e em particular à guerra. Pelo fim da guerra na Ucrânia! Por uma paz sem anexação!

Primeiras condenações

Significado político

Os inquéritos e o processo penal sobre os presos responsabilizados pela ocupação da Praça dos Três Poderes, no dia 8 de janeiro de 2023, entraram na fase de julgamento. Foram condenados os primeiros três réus: Aécio Lúcio Costa Pereira e Matheus Lima de Carvalho Lázaro arcaram com 17 anos de prisão; e Thiago de Assis Mathar, 14 anos. Foram acusados por associação armada criminosa, tentativa de golpe de Estado, de abolição do Estado Democrático de Direito, danos ao patrimônio da União e deterioração de patrimônio tombado.

Em consequência dos atos do dia 8 de janeiro, foram presos em flagrante 2.151 manifestantes; 745, liberados imediatamente e, finalmente, continuaram detidos 251, sendo 66 mulheres e 185 homens. Esse detalhe numérico é importante porque mostra o caráter massivo da ocupação da Praça dos Três Poderes. O fato de ter sido controlado e reprimido não significa que não houve uma tentativa de impedir a posse de Lula, e, portanto, um golpe de Estado. Desde o primeiro momento, ficou claro que se tratou de uma aventura grosseira.

Os processos e as condenações foram revestidos de caráter judicial, mas na realidade se trata de uma resposta política a uma ação política. Não se pode esvaziá-los desse conteúdo. E é nesse terreno que se deve tomar uma posição política.

O ponto de partida se encontra no caráter de massa da ocupação da Praça dos Três Poderes. O que se configurou como um movimento destinado a impedir a posse de Lula. As considerações sobre seu fracasso passam a um plano secundário. As autoridades judiciais e policiais foram encarregadas de enquadrá-lo no Código Penal. Antes, porém, houve um julgamento político. As autoridades do Congresso Nacional, do Executivo e do Judiciário se uniram e se manifestaram em uníssono contra a tentativa de golpe e em defesa do Estado de Direito. Mas, ocultaram as forças ou parte das forças que criaram as condições políticas para que se chegasse a tamanho disparate refletido em ações coletivas caóticas, próximas ao vandalismo.

Em meio à contestação desnorteada, houve a tentativa de uma ação terrorista, cujo responsável pela explosão abortada em algum lugar do aeroporto, recentemente foi preso. A turba que marchou livremente para invadir o Palácio do governo não pode ser tratada fora dos marcos políticos, cujos antecedentes são anteriores ao momento eleitoral. Jair Bolsonaro na condição de Presidente e seu núcleo governamental, marcadamente militar, combateram o tempo todo a utilização das urnas eletrônicas. Mesmo perdendo no Congresso Nacional a proposição de volta às urnas tradicionais, continuaram com a campanha de ataque ao processo eleitoral.

Um agrupamento empresarial poderoso amparou as posições golpistas de Bolsonaro, bem como ao seu lado parlamentares e governantes. O que possibilitou as manifestações bolsonaristas de 7 de setembro sob a bandeira de intervenção militar. É nesse terreno que, em contraposição, se conformou o movimento burguês Pela Democracia e Estado de Direito. Assim, se expôs uma fratura no interior da burguesia e de suas instituições.

Bolsonaro e seu grupo de militares e policiais não puderam armar o golpe diante da profunda divisão interburguesa e do não apoio do imperialismo. A conspiração e maquinações no núcleo do poder governamental, para ir adiante com um levante golpista, se depararam com uma resistência mais forte que a capacidade

das forças alinhadas com a estratégia do golpe. As Forças Armadas não estavam suficientemente unidas e voltadas ao impedimento da posse de Lula.

Na cúpula da sedição, houve uma retração, mas nas bases da ultradireita radicalizada o impulso estava amparado pelos acampamentos e pelas ações contestatórias, sendo a mais importante os bloqueios de estradas em todo o País pelos caminhoneiros. Pouco antes do dia 8 de janeiro, por sua vez, uma marcha de protesto em Brasília resultou em bloqueios, queima de veículos e tentativa de invasões. Foi uma demonstração de que o acampamento em frente ao QG do Exército tinha um objetivo maior do que um simples protesto passivo. Os acontecimentos evidenciaram o comprometimento do governador do Distrito Federal e de altas autoridades policiais e militares. Não houve, portanto, como descaracterizar o movimento de 8 de janeiro de seu caráter golpista.

As primeiras condenações tiveram como prova o atentado contra o “Estado Democrático de Direito”. O que configura a existência de um golpe fracassado e, portanto, um julgamento político. Mas, a turba que invadiu o prédio, quebrando o que via pela frente, não constituiu a força propulsora do golpe. Não se tratou de uma rebelião popular contra a vitória de Lula, mas de uma articulação de aparato golpista.

As autoridades judiciais selecionaram três casos, sob o argumento de provas irrefutáveis, para aplicar a pesada condenação. Quem são os três réus? Não são ninguém diante do aparato que organizou, desde o cume do Estado, o movimento de contestação da vitória eleitoral de Lula. Os próprios analistas da imprensa burguesa tiveram de assinalar que o processo deve chegar aos empresários financiadores, militares e policiais que foram “omissos” ou “coniventes”.

A questão está em explicar por que o STF não começou pelo julgamento do ex-presidente da República, do núcleo militar de seu governo, dos militares, dos policiais, dos empresários e parlamentares. Bolsonaro sequer foi indiciado. Sabe-se, no entanto, que foi o pivô da movimentação golpista. Como a política comparece subordinada à formalidade judicial, o STF começou pela seleção de três tontos que se deixaram levar pela política da ultradireita. Foi uma condenação exemplar. Esse foi o sentido das duras penas, que, no fundo, esvazia o seu conteúdo político e aplaina o caminho para arrefecer a crise instalada no poder do Estado, que envolve os poderes da República e, em particular, as Forças Armadas.

É preciso considerar que a divisão burguesa pendeu a favor de preservar a democracia devido à retração das lutas operárias e camponesas das últimas décadas e à possibilidade de a burguesia manter a política de conciliação de classes, encarnada pelo PT, por aliados de esquerda e pelas direções sindicais e populares.

A tentativa de golpe foi um sintoma das profundas contradições do capitalismo que se decompõe e da incapacidade da burguesia de estabelecer um caminho progressivo de soluções. Como sintoma, expôs a potenciação da política burguesa de ultradireita, que encontra na classe média um terreno fértil para

prosperar. Não será com espetacularização judicial e com algumas condenações que as forças burguesas, no momento, apegadas à democracia, deixarão para trás a ultradireita e, em especial, a sua ala fascizante.

Via de regra se procura ocultar ou obscurecer que a ultradireita e sua expressão mais alta, o fascismo, se gestam no interior da burguesia, do seu Estado e, portanto, da sua democracia. As condenações de bolsonaristas podem ser exemplares, mas não se contrapõem às tendências profundas de a burguesia recorrer à política de ultradireita para responder às situações de crise aguda do capitalismo.

É preciso considerar que a divisão burguesa pendeu a favor de preservar a democracia devido à retração das lutas operárias e camponeses das últimas décadas e à possibilidade de a burguesia manter a política de conciliação de classes, encarnada pelo PT, por

Bolsonaro e seus generais não têm explicação

Libertar a classe operária e os demais trabalhadores das disputas interburguesas

Esperava-se mais informações confidenciais do tenente-coronel Mauro Cid Solto nas condições de ter exposto à Polícia Federal uma parte do que sabe sobre a recepção de joias presenteadas pelo governo da Arábia Saudita ao ex-presidente Jair Bolsonaro e a tentativa de venda às ocultas nos Estados Unidos, o ajudante de ordem da presidência da República confirmou uma relação típica de quadrilheiros.

Para auferirem altos valores, chegaram ao ponto de envolver o general da reserva Mauro Lourena Cid, pai de Cid. A partir das transações com as joias, a investigação revelou que o ajudante de ordem movimentou em três anos altos recursos (R\$ 8,4 milhões), muito acima de seus ganhos. E que administrou em sua conta bancária recursos de Bolsonaro, no valor de R\$ 2,3 milhões. O general, pai de Cid, é parte desse emaranhado financeiro.

Sabe-se que o núcleo familiar do ex-presidente tem tudo para estar envolvido. Os antecedentes do processo das “rachadinhas” na Câmara Estadual do Rio de Janeiro marcaram fundo os seus negócios escusos e criminosos.

Mauro Cid está ainda envolvido em duas outras acusações: a de promover a falsificação do cartão de vacina e a de participar no esquema digital para incentivar o movimento golpista. Nesse percurso, pouco antes da soltura de Cid, o hacker Delgatti Neto, fez um depoimento na CMPI do Golpe envolvendo Bolsonaro, militares e partidários bem próximos. Não há como não reconhecer que o ex-presidente está implicado nos crimes de corrupção e na conspiração golpista. Cid acaba de revelar a conspiração golpista no seio do governo, envolvendo militares de alta patente.

Não se trata, como se vê, apenas de um personagem. Há uma teia de acontecimentos e relações que implicam governo, militares, policiais, parlamentares e empresários. A separação dos casos é uma forma de atenuar a crise política e encontrar uma forma de apaziguar os ânimos, sem que pareça impunidade e fraqueza. É o que o ministro da Defesa, José Múcio, acenou com a explicação de que não se trata das Forças Armadas, mas tão somente de alguns militares que compunham o governo Bolsonaro.

Lula foi processado, levado à prisão de forma espetacular e ficou confinado por 1 ano e 7 meses, sem que o juiz Sérgio Moro e o procurador Deltan Dallagnol da Operação Lava Jato conseguissem provas incontestáveis. Lula foi libertado e a Lava Jato, finalmente, execrada pelo STF. Dallagnol teve seu mandato parlamentar cassado. E Moro se equilibra na corda bamba. O ministro do STF, Dias Toffoli, acaba de isentar Lula de qualquer crime. Mas, o STF não só não fez absolutamente nada para impedir a caminhada da Operação Lava Jato como a acobertou. Não foi por falta de “saber jurídico”. A situação política caracterizada pelo golpe institucional de 2016 ditou a conduta do sistema judicial.

aliados de esquerda e pelas direções sindicais e populares. No momento, a vigência das relações políticas, que se apoiam na baixa da luta de classes, é a melhor via para o grande capital nacional e o imperialismo garantirem seus negócios e dirimirem seus conflitos.

Os explorados não devem se iludir com o palavreado sobre a democracia. Não devem acreditar que a condenação de um contingente de golpistas representa o fortalecimento da democracia como instrumento de poder favorável a solucionar os terríveis sofrimentos sociais da maioria oprimida. Somente a classe operária, organizada independentemente, unida e em luta por seu programa e estratégia próprios, estando na direção da maioria explorada, pode esmagar as tendências fascizantes. No curso da luta, não se deterá diante da democracia burguesa, avançará para pôr abaixo o Estado burguês e transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social.

Não se pode ignorar que a Operação Lava Jato foi um componente político de grande importância para convencer a população de que o impeachment era o santo remédio para acabar com a “corrupção sistêmica”, impulsionada pelos governos petistas. Há um vínculo indissolúvel entre a Lava Jato, o golpe institucional, a prisão de Lula, o fracasso do governo ultradireitista de Bolsonaro e militares, o aprofundamento da crise econômica e política, e a decisão do STF de reabilitar Lula, execrar a Lava Jato e de não atacar diretamente a desventura que envolve Bolsonaro. A revelação de Cid de que a minuta que orientava o golpe foi discutida no alto comando militar e que o Almirante Almir Garnier, até então comandante da Marinha, estava a favor de impedir a posse de Lula e manter Bolsonaro na presidência, apenas consolida o reconhecimento de que esteve em marcha no país uma conspiração golpista.

A ressalva que se procura fazer pelo próprio governo Lula de que graças às Forças Armadas se preservou a democracia, apesar de alguns de seus membros contribuírem com o golpismo, fraudada a realidade. Se é certo que as Forças Armadas não se movimentaram rumo ao golpe, o motivo dessa conduta não foi o resultado da defesa da democracia, mas sim porque a burguesia estava dividida, sendo que uma fração do grande capital se colocou contra a solução autoritária para a crise política, e o próprio imperialismo desaconselhou que se recorresse a via do impedimento da posse de Lula.

As manifestações golpistas que culminaram com o 8 de janeiro não passaram de uma conspiração fracassada, devido à divisão interburguesa e os perigos de um levante da parcela da população que deu vitória a Lula. Agora, o governo, as Forças Armadas e as demais instituições procuram selecionar alguns responsáveis para esconder das massas que a tentativa de golpe resultou do longo processo de crise política, que vem ser agravando desde as manifestações de 2013 e o golpe institucional de 2016. Crise essa que não foi debelada e que tende a se elevar a um patamar mais alto.

Os explorados vêm fazendo a experiência com as múltiplas variantes da política burguesa, e, principalmente, com os polos da ultradireita e da centro-direita, bem como com a diminuição da importância da esquerda burguesa e pequeno-burguesa. A subordinação das direções sindicais, do movimento camponês e popular tem dificultado os explorados de reagir às contrarreformas, pobreza, miséria e fome.

As disputas interburguesas continuam a pressionar o proletariado a não se levantar em defesa de seu programa e com seus métodos e democracia próprios. A luta da vanguarda com consciência de classe - voltada a ajudar os trabalhadores

a romperem a camisa de força das variantes burguesas de dominação, que, no momento, se identificam com a elevação da política que conforma o governo de frente ampla e o rebaixamento da política da ultradireita fascizante – tem como diretriz a bandeira de oposição revolucionária ao governo Lula.

Essa linha permite orientar a maioria oprimida a se libertar das disputas interburguesas e das diretrizes de conciliação de classes, desenvolvidas pelas direções sindicais corrompidas pela política burguesa.

Motivos e significado da volta do imposto sindical

O governo Lula se colocou pela manutenção da reforma trabalhista. Nada de conflito com os capitalistas e com o Congresso Nacional. A ditadura civil de Michel Temer, que se instalou depois do impeachment de Dilma Rousseff, impôs a contrarreforma, e assim deve se perpetuar. No barco da reforma antioperária de Temer, em 2017, o Congresso Nacional embarcou na extinção do antigo imposto sindical, instituído no governo nacionalista de Getúlio Vargas. Esse foi o castigo que recaiu sobre a burocracia sindical por não ter lutado para derrubar a reforma trabalhista.

Naquele momento, os parlamentares vinculados ao sindicalismo de colaboração de classes procuraram negociar uma saída intermediária, que evitasse a extinção do imposto, que conferia milhões e milhões aos sindicatos, federações, confederações e centrais. Mesmo tendo à frente o então deputado Paulinho da Força, do partido Solidariedade, o mais notório traidor dos trabalhadores e corrompido até a medula, as forças que emergiram no golpe de Estado de 2016 não estavam dispostas a negociar nada com os derrotados. Mesmo que Paulinho tenha se alinhado aos golpistas, não conseguiu demover os promotores da reforma trabalhista a fazer uma concessão ao imposto sindical.

Os parlamentares do PT e aliado bem que tentaram encontrar um caminho para deixar à margem da reforma trabalhista a fonte de manutenção da gigantesca casta de burocratas. As direções sindicais se curvaram à implantação da reforma trabalhista sob o governo de Jair Bolsonaro, que deu mais um passo nas contrarreformas com as alterações na Previdência. Pacientemente, os burocratas aguardaram uma mudança na situação política que permitisse a um novo governo recolocar a questão do imposto sindical. O melhor dos horizontes se abriu com a derrocada de Bolsonaro e a emersão de Lula. A burocracia sindical, nas suas mais distintas vertentes à direita liberal e à esquerda reformista, em nome da democracia, se uniu e passou a cumprir a função de esteio do novo governo de frente ampla.

Reorganizadas as forças políticas oligárquicas, tornou-se possível ao ministro do Trabalho, Luiz Marinho, ex-sindicalista carreirista e ex-deputado pelo PT, elaborar um projeto de Lei (PL) que reabilita o imposto sindical. Diante da reação de portavozes da burguesia, o ministro argumentou que não se trata de mesmo imposto derrubado na reforma trabalhista. A resposta veio no sentido de afirmar que Lula não estaria mexendo na reforma de Temer, mas procurando reaver a capacidade financeira das organizações sindicais. Segundo o ex-metalúrgico, que conseguiu um invejável currículo na política burguesa, “uma democracia forte precisa ter um sindicato forte”.

Nesse pedido de Marinho, exortando a compreensão e cooperação dos capitalistas, dos partidos e dos parlamentares para com o projeto de Lei reside a essência da questão política. Longe de qualquer cálculo de fortalecimento dos sindicatos para enfrentar a luta de classes com os exploradores, trata-se de manter o enorme aparato burocrático montado após o fim da ditadura militar e voltado a promover a conciliação de classes.

Nesse mesmo sentido, o PT passou a ser um instrumento de grande importância para a vigência da democracia burguesa. Em torno às teses petistas e ao caudilhismo de Lula, se sedimentou a vasta burocracia sindical, principalmente a sua fração vinculada

às multinacionais (sindicato metalúrgico do ABC/CUT) e aos empresários nacionais (sindicato metalúrgico de São Paulo/Força Sindical).

A eliminação do imposto sindical golpeou as finanças do sindicalismo de aparato e de auxiliar da política burguesa. As forças políticas dominantes foram claras quando aproveitaram a reforma trabalhista para extinguir a fonte de financiamento da casta burocrática: diminuir a sua capacidade de influenciar nas eleições, valendo-se das organizações sindicais fartas em recursos. Essa questão volta à luz do dia diante da reconstituição do imposto sindical com uma nova roupagem.

As direções sindicais acharam um atalho que foi instituir uma contribuição assistencial para sustentar o funcionamento do pesado aparato burocrático. Recentemente, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou procedente esse recurso, que serviu para contornar o fim do imposto sindical. Trata-se de uma vitória legal que ajuda na promoção do projeto de Lei do governo Lula.

Como se vê, as relações políticas na cúpula do poder do Estado vão se ajustando, para reparar o radicalismo da liquidação pura e simples do imposto sindical. Tudo indica que se alcançará algum acordo. Tudo indica que existe uma “compreensão” de que é preciso atender ao pedido das direções sindicais de dar alguma folga financeira à queda abrupta da arrecadação.

O imposto sindical se distingue da contribuição voluntária dos sindicalizados. O montante perdido com a reforma trabalhista foi de um dia de trabalho por ano, que, segundo cálculos, corresponde a cerca de 0,25% do recebimento anual. O projeto de Marinho, que as direções sindicais chamam de “contribuição negocial”, ou então “contribuição assistencial”, prevê o recolhimento de até 1% do salário anual, a ser determinado pela assembleia, no momento em que os sindicatos e o patronato realizam os acordos coletivos de trabalho. No caso de se atingir o teto de 1%, também segundo cálculos, o trabalhador estaria contribuindo quatro vezes mais que o extinto imposto sindical. É claro que esse critério foi montado para ser negociado no Congresso Nacional. A União Geral dos Trabalhadores (UGT) acha que está bem assim. A Central dos Trabalhadores Brasileiros (CTB) avalia que não é necessário tanta “rigidez”.

Os sindicatos mais poderosos que conseguem impor a taxa negocial tiveram uma perda menor. É o que se informa no caso do sindicato metalúrgico do ABC, que se utiliza das negociações salariais (PLR etc.) e conta com uma quantidade de filiados maior que a dos demais sindicatos. Mas, evidentemente, esse núcleo duro da burocracia sindical tem todo interesse em reaver a perda de 20% com o fim do imposto sindical, e, melhor ainda, se aumentar a sua receita.

A questão não se limita a sindicatos individualizados. As centrais, confederações e federações estão sedentas de mais dinheiro. Está, portanto, em fase de negociação o PL que restitui o imposto sindical renovado. A forma e o montante a ser arrecadado do novo imposto, de fato, somente se torna fundamental se se evidenciar seu conteúdo político. Nenhum trabalhador de sã consciência pode reprovar que os sindicatos tenham meios para organizar e sustentar a luta em defesa das condições de trabalho e de existência dos assalariados. A burguesia e seu Estado, ao

contrário, se pudessem, acabariam com as organizações sindicais. Como não podem chegar a esse ponto, tudo fazem para reduzir ao máximo as condições materiais de existência dos sindicatos. Isso, de um lado, de outro estabelecem leis e regras que os tornam dependentes do Estado e da política burguesa.

Quando Getúlio Vargas criou o imposto sindical, não foi para dar condições ao movimento sindical de se erguer contra a exploração da força de trabalho. Seu objetivo se concentrou na política de estatização e controle político das organizações sindicais, bem como se valer desse poder sobre os trabalhadores para impor a governabilidade a setores do próprio capital. Já que os sindicatos são uma criação histórica que não pode ser destruída, então o melhor a fazer para o bem da dominação burguesa é estatizá-los e submeter suas direções às determinações da política vigente. Quanto mais se consolida uma casta burocrática de dirigentes e quanto mais os sindicalistas se corrompem no uso do aparato sindical, melhor para a continuidade do regime de exploração do trabalho e para a garantia de alta lucratividade patronal. Se não há como eliminar os sindicatos, há como esvaziá-los de seu classismo e de sua força revolucionária de confrontação com a burguesia e seu Estado.

O imposto sindical cumpriu perfeitamente esse papel. As sua extinção no governo Temer não se deveu ao fato de servir ao classismo, mas ao fato de a casta burocrática ter se projetado politicamente servindo de instrumento de uma parte dos partidos da ordem capitalista. De passagem, é bom lembrar que as associações patronais, a exemplo da Confederação Nacional das Indústrias (CNI) e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), se utilizam do imposto sindical, que no fundo acaba sendo arcado pelos próprios trabalhadores, para fazer frente aos sindicatos e influenciar na vida partidária do País. Eis por que fazem parte das negociatas em torno ao PL de Marinho. A política está na base do problema do financiamento dos sindicatos.

Quando Getúlio determinou como parte da legislação trabalhista o imposto sindical e as direções foram a ela se sujeitando cada vez mais, o Estado passou a interferir mais e mais no movimento sindical. A independência do sindicatos se comprometeu diante da dependência legal do Estado determinar a fonte de seu financiamento. Tendo garantido o imposto sindical, diminuía o grande problema de sustentar o sindicalismo apenas com as contribuições dos filiados. E a própria filiação deixou de ser uma necessidade premente para os trabalhadores enfrentarem os capitalistas no dia a dia. A burocracia sindical recorreu ao assistencialismo sindical e às manobras políticas exercidas no momento das campanhas salariais que são anuais.

A retomada do imposto sindical travestido de “contribuição negocial” segue o mesmo princípio burguês de intervenção do Estado. A “regra” que condiciona a taxação à aprovação em assembleia é burocrática e impositiva. Somente os interessados fazem de conta que se têm assembleias de fato democrática. Mas, há outro lado da armadilha: a taxa negocial atrelada à realização de acordos e convenções coletivas é também impositiva aos trabalhadores, sejam eles associados ou não. É falso que os trabalhadores estarão decidindo de livre e espontânea vontade. Realizar acordos e convenções trabalhistas, é obrigação dos sindicatos e não um favor que trará benefícios. Essa distorção advém do sindicalismo burocrático, de conciliação de classes e de sujeição ao Estado capitalista. Não pode haver qualquer vacilação em condenar e rechaçar o imposto sindical em seu conteúdo político intervencionista do ordenamento jurídico burguês.

Os sindicatos para cumprirem sua função classista têm de se autofinanciar com os recursos dos próprios trabalhadores, obtidos pela filiação e campanhas. Não cabe ao Estado determinar

a forma do financiamento sindical. Cabe tão somente reconhecer o direito sindical do autofinanciamento, e nada fazer para impedi-lo ou sabotá-lo. Esse é o nó da questão. A burocratização e a formação de uma casta de dirigentes que parasitam os sindicatos anularam em grande medida as suas funções classistas, que a imensa maioria da classe operária e dos demais trabalhadores não os reconhecem como instrumentos de luta. É nesse marco que caiu e vem caindo a filiação.

Como parte das discussões sobre a restituição de um novo imposto sindical, se publicou e se vem comentando na imprensa burguesa a informação do IBGE de houve a perda de “10 milhões de sindicalizados desde 2012”. Em 2013, os registros indicam que havia 14,6 milhões de filiados, número que caiu para 5,5 milhões em 2022. Considerando que a força de trabalho ocupada no período era de 99,6 milhões, se observa o abismo que separam os trabalhadores dos sindicatos. Essa massa humana superexplorada e empobrecida se acha desorganizada e pulverizada. Não por falta de sindicatos, que somam 16.293, mas por falta de sindicatos classistas, que como tal dependem de direções revolucionárias.

O fenômeno histórico e político da burocratização e estatização das organizações sindicais reflete a crise de direção, que resulta da inexistência ou do caráter embrionário do partido proletário, marxista-leninista-trotskyista. Fenômeno que é mundial, e que se materializa nas formas nacionais particulares. É o que se passa com a criação do PT nas condições de substituição da ditadura militar pela democracia, duas variantes de regimes burgueses. Esse partido se ergueu alicerçado em uma nova burocracia que se formava. Projetou-se na política eleitoral e potenciou as formas de colaboração de classes. Em meio a esse processo, se produziu uma grande divisão burocrática, que resultou em mais de uma dezena de centrais. Os aparatos sindicais ficaram mais caros e pesados, afastando-se cada vez mais de seu caráter proletário e do sindicalismo classista. A sindicalização já não atrai os trabalhadores, que não protagonizam lutas e veem a burocracia como venal. É nessa situação que a casta burocrática necessita recuperar o imposto sindical.

O governo Lula propicia esse movimento que se realiza nas hostes dos partidos burgueses, das associações empresariais e do parlamento. É certo que o alto desemprego, a informalidade, a terceirização e o trabalho em casa contribuem para a queda da sindicalização. Mas, não são as causas fundamentais. A burocracia sindical usa esse argumento a favor do retorno da “taxa negocial”. Os hipócritas e cínicos não levantaram e não levantam um dedo para derrubar a reforma trabalhista. Fizeram rodeios em torno à terceirização, se devia limitar às atividades meios, e acabaram capitulando descaradamente.

A classe operária tem pela frente um duro combate às alterações capitalistas em sua relação de trabalho. É se levantando contra a brutal exploração e suas bárbaras consequências sociais, que os explorados vão varrer a burocracias de seus sindicatos e erradicar a traidora política de conciliação de classes. As massa oprimidas em luta, que se inicia instintivamente e se transforma em consciente com o trabalho da vanguarda revolucionária, retomará o fundamento material da independência política, que é o do autofinanciamento que se garante pelo aumento constante da sindicalização, da unidade na ação e da elevação da consciência de classe.

A vanguarda com consciência de classe está diante da penosa tarefa de constituir uma fração revolucionária que combata pela desburocratização e desestatização das organizações sindicais, que lute por reerguer os sindicatos classistas alicerçados na democracia proletária.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskyista. Discuta nosso programa.

nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



Tarcísio entrega terras griladas a fazendeiros

Resposta proletária à ação do governador direitista

No dia 14 de setembro, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas e o diretor do ITESP, Guilherme Piat, ambos do partido Republicanos, realizaram uma cerimônia na região do Pontal do Paranapanema de entrega de títulos de propriedade a fazendeiros, que haviam invadido terras devolutas ou comprado terras griladas no passado. As terras devolutas estavam destinadas aos assentamentos de camponeses sem-terra. Tarcísio ignorou essa condição e utilizou a Lei 17.577, aprovada na Assembleia Legislativa e sancionada pelo vice-governador, Rodrigo Garcia, em 2022. Trata-se do Programa Estadual de Regularização de Terras, que visa oferecer o título de propriedade aos fazendeiros grileiros. Por meio dessa fraudulenta Lei, Tarcísio atenderá o pleito dos latifundiários de regularização fundiária. Isso significará repassar cerca de 1 milhão de hectares em todo o estado.

Segundo o MST, cerca de 150 mil hectares, em processo transitado e julgado como devolutas, e cerca de 540 mil hectares em fase discriminatória representam a quantia de terras devolutas griladas no Pontal do Paranapanema. As terras griladas constituem grandes fazendas usadas para a plantação de cana de açúcar e criação de gado, servindo assim aos interesses do agronegócio. As terras já em mãos dos fazendeiros foram, agora, legalizadas, mediante uma compra simbólica, pois foram adquiridas com desconto de 78% a 90% em relação a seu valor real. Para ocultar tamanha submissão aos interesses dos latifundiários, o governador direitista usou a manobra de também vender lotes de terras a assentados. Tarcísio sabe que parte das terras adquiridas pelos assentados acabará sendo entregue aos fazendeiros, porque não basta ter a titularização de propriedade, é preciso o repasse de recursos para que essas pequenas propriedades possam sobreviver.

O governador, na realidade, está colocando em prática a política de Bolsonaro, que objetivava combater o MST, através do mecanismo de titularização de terras às famílias de assentados. Usando o mesmo expediente e slogan bolsonarista, Tarcísio propagandeia que se trata de trazer a paz ao campo, a chamada “Lei da Paz no Campo”. Nas palavras do governador, o assentado passa a ser proprietário da terra e se torna pequeno produtor. O que Tarcísio pretende é conter qualquer tentativa de ocupação de terras e expansão dos assentamentos no estado de São Paulo.

O início da implementação de seu programa de venda de terras devolutas se deu exatamente na região onde os conflitos entre os sem-terra e os latifundiários foi muito grande no início do anos de 1990, quando em 14 de julho desse ano, na fazenda Nova Pontal, localizada no município de Rosana, ocorreu a primeira ocupação de terra do MST. No momento, no Pontal, existem 117 assentamentos, reunindo 6.627 famílias.

Diante da ofensiva de Tarcísio de desfazer as terras devolutas entregando-as aos latifundiários, a política do PT, do qual faz parte o MST, foi a de recorrer à Justiça do Estado, que fixou cinco dias para que o governador desse explicações sobre a ação praticada no Pontal, e também ao Superior Tribunal de Justiça para julgar a legalidade da venda de terras devolutas. Não houve por parte do movimento sem-terra um combate ao crime praticado pelo bolsonarista Tarcísio. Limitou-se a denunciar e a mostrar a história de luta do MST no Pontal do Paranapanema. Entre as denúncias, afirma que os assentados que se sujeitarem à compra de terras são retirados do “programa nacional de reforma agrária”, um mecanismo oposto à desapropriação e assentamentos. Por parte do governo Lula, predominou o silêncio. O ministro do Desenvolvimento Agrário, o petista Paulo Teixeira, meses antes

havia condenado as ocupações promovidas pelo MST. No final de julho, prometeu aos dirigentes do MST apresentar os primeiros estoques de terras devolutas, que estão sob a posse da União para efeito de assentamentos. Até onde temos conhecimento, tudo continua como promessa para evitar novas ocupações do movimento camponês sem-terra.

O POR tem uma caracterização da política reformista do PT/MST em relação ao problema agrário, fruto da intervenção do partido no movimento social, o que resultou na aprovação das Teses Agrárias, em sua 4ª Conferência em 2001. Reproduzimos três passagens:

O MST defende “uma programa de reforma agrária que progressivamente vai sendo realizado através de assentamentos, associações, cooperativas, impedimentos ao capital especulativo, política fiscal, créditos etc. A ‘ampla participação popular’, segundo o objetivo estratégico do MST, desembocará numa mudança do Estado. A mudança que tornaria o Estado ‘diferente’ seria o seu gerenciamento democrático. Quer dizer dotá-lo de um governo democrático e popular. (...) O governo democrático e popular, nessa visão, será o produto da alteração da correlação de força através do voto.(...) Toda formulação parte da premissa de que a reforma agrária é uma tarefa burguesa, e que por isso terá de ser realizada pela democracia burguesa, transformada em Estado democrático-popular”.

“A possibilidade da burguesia nacional assumir as reivindicações democráticas das massas e encabeçar a solução das tarefas democráticas do capitalismo semicolonial inexistente. (...) A luta que pode levar os pobres do campo a terem acesso à terra obriga a derrota geral da fração latifundiária. Trata-se da revolução agrária que expropriará a propriedade latifundiária e imporá a nacionalização das terras. (...) A tarefa democrática de destruição do poder latifundiário, entrega das terras aos camponeses pobres e favorecimento dos pequenos e médios produtores coloca a derrubada revolucionária da burguesia e ruptura com o imperialismo. (...) O programa da revolução agrária – em sua essência, de expropriação da propriedade latifundiária – é um subproduto da programa da revolução proletária. (...) O programa proletário incorpora tarefas democrática como necessárias à transição para o socialismo. Nenhuma tarefa democrática será solucionada isoladamente. Elas são o ponto de partida da revolução social”.

“As tarefas democráticas terão sua implantação sob um governo revolucionário (...) A estratégia reformista de um governo democrático e popular, saído da disputa eleitoral, como apregoam o PT, estalinistas e o MST não conduz à solução de tal objetivo. (...) É um erro estratégico a formulação programática de reforma agrária sob um ‘Estado Democrático e Popular’. Trata-se de um desvio socialdemocrata que acoberta o caráter de classe do Estado, que permanecerá capitalista, caso se conforme um governo reformista”.

O direitista Tarcísio de Freitas se acha, assim, de mãos livres para entregar terras públicas aos fazendeiros grileiros. Sabe que não terá de enfrentar a resistência do MST e do governo Lula, que a direção do MST considera democrático e popular. Não por acaso, a reação dos dirigentes do MST e parlamentares do PT foi a de recorrer à Justiça, que está inteiramente a serviço da proteção da propriedade privada da terra. Ao contrário do servilismo às instituições da democracia burguesa, a tarefa colocada está em combater a política da direção do movimento camponês e lutar sob a estratégia de um governo operário e camponês.

RIO GRANDE DO SUL

Fenômenos extremos, desastres ambientais, mortes, miséria e fome são produtos do capitalismo em decomposição

Nenhum governo burguês é capaz de solucionar a crise climática e econômica

As catástrofes ambientais em várias partes do mundo avivaram as discussões em torno aos desequilíbrios da natureza. Governos e ambientalistas aproveitaram para ressaltar as teses sobre a necessidade de mudanças na matriz energética. Destacaram a urgência da proteção das florestas, rios e mares. Ocultam que não há mudança possível de preservação da natureza, sob o modo de produção e distribuição capitalistas.

Na Assembleia Geral da ONU, Biden e Lula deram as mãos para mostrar que a maior potência imperialista saqueadora e o país semicolonial saqueado podem se unir para alterar profundamente o curso da economia e reconciliar a anarquia da produção capitalista com a proteção e preservação da natureza.

O Brasil tem sido um dos países amplamente atingidos pela “revolta” da natureza. Dessa vez, a região Sul sofreu as consequências do avanço dos desequilíbrios climáticos mundiais. No Rio Grande do Sul, os acontecimentos extremos causados pelas mudanças climáticas são cada vez mais frequentes e severos. As enchentes que devastaram o norte do estado no início de setembro não foram a primeira tragédia, nem serão a última, tampouco são naturais e muito menos uma consequência de um governo “incompetente”, como apontam os reformistas oposicionistas. Todo o estado é atingido, em todos os aspectos, pelos fenômenos oriundos do aquecimento global há décadas, e isso vem piorando a passos largos.

O aquecimento global agrava o El Niño e intensifica os ciclones e as chuvas que deixam rastros de destruição e mortes. Enquanto as chuvas concentradas afogam cidades inteiras, há períodos de estiagens rigorosas que castigam principalmente os pequenos agricultores, e, em consequência, a população alimentada pela agricultura familiar. A região sudoeste do estado vem paulatinamente se transformando em algo similar a um deserto. A principal razão das secas é justamente o desmatamento da Amazônia, de onde vinha a umidade que, junto às frentes frias do polo sul, trazia a chuva necessária para a produção agrícola.

A modificação da composição química da atmosfera através da liberação de gases de efeito estufa, principalmente o CO₂, é o que causa o aquecimento do planeta. O aumento da concentração desses gases na atmosfera é resultado de atividades como queima de combustíveis fósseis - petróleo, gás natural, carvão -, queimadas e desmatamento das florestas. A aceleração do aquecimento do planeta leva ainda ao degelo, liberando ainda mais gases que se encontravam retidos no gelo há milênios, além de aumentar o nível do mar, afetando as encostas.

A reversão, a contenção, o mitigamento e até mesmo a adaptação às mudanças climáticas, que os acordos e tratados internacionais preservem, conflitam com os interesses dos capitalistas que têm seu lucro vinculado à expansão do agronegócio, da especulação imobiliária e da indústria pesada. Portanto, a contenção, só pode resultar da transformação do atual modo de produção, pois neste, a produção é voltada para a acumulação e enriquecimento privado sem qualquer preocupação com os impactos ambientais.

O Rio Grande do Sul é um grande exportador de commodities. Sua indústria voltada à produção no setor de transformação, há muito está controlada pelo capital financeiro. A indústria automobilística recua devido às imposições dos países imperialistas, que exigem a transição energética, a fim de dominar este mercado, enquanto

monopolizam a tecnologia e a ciência. A predominante produção agrícola do RS está voltada principalmente à exportação, e o que se consome internamente provém da agricultura familiar, atingida pelo avanço agroindustrial e pela devastação. O que vem deixando as famílias agricultoras em situação de miséria e fome, afetando, ao mesmo tempo, a população que depende de sua produção. Há que acrescentar a falência financeira do estado, cuja dívida pública é impagável e se torna cada vez mais pesada devido ao saque dos seus credores.

Os governos, por sua vez, comprometidos com os interesses dos capitalistas, aprovam medidas que contribuem para o agravamento da crise climática para atender a sede de lucro dos grandes proprietários. É o que ocorre, por exemplo, no caso do Marco Temporal. A discussão em torno à permissão do governo Lula para a exploração de petróleo na foz do Amazonas desconsidera que se trata de uma manifestação da anarquia da produção capitalista e das disputas em torno ao monopólio das fontes de energia, impulsionadas pelo imperialismo. Em nível estadual e municipal não é diferente. No RS, o governo de Eduardo Leite (PSDB) é porta voz do agronegócio, defende a derrubada da legislação de proteção ambiental e a expansão das lavouras de soja e da pecuária em áreas florestais e, na última semana, após a tragédia que se abateu sobre o Estado, com mortes e destruição em 70 municípios, aprovou o novo zoneamento para silvicultura, quadruplicando a área de plantio. Além disso, tem colecionado privatizações, aumentando a gravidade dos desastres por destruir serviços públicos imprescindíveis, além de conceder à iniciativa privada espaços como o do porto do Cais Mauá, cujas consequências ambientais devem ser catastróficas. Na capital, o prefeito Sebastião Melo (PMDB) também conduz o governo no mesmo sentido, privatizando espaços públicos e áreas de proteção ambiental, permitindo que incorporadoras construam prédios, condomínios e negócios lucrativos às custas não apenas da natureza, como também das condições de moradia da população que reside nos bairros já vitimados pela falta de infraestrutura, e de aldeias indígenas que resistem na cidade e ajudam na manutenção da fauna e flora dos locais antes considerados protegidos.

Como podemos ver, o capitalismo engendra a miséria, a fome e as tragédias que atingem a maioria oprimida. Não se pode qualificar de “natural” as tragédias provocadas pelo capitalismo que ceifam vidas e destroem tudo. Os governos, em todos os níveis, servem à potenciação da anarquia da produção, que só pode resultar na barbárie social, econômica e ambiental. Para impedir o colapso geral é preciso pôr abaixo o Estado da burguesia e constituir o Estado Operário, regido por um governo operário e camponês, ou seja, o governo próprio dos oprimidos erguido pelas suas organizações próprias e que poderá tomar as medidas de interesse comum dos explorados.

Adquira com o distribuidor de Massas:

R\$ 35

**SOCIALISMO
OU BARBARIE**

A Revolução
Proletária na
época do capitalismo
em decomposição



O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.



NOSSA CLASSE

*Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!*

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XIX - Nº12 - Setembro de 2023

 (11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com | pormassas.org

@massas.por | anchor.fm/por-massas



Política Operária

Precisamos de sindicatos de luta

Está em andamento um Projeto de Lei que estabelece a chamada contribuição negocial, que também está sendo chamada de contribuição assistencial. Lembremos que no governo Temer foi extinto o imposto sindical. O objetivo foi o de enfraquecer as finanças dos sindicatos. Com a volta de Lula à presidência, as centrais sindicais viram a oportunidade de recuperar a capacidade financeira. Como não é viável voltar ao imposto sindical, porque fez parte da maldita reforma trabalhista, então recorreram à forma da contribuição negocial. O projeto em discussão prevê uma taxa fixada em até 1% do ganho anual do trabalhador. Essa taxa é vinculada aos acordos trabalhistas, ou seja, às Convenções Coletivas e aprovada em assembleias.

Sem dúvida, os sindicatos precisam de dinheiro para o seu funcionamento. Mas não é o dinheiro que faz um sindicato forte. O sindicato forte é aquele capaz de organizar os trabalhadores nos locais de trabalho, recorrer à greve e outras formas de luta para

defender os empregos, salários, direitos e a liberdade política de livre manifestação. Somente nesse sentido o dinheiro é necessário. Ocorre que as direções sindicais se tornaram uma casta profissional que vive dos sindicatos e do assistencialismo social para enganar os trabalhadores. Os sindicatos classistas não podem depender de nenhuma Lei do Estado burguês para sobreviverem. É preciso elevar a consciência dos trabalhadores sobre a necessidade de se filiar ao sindicato.

O Boletim Nossa Classe chama os operários e demais trabalhadores a lutarem pelos sindicatos independentes, classistas e de luta. Por sindicatos que sejam autofinanciados por meio da sindicalização e campanhas de apoio de todos os explorados. O Boletim Nossa Classe luta para constituir Oposições classistas e revolucionárias para arrancar dos sindicatos as direções burocráticas que vivem correndo atrás dos políticos da burguesia.

Alerta, companheiros da Volks!

Precisamos defender nossos empregos, e não de mais um acordo de demissão

O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC informou que iniciou negociações com a Volks para discutir uma nova plataforma de produtos, investimentos para a unidade Anchieta, além da renovação do acordo de “manutenção” dos empregos até 2028. Devido ao desenvolvimento tecnológico, a Volks e demais montadoras têm introduzido um número cada vez maior de robôs na linha de produção, demitindo os trabalhadores. As consequências desses acordos têm sido o avanço da terceirização, a quebra de direitos e a redução salarial.

O anúncio sobre as novas negociações indica que ocorrerá diminuição de postos de trabalho e aumento da terceirização, que leva à redução salarial. É o que vem ocorrendo com os acordos anteriores. A direção sindical negocia à porta fechada com a multinacional e, depois, em uma assembleia fajuta aprova o acordo antioperário.

A classe operária tem suas próprias respostas aos ataques dos patrões aos empregos, salários e direitos. Ocorre que a direção do sindicato abre mão da luta em favor das negociatas de gabinete.

O Boletim Nossa Classe alerta os companheiros da Volks para não se submeterem mais uma vez a um acordo que somente serve aos interesses da multinacional alemã. Desde já, devemos exigir que o sindicato convoque assembleia para discutir: 1) defesa dos empregos, por meio da redução da jornada de trabalho sem reduzir os salários; 2) fim da terceirização e imediata efetivação de todos os terceirizados; 3) reposição das perdas salariais e recuperação do valor real dos salários. A assembleia deve desautorizar a direção do sindicato a realizar negociações que sejam opostas à defesa dos três pontos de reivindicações. Deve condenar os acordos de lay-off, banco de horas e PDVs. A assembleia deve preparar a greve para enfrentar os novos ataques da Volks que foram planejados por sua matriz alemã. E a assembleia da Volks deve exigir do sindicato a convocação de uma assembleia geral para organizar a defesa dos empregos, salários e direitos.

Campanha do Boletim Nossa Classe pela readmissão dos companheiros da Volks José Parane e Eduardo Marques

Os metalúrgicos devem apoiar e participar da defesa dos companheiros demitidos por justa causa. Foram demissões de perseguição política. A direção do sindicato é responsável por essa arbitrariedade. Por isso, não se colocou contra as demissões. A campanha do Boletim Nossa Classe com a moção exigindo a readmissão vem conseguindo apoio de vários sindicatos. Nos Con-

gressos da CUT (CECUT), Apeoesp e CSP-Conlutas, os delegados aprovaram a moção.

O Boletim Nossa Classe chama os metalúrgicos da Volks e demais operários a se colocarem pela readmissão dos dois companheiros.

Denúncia dos operários da Braskem

Durante a entrega do Boletim Nossa Classe na Braskem, companheiros aposentados informaram que estão trabalhando como terceirizados para complementar a aposentadoria de miséria. A terceirização nas fábricas é um meio dos capitalistas extraírem mais lucro da força de trabalho, pagando baixos salários, piorando as condições de trabalho e acabando com direitos mínimos de proteção. É por isso que vem aumentando a revolta dos terceirizados.

O problema está em que as direções pelegas dos sindicatos não têm lutado contra a terceirização. A criação de sindicatos de terceirizados fortalece a terceirização, porque não lutam pela efetivação

dos trabalhadores terceirizados. E as direções dos sindicatos de não-terceirizados ajudam a criar sindicatos de terceirizados, porque também não lutam contra a terceirização. É preciso unir efetivos e terceirizados em uma só luta para acabar com a terceirização.

O Boletim Nossa Classe luta intransigentemente contra a terceirização. O ponto de partida dessa luta é a defesa de um piso salarial para os terceirizados, que corresponda ao salário mínimo vital, e que não esteja abaixo do maior piso salarial dos trabalhadores efetivos. É necessário também constituir comitês de terceirizados e não terceirizados para lutar pelo fim da terceirização.

Campanha salarial

Quanto é necessário para manter os trabalhadores e suas famílias?

Um salário mínimo vital, que seja suficiente para manter nossas famílias: essa é a reivindicação que deve ser defendida na pauta da campanha salarial em todos os setores. A Federação Estadual dos Metalúrgicos - FEM-CUT tem data-base em setembro e os metalúrgicos de São Paulo - ligados à Força Sindical em novembro. A FEM-CUT, entregou a pauta exigindo o reajuste da inflação mentirosa do período e uma migalha de aumento real. A Força Sindical vai no mesmo caminho. Dessa forma, entra ano e sai ano, os trabalhadores continuam na miséria.

Os trabalhadores são os únicos que sabem qual é o valor do salário que necessitam para viver. Somos nós que vamos ao mercado e vemos que o preço do arroz, feijão, leite, café, carne e demais produtos e serviços aumentaram 50% ou mais, nos dois últimos anos, enquanto nossos salários não tiveram aumento superior a

10%. Ou seja, não tivemos aumento de salário, na verdade tivemos uma redução no poder de compra de nossos salários. Os patrões dão com uma mão um reajuste miserável de 4% a 6% e retiram com a outra muito mais, aumentando o preço dos alimentos, produtos e serviços.

Chega de salário de miséria. Aproveamos na pauta da campanha salarial a luta por um salário mínimo vital, calculado pelos próprios trabalhadores, com reajuste automático de acordo com o aumento real da inflação. Defender os empregos lutando pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salários, e a escala móvel das horas de trabalho, que significa a divisão das horas necessárias para produzir nacionalmente, entre todos os trabalhadores empregados e desempregados.

Lutar contra as privatizações da Sabesp, Metrô e CPTM por meio da greve, da ação direta e coletiva

Que o plebiscito sirva para mobilizar a população oprimida e preparar a greve em defesa das empresas públicas!

O Comitê de luta contra a privatização, organizado pelo Sintaema, movimentos sociais e centrais sindicais, aprovaram a realização de um plebiscito e pretendem realizar um dia de paralisação no estado de São Paulo.

O Partido Operário Revolucionário (POR) participa das plenárias e manifestações. Defende que o método de luta para combater a privatização é o da ação direta, a greve. E que é preciso vincular a luta contra as privatizações nos estados às privatizações nacionais, como no caso da Petrobras e Eletrobras. Levanta a bandeira de reestatização, sem indenização e sob o controle operário.

O Boletim Nossa Classe defende que os sindicatos, movimentos sociais e centrais convoquem assembleias nas fábricas, bairros e demais locais de trabalho e estudo. E que organizem um Dia Nacional Luta, com paralisações e bloqueios.



Pelo fim da guerra na Ucrânia

O Boletim Nossa Classe chama os operários e demais trabalhadores a se colocarem pelo fim da guerra e por uma paz sem anexação, sem imposição dos Estados Unidos e das demais potências imperialistas. Somente a classe operária organizada e em luta pode acabar com a guerra de dominação.

Leiam e divulguem o Massas

É um jornal voltado à luta pela emancipação da classe operária e demais oprimidos da exploração capitalista. É um jornal do Partido Operário Revolucionário (POR) que luta pelo fim do capitalismo e pela construção da sociedade sem exploração do homem pelo homem, uma sociedade socialista.

O Boletim Nossa Classe chama os trabalhadores a darem todo apoio ao Jornal Massas.

Campanha do POR pela readmissão dos operários da Volks

O Congresso da CSP-Conlutas aprovou a moção defendida pelos delegados do POR.

Reproduzimos a moção assinada pelos sindicatos que compõem a central.

“O V Congresso da CSP-Conlutas exige a readmissão dos operários José Parane e Eduardo Marques, demitidos por justa causa pela Volks. Os motivos alegados são estritamente políticos, e expressam claramente uma ação repressiva da multinacional alemã. Em ambos os casos, a empresa se valeu do fato dos operários terem compartilhado um vídeo de internet. Parane, em abril, foi demitido por justa causa devido a ser um crítico das demissões e retirada de direitos, e por ter apoiado a constituição de uma chapa de oposição nas eleições do sindicato. A direção da Volks usou um compartilhamento para ocultar a perseguição política.

Marques, em agosto, teve o mesmo destino, simplesmente por ter compartilhado uma fotomontagem de crítica ao que se passava na fábrica, que se encontrava nas redes sociais.

ASSINAM:

1. CSP-CONLUTAS-CENTRAL SINDICAL E POPULAR; 2. SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E REGIÃO/SP; 3. SINDICATO DE TRABALHADORES/AS QUÍMICOS/AS DE SJC E REGIÃO/SP; 4. SINDICATO DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO; 5. SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO; 6. SINDICATO DOS TRABALHADORES DA USP – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO/SP –SINTUSP; 7. SINDICATO DOS TRABALHADORES NA EMPRESA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS DO VALE DO PARAIBA/SP; 8. SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTE RODOVIÁRIO DO CEARÁ; 9. SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE JUAZEIRO DO NORTE/CE; 10. SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE CONFECÇÃO FEMININA DE FORTALEZA/CE; 11. SINDICATO DOS COMERCÍARIOS DE NOVA IGUAÇU/RJ; 12. SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE/CE; 13. SINDICATO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO FEDERAL EM ALAGOAS; 14. SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE TRANSP. RODOV. DE PASSAG. INTERMUN. EST. CE; 15. SINDICATO DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MPU NO MARANHÃO; 16. SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE BELEM/PA; 17. SINDICATO SERVIDORES DA SAÚDE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE; 18. SINDICATO DOS TRABALHADORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL/RJ; 19. SINDICATO DOS MUNICÍPIOS DE STA BARBARA DO SUL/RS; 20. SINDICATO DOS TRABALHADORES EM PROCESSAMENTO DE DADOS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL; 21. SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE PASSO FUNDO/RS; 22. SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE SANTA CRUZ DO SUL; 23. SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS IND. DE CIMENTO, CAL, GESSO E CERÂMICA DO MUNIC. DE ARACAJÚ/SE; 24. SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS URBANAS DO ESTADO DE GOIÁS; 25. SINDICATO DOS MUNICIPAIS DE STA BÁRBARA, BARÃO DE COCAIS E CATAS ALTAS (SINDICABASA) MG; 26. SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MONTE CARMELO E REGIÃO MG; 27. SERVIDORES PÚBLICOS DE SANTA CRUZ MG; 28. SINDCEFET/MG - SINDICATO DOS DOCENTES DO CEFET/MG; 29. SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE BH (SINDREDE BH)/MG; 30. SINDSAÚDE - SUBSEDE CONTAGEM/MG; 31. SINDICATO DOS SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS DE TRÊS PONTAS/MG; 32. SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE ASS. PESQ. PER. INF E CONG DE MG (SINTAPPI); 33. SINDICATO DOS TRABALHADORES EM SEG SOCIAL, SAÚDE, PREV, TRAB E ASS SOCIAL EM MG (SINTSPREV); 34. SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE BETIM (SINDSERB) MG; 35. SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE CARNES. DERIV. CONG NO EST. DE MG; 36. FEDERAÇÃO SINDICAL E DEMOCRÁTICA DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS DE MINAS GERAIS MG; 37. SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS GRÁFICAS DE

Os dois têm em comum o interesse da Volks em demitir os operários lesionados. Já houve uma grande demissão coletiva. Os operários dão a vida trabalhando na multinacional e acabam sofrendo profundas sequelas em sua saúde e capacidade. A demissão por justa causa é uma punição pelo fato de Parane e Marques terem uma atitude crítica diante das más condições de trabalho e das injustiças causadas pela montadora.

A CSP-Conlutas se coloca prontamente contra as demissões em geral e contra a demissão por justa causa, que é uma arma política usada pelo patronato. A classe operária e os demais trabalhadores têm enfrentado uma verdadeira tragédia com a reforma trabalhista, a terceirização e a crescente informalidade.

As demissões em massa se tornaram corriqueiras. As multinacionais aplicam constantemente os layoffs, PDVs, Banco de Horas etc. A defesa dos dois metalúrgicos da Volks é parte da defesa da integridade física e social dos trabalhadores.

O V Congresso da CSP-Conlutas vem diante da Volks e dos governantes exigir a readmissão de José Parane e Eduardo Marques.”

JORNALIS E REVISTAS NO EST DE MG (STIG); 38. SINDICATO DOS TRABALHADORES DA SAÚDE DE BH E REGIÃO (SINDEESS)/MG; 39. SINDICATO DOS TRABALHADORES DA SAÚDE DE DIVINÓPOLIS/MG; 40. SINDICATO DOS TRABALHADORES DA SAÚDE DE FORMIGA/MG; 41. SINDICATO DOS TRABALHADORES DA SAÚDE DE ITAJUBÁ/MG; 42. SINDICATO DOS METALÚRGICOS E OF. MECÂNICAS E MAT. ELÉTRICO DE ITAÚNA E REGIÃO/MG; 43. SINDICATO DOS METALÚRGICOS E OF. MECÂNICAS E MAT. ELÉTRICO DE PIRAPORA/MG; 44. SINDICATO DOS METALÚRGICOS E OF. MECÂNICAS E MAT. ELÉTRICO DE SÃO JOÃO DEL REI/MG; 45. SINDICATO DOS METALÚRGICOS E OF. MECÂNICAS E MAT. ELÉTRICO DE GOV VALADARES/MG; 46. SINDICATO DOS METALÚRGICOS E OF. MECÂNICAS E MAT. ELÉTRICO DE ARAXÁ/MG; 47. SINDICATO DOS METALÚRGICOS E OF. MECÂNICAS E MAT. ELÉTRICO DE BARÃO DE COCAIS/MG; 48. SINDICATO DOS METALÚRGICOS E OF. MECÂNICAS E MAT. ELÉTRICO DE DIVINÓPOLIS E REG/MG; 49. SINDICATO DOS METALÚRGICOS E OF. MECÂNICAS E MAT. ELÉTRICO DE ITABIRA/MG; 50. SINDICATO DOS METALÚRGICOS E OF. MECÂNICAS E MAT. ELÉTRICO DE ITAJUBÁ E REG/MG; 51. SINDICATO DOS METALÚRGICOS E OF. MECÂNICAS E MAT. ELÉTRICO DE OURO PRETO/MG; 52. SINDICATO DOS METALÚRGICOS E OF. MECÂNICAS E MAT. ELÉTRICO DE PATOS MINAS/MG; 53. SINDICATO DOS METALÚRGICOS E OF. MECÂNICAS E MAT. ELÉTRICO DE LAMBARI/MG; 54. SINDICATO DOS METALÚRGICOS E OF. MECÂNICAS E MAT. ELÉTRICO DE VÁRZEA PALMA/MG; 55. SINDICATO METABASE ITABIRA/MG; 56. SINDICATO METABASE INCONFIDENTES/MG; 57. SINDICATO DOS TRABALHADORES INDÚSTRIA CERÂMICAS MONTE CARMELO/MG; 58. SINDICATO DOS TRABALHADORES TÊXTEIS DE SÃO JOÃO DEL REI/MG; 59. SINDICATO DOS TRABALHADORES TÊXTEIS DE PIRAPORA/MG; 60. SINDICATO DOS TRABALHADORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE JACARÉ/SP; 61. SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CÍVIL E DO MOBILIÁRIO/RR; 62. SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE ALAGOINHAS/BA; 63. SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO/PA, AM, MA, AP; 64. SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO/AL, SE; 65. FEDERAÇÃO DEMOCRÁTICA DOS AGRICULTORES FAMILIARES E EMPREENDEDORES RURAIS/PE; 66. FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS RURAIS/PE; 67. SINDICATO INTERMUNICIPAL AGENTES COMUM. SAÚDE COMBATE ÀS ENDEMIAS DA REG MATO GRANDE/RN; 68. SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ARARIPINA/PE; 69. SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM TRABALHO, SAÚDE, PREVIDÊNCIA/PR; 70. SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAPELA/SE; 71. SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE S.J. RIO PRETO/SP; 72. ADMAP – ASSOCIAÇÃO DEMOCRÁTICA DOS APOSENTADOS E PENS. DO VALE DO PARAÍBA/SP; 73. MOVIMENTO LUTA POPULAR; 74. REBELDIA; 75. MOVIMENTO NACIONAL QUILOMBO RAÇA E CLASSE; 76. MOVIMENTO RESISTÊNCIA POPULAR/DF; 77. MML – MOVIMENTO MULHERES EM LUTA; 78.

COLETIVO FEMINISTA MARIELLE VIVE; 79. SINTUFF; 80. SINDPREV-
VS/PR; 81. SINDPREV/RN; 82. SINTSPREV/MG; 83. SINTASPREV/PA; 84.
SINDPREV/ES; 85. SINTSEP-PA; 86. UNIDOS PRA LUTAR; 87. SINTEPP
BELÉM; 88. SINDSAUDE BAIÃO.

Sindicato dos Trabalhadores de Educação de São Paulo (Sinpeem)

Moção enviada pelo Sinpeem diz: O SINPEEM exige a readmissão dos operários José Parane e Eduardo Marques, demitidos por justa causa pela Volks. Os motivos alegados são estritamente políticos e expressam claramente uma ação repressiva da multinacional alemã.

Campanha no Rio Grande do Norte

A moção foi aprovada na assembleia de 21 de setembro, do Sintest;

Moção assinada pelo SINTE/RN núcleo de São Gonçalo do Amarante;

Moção assinada pelo SINDSEM/SGA.

São Paulo

Assembleias e mobilizações contra a privatização da Sabesp, Metrô e CPTM

Assembleia dos ferroviários aprova a greve

A Assembleia dos ferroviários aprovou greve contra a privatização da Sabesp, metrô e CPTM. No dia 19 de setembro, no sindicato Central do Brasil, os ferroviários aprovaram a greve unificada de 24 horas, para o dia 3 de outubro. Um delegado apresentou a proposta de greve por tempo indeterminado, mas venceu a proposta de 24 horas. As reivindicações são: 1) cancelamento de todos os processos de privatização e terceirização do Metrô, CPTM e Sabesp; 2) realização de um plebiscito oficial para ouvir a opinião da população sobre as privatizações até 5 de novembro; 3) convocação de uma assembleia unificada com os três sindicatos no dia 2 de outubro, na quadra dos bancários; 4) constituição de um comando de greve, com diretores sindicais e trabalhadores da base para organizar os piquetes e demais medidas da greve. 5) abertura de concurso público.

Antes de dar os informes e colocar a pauta em votação, Múcio, secretário do sindicato, abriu a palavra para as organizações e partidos políticos presentes. Estavam presentes o PCB, MRT, EM e POR. Eis os trechos da intervenção feita pelo militante do POR:

“Boa noite camaradas, eu falo em nome do Partido Operário Revolucionário, nós estamos aqui apoiando a luta dos companheiros ferroviários, metroviários e da Sabesp contra a privatização. Ontem estivemos na estação do monorail de São Mateus, entregando nosso manifesto contra a privatização. No manifesto defendemos que a única forma de derrotar, combater a privatização do governo Tarcísio, e também nacional, como em Recife, onde os companheiros fizeram uma greve contra a privatização, e retirada da CBTU, do plano de desestatização do governo federal. Portanto se trata de uma luta na-

Campanha no Rio Grande do Sul

Assinaram:

CSP CONLUTAS RIO GRANDE DO SUL; PSTU CACHOEIRINHA; PSTU PORTO ALEGRE; FEDERAÇÃO ANARQUISTA GAÚCHA; DIRETORIO ACADEMICO ESTUDANTES DE FISICA DA UFRGS; COLETIVO FEMINISTA CLASSISTA ALEXANDRA KOLLONTAI.



cional, não só de São Paulo. Em São Paulo, já temos parte da CPTM, do Metrô e da Sabesp privatizados. Nós sabemos que a privatização significa demissão, redução de salários para os terceirizados, e aumento dos preços dos serviços prestados à população. Os terceirizados realizam o mesmo trabalho que os efetivos, recebendo um terço do salário em todos os setores, no transporte, na saúde, na educação e empresas privadas por todo o país. É necessário para colocar abaixo a privatização uma luta nacional.

Os companheiros já marcaram a greve unificada dos três setores para outubro, essa greve deve ser o primeiro passo para a greve nacional. Somente com a paralisação geral da classe operária, professores, camponeses, estudantes, trabalhadores efetivos e terceirizados é que colocaremos abaixo a privatização, não só do Tarcísio, mas também as privatizações do governo burguês de Lula, que está usando o BNDES, para financiar as PPP's - Parcerias Público Privadas - para entregar as estatais para o capital. Por isso, a luta é nacional.

A privatização é um projeto dos capitalistas para transformar tudo que necessitamos em mercadoria, lucrar e ganhar mais com a venda da água, transporte e serviços. Então camaradas, nós do POR temos uma proposta concreta para que os companheiros avaliem em sua assembleia. Nossa proposta é que a greve unificada, que está marcada para o estado de São Paulo, se concretize e que seja feito um chamado às centrais para que organizem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios. Nesse Dia Nacional de Luta, realizar assembleias nas fábricas, bairros, campo, para preparar uma greve geral.”

Assembleia dos metroviários aprova a greve

As assembleias aconteceram simultaneamente, metroviários e ferroviários. Cada categoria na sede de seus sindicatos. A dos metroviários foi híbrida. A direção informou a proposta de acordo entre as três diretorias dos sindicatos: antecipar a greve das três categorias para 3 de outubro, um dia de greve; reivindicar um plebiscito oficial; exigir a revogação de toda as privatizações; realizar uma assembleia unificada no dia 2 de outubro; após a greve de 24 horas, discutir os próximos passos da luta. Houve a defesa da greve por tempo indeterminado, discordando do acordo de greve por 24 horas.

Como a assembleia foi híbrida, a direção encaminhou as propostas de acordo com as direções dos ferroviários e da Sabesp para votação por meio de um link.

Na avaliação, havia unanimidade quanto à disposição dos trabalhadores pela greve. E a votação no plebiscito tem mostrado que a população também tem se colocado contra as privatizações.

O POR esteve na assembleia dos metroviários e interveio por meio do Manifesto, que publicamos abaixo.

Manifesto do Partido Operário Revolucionário

**Todo apoio ao plebiscito contra as privatizações Tarcísio
Organizar a greve para impedir a entrega da Sabesp,
Metrô e CPTM aos capitalistas
Constituir comitês de luta nos locais de trabalho, de
estudo e nos bairros
Estender a luta do estado de São Paulo a todo o país:
fim das privatizações e reestatização sob o controle
operário e dos demais explorados**

À população trabalhadora

17 de setembro de 2023

O plano de privatização do governador Tarcísio de Freitas é mais um capítulo do processo de desestatização e de entrega das empresas públicas aos capitalistas. De longa data, os governos federal, estaduais e municipais cedem às pressões dos banqueiros, grupos econômicos e credores da dívida pública, para que se desfaçam das empresas estatais. Quando não se privatiza inteiramente, se privatiza parcialmente. A Eletrobras foi a mais recente privatização, feita por Bolsonaro. Já era semiprivatizada pelo sistema misto de capital estatal e capital privado. Bolsonaro se desfez da estatal vendendo o controle acionário dessa empresa de energia tão estratégica para o Brasil. A Petrobras – a mais importante de todas as estatais – também está semiprivatizada, parte dela foi inteiramente privatizada.

As Parcerias Público-Privadas (PPPs) são uma forma de começar a privatização, de maneira que a população trabalhadora não veja o quanto prejudicial é para o custo de vida, que se eleva. O mesmo se passa com os serviços públicos de transporte, água, esgoto, energia e outros.

O objetivo de Tarcísio é liquidar de vez a Sabesp, Metrô e CPTM, que já estão semiprivatizadas. Recentemente, os trabalhadores do Recife realizaram uma importante greve contra a privatização do Metrô. Terão de voltar à luta, muito mais organizada, apoiada no conjunto dos sindicatos e, sobretudo, baseada na mobilização da população.

Os sindicatos e movimentos, que aprovaram o plebiscito para politicamente dizer Não às Privatizações de Tarcísio, também se comprometeram em preparar uma greve unitária dos trabalhadores da Sabesp, Metrô e CPTM. O plebiscito em si não derruba o projeto de privatização. Mas, a greve unificada, a participação dos demais sindicatos e movimentos, que contêm com a adesão da po-

pulação, é o único caminho de combate entre a força dos explorados e a dos exploradores representados pelo governador Tarcísio.

O movimento no Recife mostrou que a batalha é dura. Lá os sindicatos e centrais, pouco ou nada fizeram para ampliar e fortalecer a greve. A luta contra as desestatizações não pode ser corporativa, e não deve ser usada para interesses eleitorais. Sendo corporativa, limita a capacidade dos trabalhadores mobilizados em seus respectivos sindicatos, diante do poder do Estado e da campanha dos capitalistas interessados em se apossar das estatais. Se a campanha do plebiscito estiver a serviço das disputas eleitorais que se aproximam, cria desconfiança e divide a população trabalhadora.

O plebiscito, como se vê, deve ser um passo para envolver politicamente a população trabalhadora, não no sentido eleitoral, mas politicamente no sentido de que lutamos contra medidas capitalistas que afetam ainda mais as difíceis condições de vida da maioria que sobrevive com baixos salários, da parcela de desempregado e subempregado que mal consegue pagar as contas básicas.

As privatizações se voltam contra as necessidades elementares dos explorados, de um lado, e de outro atingem negativamente a economia como um todo. Eis por que os programas de desestatizações são exigidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, que monitoram a dívida pública e protegem os interesses dos banqueiros e monopólios controlados pelo imperialismo.

A luta contra as privatizações envolve questões mais profundas que a transação financeira entre o Estado e os grupos capitalistas. Envolve as condições de vida da maioria oprimida e a defesa da economia nacional contra o saque do capital parasitário, a manutenção da dívida pública e a subordinação do País às potências

imperialistas, que controlam o FMI e Banco Mundial.

As privatizações são antinacionais e pró-imperialistas. A burguesia brasileira com seus capitais e na condição de mantenedora da gigantesca dívida pública é dependente dos ditames do imperialismo. Associa-se ao capital internacional para impor as privatizações. Mesmo que o governo Lula, o PT e seus aliados no poder do Estado digam que acima de tudo está a defesa da soberania nacional, se mostraram na prática que são incapazes de organizar os explorados para acabar com a marcha avançada da desestatização, reestatizar e colocar as estatais sob o controle da classe operária. A utilização da semiprivatização (PPPs) é uma concessão dos governos do PT, que, no final das contas, impulsionam as privatizações. Lula não se dispôs sequer a acabar com as PPPs. É importante que a população trabalhadora saiba que não basta apoiar o plebiscito. É preciso organizar-se em um movimento de massa, e depositar força nas greves e manifestações.

Intervenção da Corrente Proletária contra as privatizações

Os militantes da Corrente Proletária/POR fazem a divulgação do Manifesto do partido nas atividades do plebiscito. Participaram da reunião na Apeoesp da Lapa, no dia 16, que organizou a campanha contra a privatização da Sabesp, Metrô e CPTM nas escolas estaduais e decidiu também realizar na estação de trem da CPTM.

No dia 18, a militância se reuniu na Praça de São Mateus, Zona Leste, para lançar o Comitê contra as privatizações e divulgar o Manifesto do partido. A atividade foi muito bem recebida pela população, que prontamente respondia que era contra a privatização. Durante a distribuição do Manifesto, os

O Partido Operário Revolucionário (POR), que tem por programa e orientação política a revolução proletária, a constituição de um governo operário e camponês e a expropriação geral da burguesia, se empenha para que a população trabalhadora se valha do plebiscito para rechaçar politicamente as privatizações da Sabesp, Metrô e CPTM, para se mobilizar e participar da greve planejada pelos sindicatos e movimentos. O POR defende que se estenda a luta contra as privatizações de Tarcísio a todas as demais privatizações em andamento, como a do Metrô de Recife. O POR trabalha para o sindicatos e movimentos constituam comitês de base e um comitê nacional de luta pelas reestatizações e pelo fim das PPPs.

Não à privatizações da Sabesp, Metrô e CPTM!

Sim à estatização sob o controle operário e popular!

São Paulo

Greve na USP

1ª assembleia da USP aprova o início da greve

No dia 19, um grande número de estudantes em assembleia geral na USP aprovou unanimemente a greve e um calendário de mobilizações. Um ato será realizado em frente à reitoria no dia 21; nova assembleia geral dia 22. Aprovou também o indicativo de um dia unificado de luta com os trabalhadores da Sabesp, Metrô e CPTM contra as privatizações do governador Tarcísio, para o dia 3 de outubro.

A mobilização para a greve vem acontecendo desde o dia 14, quando a universidade anunciou o fim de cursos de idioma por falta de professores e os estudantes da Faculdade de Letras responderam com uma paralisação. Desde então, os demais

militantes reforçaram o método de luta dos trabalhadores, que é a greve. Mostraram que somente com uma greve unificada e massiva seria possível enfrentar e derrotar a política de Tarcísio de entrega das empresas estatais. Chamou a atenção, também, o descontentamento dos trabalhadores com as duras condições de vida: alta do custo de vida, salários baixos, empregos precários, terceirização, falta de moradia e péssima situação da saúde pública. Eis aí por que é preciso utilizar o plebiscito para impulsionar as lutas, e os comitês de bairros são instrumentos essenciais para aglutinar a população pobre descontente com a política dos governantes.

Os cursos das ciências humanas como História, Geografia, Ciências Sociais e Filosofia aderiram à paralisação. O movimento reivindica, além da contratação de mais professores, a permanência estudantil, que teve diminuição de bolsas. Foi agregada a essa pauta inicial a luta contra as privatizações.

O POR esteve presente na assembleia com sua banca de materiais e a distribuição do boletim da Corrente Proletária Estudantil, em defesa da luta dos estudantes, destacando a necessidade de unificar com os demais setores da universidade, como os professores e funcionários, para tornar o movimento maior e mais forte.

2ª assembleia indica ampliação do movimento

A segunda assembleia geral aconteceu no dia 22, na ECA, e apesar do número menor que na anterior, provavelmente por ter acontecido numa sexta-feira a noite, indicou a ampliação do movimento através dos diversos informes de cursos que entram em greve e/ou estão mobilizados.

Nesta assembleia foram tiradas ações práticas de realização de um ato para fora da universidade, manifestações em cursos que estão vacilantes em relação a greve como a Poli (engenharias) e a São Francisco (direito), a construção de um comando de greve e uma manifestação na reitoria no dia da negociação. O problema está em que todas as propostas que foram sendo

aprovas pela assembleia possuíam condicionantes em relação a reunião com a reitoria, que sequer está marcada, numa clara tentativa da burocracia da universidade de desmobilizar os estudantes. A greve deve possuir seu calendário próprio e não se subordinar aos ditames do reitor. As reuniões de negociação é que devem se subordinar ao movimento e não o contrário.

O POR participou dessa assembleia com sua banca de materiais, materiais agitados e com o boletim da Corrente Proletária Estudantil que reproduzimos aqui.

CONTINUA →

Próximos passos da luta

Ao longo da semana, os trabalhadores da FFLCH (setorial do Sintusp) e os docentes da FFLCH (setorial Adusp) aprovaram a greve de 21 ao dia 26. O posicionamento de funcionários e professores em favor da luta unificada expressa um profundo e amplo descontentamento com as regressões impostas pelo governo do Estado de São Paulo à USP. No fundo, está o projeto de privatização.

Há muito, a burguesia pressiona o governo estadual a interromper o financiamento da maior e mais importante universidade do País. Não reunindo força política para entregá-la aos capitalistas da educação, se têm impulsionado formas de privatização interna, de um lado, e desmonte de faculdades e cursos, como no caso da FFLCH, de outro. A implantação do ensino a distância é um cavalo de Troia que abriga a privatização.

A USP passa por um longo processo de desfiguração e decomposição. A única forma de interrompê-lo é a de pôr em pé um poderoso movimento

unitário dos seus três setores. Para isso, é preciso vencer a cegueira diante do avanço da privatização interna e da implantação do ensino a distância.

A burocracia universitária serve de canal à política do governo de plantão. Os estudantes da FFLCH reagiram ao seu ataque. Assim, abriram caminho a uma resposta mais geral. Trata-se de aproveitar a ruptura que se abre na camisa de força da burocracia universitária e a contestação à política do governador de enfraquecer a universidade pública.

A próxima Assembleia poderá reforçar a mobilização, constituindo um comitê de luta entre os três setores e aprovando a convocação da Assembleia Geral Universitária, cuja soberania deve ser assumida pelos centros acadêmicos, pelo DCE e pelas associações de funcionários e docentes. Com uma ampla mobilização e com uma férrea unidade grevista, o movimento que recém-inicia derrotará as forças privatistas e fortalecerá a defesa do ensino público, controlado por quem estuda e trabalha.

Boletins da Corrente Proletária estudantil distribuídos nas assembleias

1ª Assembleia na USP, realizada no dia 18 de setembro

TODO APOIO À GREVE DOS ESTUDANTES DA USP

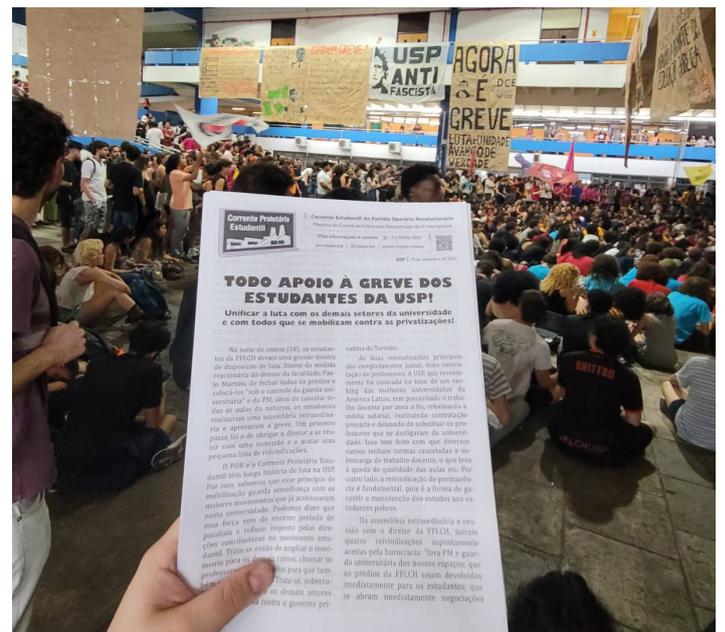
Unificar a luta com os demais setores da universidade e com todos que se mobilizam contra as privatizações!

Na noite de ontem (18), os estudantes da FFLCH deram uma grande mostra de disposição de luta. Diante da medida reacionária do diretor da faculdade, Paulo Martins, de fechar todos os prédios e colocá-los “sob o controle da guarda universitária” e da PM, além de cancelar todas as aulas do noturno, os estudantes realizaram uma assembleia extraordinária e aprovaram a greve. Um primeiro passo foi o de obrigar o diretor a se reunir com uma comissão e a acatar uma pequena lista de reivindicações.

O POR e a Corrente Proletária Estudantil têm longa história de luta na USP. Por isso, sabemos que esse princípio de mobilização guarda semelhança com os maiores movimentos que já aconteceram nesta universidade. Podemos dizer que essa força vem do enorme período de paralisia e refluxo imposto pelas direções conciliadoras no movimento estudantil. Trata-se então de ampliar o movimento para os demais cursos, chamar os professores e funcionários para que também entrem em greve. Trata-se, sobretudo, de unificar com os demais setores que estão em luta contra o governo privatista de Tarcísio.

As duas reivindicações principais são completamente justas, mais contratação de professores. A USP, que recentemente foi colocada no topo de um ranking das melhores universidades da América Latina, tem precarizado o trabalho docente por anos a fio, rebaixando a média salarial, instituindo contratação precária e deixando de substituir os professores que se desligaram da universidade. Isso tem feito com que diversos cursos tenham turmas canceladas e sobrecarga de trabalho docente, o que leva à queda de qualidade das aulas etc. Por outro lado, a reivindicação de permanência é fundamental, pois é a forma de garantir a manutenção dos estudos aos estudantes pobres.

Da assembleia extraordinária e reunião com o diretor da FFLCH, saíram quatro reivindicações supostamente aceitas pela burocracia: “fora PM e guarda universitária dos nossos espaços; que os prédios da FFLCH sejam devolvidos imediatamente para os estudantes; que se abram imediatamente negociações com a reitoria para atender nossas demandas; uma carta de retratação do Paulo Martins, explicando porque mais de mil estudantes tiveram de vir exigir o mínimo para continuar estudando e porque colocar a PM em cima de estudantes.”



É preciso dizer que a reivindicação de “Fora a PM e Guarda dos nossos espaços” deve se traduzir na bandeira e luta históricas para colocar fora a PM do campus, ou seja, não apenas dos espaços estudantis. Nesse sentido a Corrente Proletária defende a retomada dessa bandeira e dessa luta, como continuidade dos movimentos passados. Já o pedido de retratação pode ser aceito, já que a burocracia não tem nenhum compromisso com a verdade. É preciso uma forte mobilização através de um comitê de greve eleito pela base que imponha nossas reivindicações ao reitorado, sem permitir margem para manobras dos diretores e do reitor.

Os abusos do diretor da FFLCH em tentar fechar a Faculdade para impedir a mobilização, bem como o deboche antes da reunião, refletem que a burocracia universitária é venal e contrária aos interesses dos estudantes e trabalhadores da universidade. Nesse sentido, é fundamental que a mobilização retome a luta histórica dos estudantes pela autonomia universitária, que só pode ser rea-

lizada plenamente com o fim do reitorado e instituição de um governo tripartite para a universidade. Governo eleito e formado por estudantes, professores e funcionários, subordinado à Assembleia Geral Universitária.

A Corrente Proletária Estudantil/POR apoia a mobilização dos estudantes, que tem se utilizado dos métodos corretos, os métodos da luta com mobilização coletiva. Defende que, para a luta sair vitoriosa, é preciso ampliar e massificar: exigir que a Adusp e Sintusp convoquem suas assembleias para entrar na luta que começa com a greve na FFLCH. A luta dos estudantes de letras é de toda a USP, a greve é o caminho para barrar as medidas reacionárias do diretor da Faculdade e conquistar as demais reivindicações. Soma-

da à generalização da defesa da Universidade pública e gratuita, unificar com as categorias que já estão mobilizadas contra o governador bolsonarista Tarcísio de Freitas e sua política privatista. As bandeiras contra a privatização devem fazer parte dessa luta na USP.

Todo apoio à greve dos estudantes da USP!

Pelo atendimento integral das reivindicações!

Que a Adusp e Sintusp convoquem suas assembleias!

Fora PM da USP!

Pelo fim do reitorado, por um governo tripartite para universidade!

2ª Assembleia de greve, realizada em 22 de setembro

Responder à política privatista com a convocação de uma Assembleia Geral Universitária



A greve que começou na FFLCH se espalhou rapidamente pela universidade, já são dezenas de cursos em greve, outros em paralisação e alguns com mobilização e assembleias marcadas. Destaque para diversos cursos como os da EACH, IF etc., que realizaram piquete para garantir a paralisação. Os trabalhadores da FFLCH realizaram paralisação e os docentes, em assembleia setorial, decidiram pelo apoio às reivindicações dos estudantes e paralisação até o dia 26. Diversas mídias já noticiaram o movimento que tem como reivindicações principais a contratação de professores e a permanência estudantil. A primeira reação da direção da FFLCH foi autoritária, com uso da PM e da Guarda Universitária, o que fez os estudantes incluírem o combate à repressão em suas reivindicações.

A greve se encontra no seu primeiro momento de ascensão, trata-se agora de encontrar as raízes dos problemas enfrentados na universidade e responder de forma coletiva e organizada, massificando ainda mais essa luta e mantendo atenção às possíveis manobras da reitoria, como à reunião do dia 21, que não passou de um protocolo para dissuadir o movimento.

A reivindicação de contratação de professores é completamente justa. Desde 2014, a USP já perdeu 17,5% do quadro de docentes efetivos, alguns cursos chegam a 30%, como nos casos da Faculdade de Saúde Pública (FSP) e da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária (FEA). Faculdades, como a ECA e a FFLCH, perderam cerca de 20% dos docentes nos últimos 9 anos. Não existe nenhum plano de reposição desse quadro por parte da reitoria. Soma-se a isso o processo de precarização do trabalho dos professores, com a dilapidação do Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) e adoção da política de contratação de docentes temporários, que recebem o equivalente a um salário mínimo, para dar aulas nos cursos de graduação.

O problema da permanência não é menos grave. Mudanças nos programas de assistência estudantil têm deixado centenas de estu-

dantes de fora, sem condições de permanecer na universidade. As bolsas não sobem de acordo com o aumento do custo de vida. Não existe ampliação das vagas de moradia, pelo contrário, prédios do CRUSP são fechados, para supostas reformas, sem a manutenção das vagas. Os RUs estão cada vez mais precarizados. A terceirização avança a passos largos em diversos setores da universidade, prejudicando os serviços aos estudantes e trabalhadores, além de ampliar cada vez mais o número de trabalhadores em situação de completa precarização e instabilidade, com salários rebaixados, sem terem sequer direito ao BUSP.

De conjunto, essa situação expressa o avanço da privatização da universidade, um interesse antigo da oligarquia paulista, que sempre encontrou canal de expressão nos diversos governos do PSDB, e agora no governo do bolsonarista e privatista de Tarcísio de Freitas, que, como se sabe, vem avançando na privatização da SABESP, do transporte sobre trilhos e do Porto de Santos.

O fato da maior parte das pesquisas que saem da universidade não servir de melhora para a vida das massas, pelo contrário, serve à ampliação do lucro de diversos setores do capital, não parece ser suficiente para a sanha dos capitalistas. Querem que a USP seja ainda mais elitista e que possa servir ainda mais aos interesses de grupos econômicos. Como não podem privatizar a universidade diretamente, fazem uma abordagem em diversas frentes de entrega da universidade pública para o setor privado. Através dos cursos pagos, das inúmeras fundações, das parcerias e consultorias privadas, como a recentemente contratada McKinsey & Company, e através da terceirização de diversos serviços, pela entrega de instituições, como no caso do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais de Bauri (HRAC), que foi entregue ao governo do estado e, agora, está sendo gerido por uma fundação privada, mas principalmente pela precarização generalizada e falta de contratação de trabalhadores docentes e de outros setores, com complementar crescimento do Ensino à Distância. Essas são algumas das

muitas formas que o reitorado, aliado aos governos privatistas, vai destruindo a universidade pública. O fato da USP ter recentemente saído no topo de um ranking das melhores universidade da América Latina não está em contradição com essa destruição, afinal a massa de recursos que são repassados à USP é destinada principalmente para um reduzido número de pesquisas de ponta, que cumprem, por um lado, o papel propagandístico para o governo e, por outro, garante grandes lucros para as empresas que se apropriam dessas pesquisas.

É diante desse quadro de ataques e da paralisia do movimento estudantil nos últimos anos, que o movimento ressurgiu com muita força, mobilizando até cursos que tradicionalmente não entram em greve. A tarefa agora é garantir uma unidade de fato dos três setores da universidade para combater a política privatista de conjunto. Só assim esse movimento vai trilhar o caminho da vitória. Está colocada a necessidade de uma Assembleia Geral Universitária dos três setores, estudantes, docentes e funcionários. É preciso constituir um comitê unitário subordinado às decisões da Assembleia Universitária. Essa é a resposta que vai conduzir à luta por uma real autonomia universitária, só possível com o fim do reitorado e construção de um governo tripartite.

A primeira resposta da direção da FFLCH e da reitoria ao movimento foi a repressão, o que fez com que o movimento se ampliasse. Agora, deve passar ao desgaste e às manobras. Reuniões canceladas ou sem nenhuma proposta, agenda de negociação distante, promessas e até falsos compromissos de mais contratação etc. A isso o movimento deve responder com o combate à política privatista de conjunto, o que inclui o fim do EaD na universidade, fim das terceirizações, fim dos cursos pagos, fim das fundações etc.

A Corrente Proletária Estudantil/POR trabalha pela vitória do movimento com o pleno atendimento de suas reivindicações. E defende que a mobilização permaneça firme, que se fortaleça e se amplie, com os métodos de luta de ação direta coletiva.

Ceará

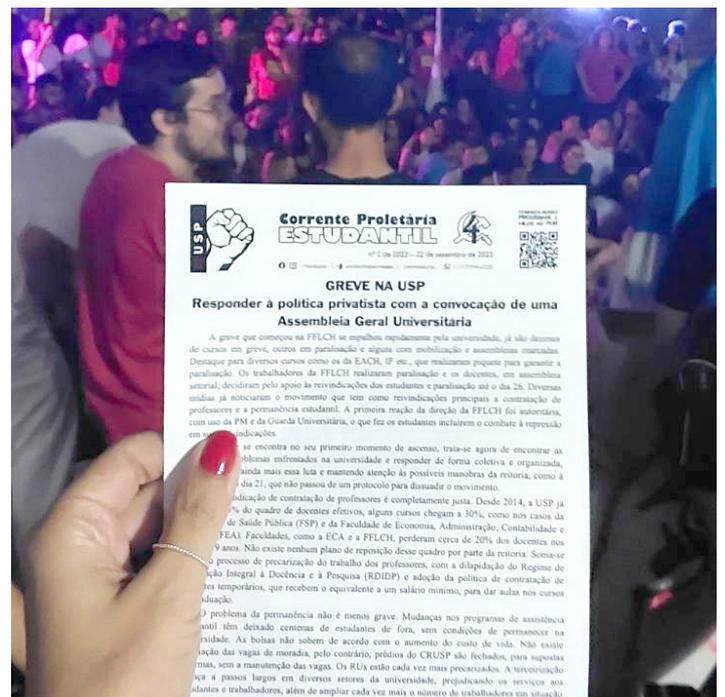
Boletim da Corrente Proletária Estudantil

Na Universidade Estadual do Ceará (UECE), a falta de professores em vários cursos, especialmente nas licenciaturas e cursos noturnos, tem despertado a mobilização dos estudantes. No curso de História (noturno) há pelo menos 4 disciplinas sem professores. Agrega-se a isso os casos de professores mais antigos que já aguardam as aposentadorias. No Curso de Serviço Social e em outros, a falta de professores tem motivado a organização de atos convocados pelos CA's exigindo da reitoria uma solução para o problema.

A Corrente Proletária Estudantil/CPE denuncia que a falta de professores tem perdurado mesmo com o concurso realizado por Elmano de Freitas/PT, porque não há empenho do governo em resolver (em definitivo) o problema das carências. Ao contrário, mantém conscientemente uma parcela do corpo docente em situação de trabalho precarizado (professores temporários) o que acarreta carências recorrentes.

A falta de professores se combina com os conhecidos problemas da permanência estudantil. O reajuste das bolsas estudantis, realizado pelo governo Elmano/PT apenas depois de muita pressão, mostra que é do interesse do Palácio da Abolição, manter a defasagem de bolsas. A tragédia do garoto de 9 anos, Heitor, no campus do Itapery, motivou mobilizações da comunidade acadêmica que levantou várias reivindicações sobre a estrutura dos campi.

A CPE defende a convocação de assembleia geral estudantil, para organização da luta pelas reivindicações: por uma bolsa estudantil que assegure condições reais de permanência, calculado nas assembleias estudantis! Por reajuste anual das bolsas! Pela efetivação de todos os docentes de contrato temporário! Contratação imediata de professores!



Por uma Assembleia Geral Universitária dos três setores!

Constituir um comitê de greve tripartite!

Pela firme e decidida unidade entre estudantes, funcionários e professores!

Pela total independência diante da burocracia universitária e do Reitor!

Que essa mobilização seja o ponto de partida por uma mobilização geral contra as privatizações!

LANÇAMENTO FOLHETO

Juventude e Revolução

Textos de Trotsky e da Quarta Internacional sobre a organização revolucionária da juventude

Adquira com um distribuidor do Jornal Massas por apenas:

R\$ 5,00

POR **MASSAS**

Ceará

Paralisação na rede estadual de ensino

A paralisação estadual da educação, convocada pela Apeoc para o dia 21/09, com o objetivo de lutar por pontos pendentes da campanha salarial de 2023, teve adesão abaixo do esperado. O ato marcado para a Assembleia Legislativa (ALECE) contou com apenas 450 manifestantes entre professores e estudantes. Alguns politiquinhos de plantão se fizeram presentes, visando as eleições municipais de 2024.

A Corrente Proletária na Educação/POR interveio no ato com o Boletim da Corrente Proletária e no carro de som. Defendeu o pagamento imediato do retroativo aos professores que ganham abaixo do piso nacional, a convocação do cadastro de reserva dos concursados de 2018, as eleições para diretores de escola, o pagamento imediato das progressões do período 2021/22 e 2022/23 para toda categoria e a revogação da reforma da previdência estadual. Defendeu que as reivindicações só podem ser arrancadas com a mobilização, ação direta, e que é preciso lutar pela independência de classe dos sindicatos e movimentos perante os governos burgueses de Lula/Alckmin e Elmano Freitas/PT. Explicou, por fim, que o governo burguês de frente ampla é de continuidade em relação aos governos Temer e Bolsonaro no que diz respeito à preservação das contrarreformas e aplicação da política econômica ditada pelo grande capital.

Um dos objetivos da burocracia sindical em ter convocado o ato para a ALECE e montado uma comissão para negociar com deputados é a realização de uma campanha para a coleta de 40 mil assinaturas a fim de protocolar um projeto de lei na Assembleia contra o confisco dos 14% sobre os aposentados, estabelecidos desde a reforma previdenciária de Camilo Santana. Como se vê, a burocracia separa a questão do confisco dos aposentados do restante da reforma da previdência. É preciso, ao contrário, lutar pela revogação da reforma em seu conjunto. Por sua vez, a criação de um projeto de lei descolado da luta real nas escolas, e isolado das lutas do proletariado, não será o caminho para a derrubada da maldita contrarreforma. Se os trabalhadores em educação, ou

mesmo de forma demagógica a burocracia sindical, desejam a sua derrubada, precisam começar por exigir da CUT e demais centrais a convocação de um Dia Nacional de Luta com paralisações e bloqueios. Não há outra via.

A lição mais importante a ser extraída da paralisação do dia 21 é a de que é preciso mobilizar a fundo a categoria e superar o corporativismo. A crise capitalista (que está na base da crise da educação) não pode ser respondida senão com organização, independência de classe e as reivindicações que defendam a vida das massas.

Minas Gerais - Balanço da greve

Direção do Sinpro-MG aceita o acordo rebaixado e diz que foi uma vitória

É preciso construir a fração classista e revolucionária nos sindicatos

No fim de agosto, os professores de escolas particulares de Belo Horizonte e região (cidades de abrangência da CCT/MG) entraram em greve pela manutenção dos direitos, que estão sob ataque, devido às alterações propostas pela patronal, que afetam diretamente a condição dos professores, como o fim da isonomia, alteração no período de férias e mudanças no adicional por tempo de serviço. As negociações se arrastam desde março.

Nas duas assembleias que decorreram desde então, nos dias 5 e 11 de setembro, com a participação de professores de cerca de 40 escolas, aprovou-se a manutenção do estado de greve por tempo indeterminado. Além das reivindicações já citadas, os professores exigiam a manutenção das cláusulas previstas na Convenção Coletiva de 2019, anterior às mudanças aprovadas em função da pandemia, como a garantia de salários e a bolsa para educação infantil. No entanto, a assembleia realizada no dia 13 decidiu encerrar a greve e acatar a decisão do TRT-MG, que propôs mudança apenas no adicional por tempo de serviço.

Em época de campanha salarial a prática da direção sindical é sempre a mesma, chama a greve sem organizar a base. As assembleias regionais são realizadas ao mesmo tempo que a distribuição

de bolsas de estudos para associados (os professores têm direito a bolsa de estudos para seus filhos que estudam na rede particular, o que talvez explique a filiação ao sindicato).

A direção do sindicato (Sinpro-MG) considera uma vitória a alteração da cláusula por tempo de serviço. Com isso, os percentuais acrescidos à remuneração dos docentes em função do tempo de trabalho passarão a ser de 4%, 8,5%, 10%, 15%, 20% e 25% a cada 5, 10, 15, 20, 25 e 30 anos de serviço, respectivamente. Essa alteração somente será válida a partir de março do ano que vem. No entanto, a convenção coletiva afirma que o adicional por tempo de serviço é dado por 5% (cinco anos), 10% (dez anos) e assim sucessivamente, a cada cinco anos. A direção, para justificar esse retrocesso nos direitos, culpa a base por não ter se mobilizado.

Em relação à cláusula econômica, a proposta prevê um reajuste de acordo com o INPC (4,36%) a partir de 1º de outubro e mais três parcelas de 9% a serem pagas como abono para os docentes que não receberam a antecipação nos meses de outubro, novembro e dezembro. Lembrando que a proposta prevê, mas não obriga a patronal a pagar esse abono. Outro agravante é que muitas escolas, principalmente as de cidades do interior sob a abrangência da

CCT-MG, nem pagaram o reajuste passado. Uma direção classista formularia as reivindicações a partir das reais necessidades dos trabalhadores. O salário mínimo necessário, segundo o DIEESE, para agosto de 2023, é de R\$6.389,72, mas essa é uma reivindicação há muito tempo abandonada pelas direções conciliadoras.

Por fim, ficou acordado ainda no TRT que não haverá nenhum tipo de represália aos professores e professoras que aderiram ao movimento, sendo proibido o corte dos dias parados. Esse é mais um ponto que a direção do sindicato não pode dar nenhuma garan-

tia, pois os professores da rede particular sofrem ameaças diárias. Tudo isso é um reflexo das burocracias sindicais que, afastadas da base e sem organizar as mesmas, perpetuam-se nas direções e promovem a conciliação com a patronal ao invés de promover a luta pelos direitos. É urgente e necessário organizar, desde a base, para lutar com os nossos métodos e barrar as ofensivas da patronal.

A Corrente Proletária na Educação chama o professorado a construir uma fração classista e revolucionária nos sindicatos, de forma a superar as atuais direções conciliadoras.

Rondônia

Constituir uma oposição classista e de luta

Desde o início do ano, a direção do sindicato ficou enrolando os trabalhadores da educação. Não convocaram as assembleias para aprovar o caminho para enfrentar o prefeito, que se recusa a atender as reivindicações. Somente em abril, sob a pressão da base, o Sintero convocou a assembleia para explicar que o prefeito só iria atualizar o percentual do piso, alegando que a prefeitura se encontrava no limite prudencial. Nesse momento, os trabalhadores se mostraram dispostos à greve, mas a direção manobrou argumentando que ainda estava em processo de negociações.

Em julho, o prefeito anunciou que todos os servidores do município teriam um reajuste salarial de 5,79%. O prefeito ao anunciar esse mísero aumento enfatizou que o percentual do piso iria pagar em forma de complemento, sem levar em consideração a lei federal. No pagamento de agosto, não veio o percentual, a classe novamente pressiona a direção sindical para convocar uma assembleia e deliberar pela greve.

A burocracia chamou a assembleia no dia 30 de agosto, o auditório do Sintero ficou lotado de servidores e a greve foi aprovada. Novamente, a burocracia manobrou para que fosse feita uma paralisação nos dias 5 e 6 de setembro, e nova assembleia no dia 12. A assembleia aconteceu no dia 19, uma semana depois e com a ressalva de indicativo de greve. O prefeito aproveitou para fazer uma folha suplementar, cumprindo como complemento de salário, que caiu na conta dos professores de forma diferenciada no dia 15.

Na realidade, os burocratas do sindicato serviram ao prefeito. Basta ver a posição reacionária da vereadora Elis Regina, presidente do Sindeprof, em defesa do orçamento municipal e das medidas repressivas como os descontos nos salários, as faltas e reposição de aulas, caso ocorresse a greve. Foi o maior banho de água fria, e o desânimo tomou conta. A direção do Sintero, diante do esvaziamento que ocorreu na assembleia, concluiu dizendo que seria uma irresponsabilidade aprovar a greve. Como se vê, os burocratas agem para quebrar a disposição de luta dos trabalhadores. Isso era tudo que precisava o prefeito.

A Corrente Proletária da Educação/POR interveio em todas as assembleias defendendo as reivindicações e o método próprio de luta dos trabalhadores, que é a greve e as manifestações de rua. Rechaçou a política de conciliação de classes das burocracias sindicais e trabalhou junto aos professores no sentido de constituir uma oposição sindical classista e de luta. Mas, a Corrente Proletária não teve a força suficiente para derrotar as manobras das direções sindicais contra a organização e realização da greve.

Essa é mais uma lição que precisa ser assimilada pelos trabalhadores da educação. A política de colaboração de classes dos burocratas sindicais só será eliminada dos sindicatos por meio da organização e intervenção dos trabalhadores da educação. E o caminho está na constituição de uma oposição, tarefa essa defendida pela Corrente Proletária.

São Paulo

Reunião esvaziada só serve à direção burocrática da AFUSE

Retomar o trabalho de visita às escolas

No dia 15 de setembro, a direção regional da Afuse, macro norte, convocou uma reunião de representantes de escolas (RUTs), para discutir a publicação da dispensa de ponto e a organização do Congresso Regional da macro região.

Sobre a dispensa de ponto, o governo direitista Tarcísio de Freitas/Feder publicou um número limitado de abono de ponto, ou seja, o governo Tarcísio/Feder decidiu o número de quantos funcionários podem participar das reuniões. A direção da Afuse aceitou essa ingerência, distribuiu as atas para eleição dos representantes, apenas pela internet, e estipulou o prazo limitado de um mês. Assim, a reunião da macro norte se viu obrigada a chamar uma reunião para discutir esse fato. A resolução tomada foi aumentar o prazo e tentar ampliar o número de atas. O outro tema foi a organização do Congresso Regional da macro norte, que abrange várias cidades, necessariamente terá de ter atas de representantes para participação. Temos o exemplo da cidade Francisco Morato que possuía vários representantes de escolas, antes da pandemia, agora, apenas uma escola tinha conseguido eleger. A maioria dos representantes era de Guarulhos, mesmo assim não chegou a ter 40 representantes de uma macro, constituída de 6 cidades.

Essa situação chamou atenção dos dirigentes regionais, que em grande parte são aposentados. Isso evidencia que os funcionários que estão nas escolas permanecem distantes do que ocorre no sindicato. O trabalho de visita às escolas vem se tornando quase inexistente. A direção da Afuse, que é do PT, aproveitou a pandemia para legitimar uma prática nociva à organização dos trabalhadores, que é a de transformar as reuniões, eleições e congresso na modalidade virtual. A experiência já demonstrou que a forma virtual não serve para organizar os funcionários para a luta, que é coletiva. Não por acaso, a Afuse é desconhecida para os novos funcionários, porque não veem como um sindicato capaz de defender as reivindicações vitais da categoria. Certamente, boa parte confunde o sindicato, que é um organismo de resistência contra a exploração dos capitalistas/governo, e a sua direção, que há muito tempo impõe a política de conciliação de classes, oposta aos interesses dos funcionários.

Na reunião da macro norte, a Corrente Proletária defendeu que se aprovasse a convocação de uma assembleia estadual, amplamente divulgada nas escolas, para retomar o método próprio dos trabalhadores, que é a discussão e as ações coletivas. Mostrou que os ataques aos salários, aos direitos e o avanço da terceirização só poderão

ser combatidos por meio da mobilização nas ruas e da greve. As negociações sem luta já mostraram que não conseguem barrar a ofensiva do governador, que é privatista. Basta ver o que vêm ocorrendo nas escolas com a terceirização e o desmonte da educação pública.

Como a reunião esteve sob o controle da política da direção do sindicato, não se aprovou as posições da Corrente Proletária. No entanto, essa situação vivida no dia 15 de setembro deve servir para

que os funcionários mais conscientes venham fortalecer essa fração classista e de luta, que é a Corrente Proletária. É preciso ampliar o trabalho junto às escolas, defender a independência e a democracia sindicais, e o caminho é participar das discussões, atividades e visitas às escolas. Sem uma forte oposição sindical, não será possível remover esse grande obstáculo, que é a direção burocrática da Afuse.

São Paulo

Reunião do Conselho de Representantes do SINPEEM

Burocracia é conivente com o Projeto privatista do prefeito Ricardo Nunes

No dia 18, ocorreu a reunião do Conselho de representantes do Sinpeem. Foi a primeira reunião presencial logo após a campanha salarial fracassada, ocorrida no primeiro semestre. Na campanha salarial, o Fórum de Entidades agiu duramente para não perder o controle das manifestações, o que levou à aceitação dos míseros 5% de reajuste salarial, oferecidos pelo prefeito. Nas reuniões de representantes do Sinpeem, neste mês, a burocracia ficou lendo por horas a fio as explicações do boletim sobre a Reforma Tributária e Administrativa do governo burguês de Lula/Alckmin e a Instrução Normativa nº 24 do prefeito direitista, que dá mais um passo na implantação do Projeto SP Integral. Esses 3 pontos por si só exigiriam discussão e organização da luta, caso a direção sindical não fosse burocrática. Mas, o presidente do sindicato tentou convencer o plenário a adiar para o Congresso, que ocorrerá no mês de outubro, a decisão sobre o Projeto SP Integral.

Porém, como o problema é imediato, as discussões não puderam ser evitadas. Boa parte dos conselheiros cobrou da direção uma posição contrária à Instrução Normativa 24, que impõe o ensino de tempo integral em 50% das salas dos primeiros anos do Ensino Fundamental 1. Alguns conselheiros lembraram da campanha fraudulenta do secretário da Educação, no ano passado, que visava a ganhar apoio dos diretores de escolas. Foi prometido reformas de prédios, compra de materiais, mais funcionários, mas que não passaram de falsas promessas. O contrário ocorreu: salas do Ensino fundamental 2 foram fechadas, outras ficaram superlotadas e a ausência de funcionários acabou avolumando os problemas no interior das escolas.

Na realidade, o prefeito, que disputa a reeleição no próximo ano, pretende propagandar que a cidade de São Paulo cumprirá

a meta em 2024 de incluir 50% de crianças nos 1ºs anos do ensino Fundamental em escolas de tempo integral. Isso às custas da precariedade das condições de trabalho e ensino. Para os pais, particularmente a mulher trabalhadora, que necessita deixar os filhos na escola durante todo o dia, o projeto do prefeito pode aparecer como uma solução. Mas, no fundo, não é de criação de mais escolas e de melhores condições de ensino e trabalho. A escola de tempo integral do prefeito Nunes não significará mais recursos à educação, mas sim o avanço da terceirização.

Na reunião do Sinpeem, os burocratas defenderam a “autonomia das escolas de aderirem ou não ao projeto”. Uma velha prática, muito usada pela direção da Apeoesp contra as PEIs, que é incapaz de combater a ofensiva dos governantes. A derrota de programas educacionais dos governos, que são de ataques à educação pública, depende da ação coletiva dos professores, funcionários, pais e estudantes. Se os governantes conseguem alimentar ilusões entre os pais das belezas da escola de tempo integral, isso mostra a falta o trabalho das direções sindicais de organizar a luta coletiva nas ruas.

A Corrente Proletária combateu o Projeto SP Integral e a política da burocracia de transferir o problema que é de todo o município para cada uma das escolas. Mostrou que se trata da ofensiva privatizante dos governos e se colocou pela convocação de uma assembleia, para que se aprove o caminho da luta de forma coletiva e unitária. Durante a reunião, foi distribuído o Boletim da Corrente Proletária/POR, que defende a unidade dos explorados para enfrentar as medidas dos governantes, faz uma análise do Projeto do prefeito e os problemas reais das escolas e dos trabalhadores da educação e se coloca pela convocação imediata de uma assembleia.

São Paulo - ABC

Boletim da Corrente Proletária - UFABC

A Corrente Proletária divulgou o seu boletim na Assembleia do SinTUFABC com as seguintes matérias: “FASUBRA: Eleger delegados comprometidos com a luta independente!”; “Não à demissão dos vigilantes! Pela estabilidade no emprego e efetivação dos terceirizados!”; “Balanço do 5º Congresso da CSP-Conlutas”; “Abaixo a privatização da Sabesp, Metrô e CPTM!”.

Tendo em vista “a última Plenária Nacional Geral (PNG) da FASUBRA de 2023”, que “ocorrerá nos dias 30 de setembro e 1 de outubro em Brasília”, o boletim traz nossas “principais propostas: fim da terceirização, jornada de 30h para todos os TAEs, e piso de um salário-mínimo vital”. Coloca que “para blindar os governos, as direções governistas boicotam as reivindicações e os métodos próprios dos trabalhadores”, afirmando que “não é possível defender uma real reestruturação progressiva da carreira sem essa compreensão”. Em função da direção majoritária ter tentado indicar um dirigente sindical como delegado na última Reunião Ordinária da Coordenação Executiva do SinTUFABC, o boletim de-

nuncia que “após eleger apenas um dos três delegados e enviar um observador do SinTUFABC à PNG de julho, a direção majoritária governista do SinTUFABC (Chapa 2 – “Sem medo de ser feliz”) quer agora eliminar o caráter democrático do processo de escolha de delegados à PNG. Para tanto, se apoiam em um mecanismo burocrático do Estatuto da FASUBRA, que institui cotas para dirigentes” colocando que “retirar a atribuição da assembleia de eleger de forma conjunta os três delegados coloca os governistas em uma zona de conforto imobilista e burocrática, pois as assembleias apenas referendarão ou não o dirigente indicado pela direção, fazendo com que a disputa pelos dois delegados da base perca importância política.”. Denuncia a conduta burocrática da Direção Nacional da FASUBRA e faz o seguinte chamado: “Trabalhadores, não podemos permitir que as direções pró-capitalistas secundarizem nossas reivindicações e burocratizem as entidades sindicais. Rechacemos essa política, votando nos delegados comprometidos com a luta e fortalecendo um polo de luta baseado na democracia

sindical e na independência dos governos, tanto no SinTUFABC como na FASUBRA”.

O Boletim também denuncia a instabilidade dos vigilantes que “estão prestes a serem demitidos”, devido à substituição da empresa terceirizada, e faz o seguinte chamado: “Reforçamos o chamado às entidades sindicais e estudantis à constituição de um Comitê de Luta, que envolva estudantes, professores, funcionários, e a população em geral. Esse Comitê deve assumir a tarefa de organizar a luta em torno às seguintes bandeiras: Nenhuma demissão! Pela estabilidade no emprego! Pela efetivação dos trabalhadores terceirizados!”.

Em relação ao 5º Congresso da CSP-Conlutas afirma que “expressou a ausência de uma política classista da Central” e que “houve duas grandes discussões: a posição diante da Guerra na Ucrânia e do governo Lula/Alckmin”, explicando as posições da Corrente Proletária/POR e as posições da Central, hegemônicas pelo PSTU. O Boletim afirma que “com exceção da chapa POR-ART, as demais chapas que disputaram a direção não se constituíram sob a base de divergências estratégicas” e conclui com a seguinte afirmação: “Apesar de não ter assumido claramente uma política de independência de classe, o Congresso permitiu que a política proletária se expressasse, o que é mais difícil nos fóruns

ultra burocratizados da CUT e outras centrais, em que as burocracias fazem de tudo para bloquear a discussão política. O fato da direção majoritária do SinTUFABC ter boicotado o 5º Congresso da CSP-Conlutas, cancelando a assembleia de eleição de delegados no último dia do prazo, demonstrou que as tendências políticas que querem desfiliá-lo do SinTUFABC da CSP-Conlutas e filiá-lo à CUT se utilizam de métodos antidemocráticos”.

Contra a privatização, o boletim inicia dizendo que “os governantes sabem que a privatização prejudica as massas trabalhadoras, mas estão comprometidos com os capitalistas” e que apesar do plebiscito ser “uma forma de expressão democrática da população (...) não podemos ter a ilusão de que o governo respeitará a decisão das massas. O plebiscito deve servir para mobilizar a população oprimida e preparar a greve em defesa das empresas públicas.” Coloca que “o movimento não pode se guiar pela política eleitoral das burocracias que não vinculam as privatizações no estado com as privatizações nacionais” e que “a Corrente Proletária defende que o SinTUFABC participe ativamente da campanha contra as privatizações, levantando a necessidade de tomar as ruas com atos massivos e com a greve geral, usando o método da ação direta coletiva, única forma de derrotar os planos de privatização.”

Rio de Janeiro

Responder com luta coletiva a situação calamitosa da educação

A luta pela educação no Rio de Janeiro se afasta cada vez mais de um combate classista. As altas taxas de analfabetismo e as políticas de contratação de professores, administração dos recursos que chegam nas escolas e até os métodos das prefeituras de controle disso, colaboram para esse cenário.

Enquanto o estado se preocupa em realizar provas que exigem um padrão de pensamento, resposta, escrita, que exige tanto dos alunos, como dos professores, uma série de necessidades básicas dos estudantes deixam de ser cumpridas como alimentação, a estrutura física das escolas, a condição salarial dos docentes etc. De acordo com o Relatório Anual de Responsabilidade Educacional de 2021, 4,2% dos fluminenses não apresentam as competências necessárias em leitura e escrita. A média nacional, 6,6%. Nem seria preciso dizer, mas entre as pessoas pretas com 15 anos ou mais de idade, 7,4% eram analfabetas, mais que o dobro da taxa encontrada entre as pessoas brancas (3,4%).

A merenda é insuficiente e colabora com as dificuldades de aprendizado. De acordo com o representante da Associação dos Diretores de Escolas Públicas do Estado (Aderj), Bruna Patrocínio, é recebido pouco mais de R\$ 1,00 para a alimentação diária por aluno. A falta de acompanhantes para os alunos especiais que estão tendo os diagnósticos, a ausência de cuidado para aqueles sem diagnósticos, mas que muitas vezes pais e professores em conjunto

já sinalizam essa necessidade etc.

Enquanto tudo isso acontece, o estado segue realizando a contratação precária de professores, sem efetivar os que já estão na rede de ensino. Como sabemos, os contratos por tempo determinado só resolvem a escassez de professores por poucos meses. E em escolas periféricas a dificuldade é maior, já que mesmo os contratados têm dificuldade de permanecer, além das inúmeras interrupções nos dias letivos por conta de operações policiais.

Diante dessa calamidade, qual é a resposta que a vanguarda com consciência de classe deve dar a situação? Primeira, é não depositar esperanças no discurso reformista de que o investimento em educação básica é a resposta para todos os males sociais. Compreendemos que o descaso da educação é fruto da opressão de classe e só será superado com a aniquilação da sociedade de classes, o capitalismo. Para isso, é preciso formar no interior dos sindicatos em geral, e da educação em particular, as oposições classistas e combativas, que retomará os sindicatos para luta, como instrumentos dos trabalhadores. Segunda, o ponto de partida é a exigência de que o SEPE convoque imediatamente as assembleias para que os trabalhadores levantem os problemas e organizem a luta coletiva. Que os profissionais da educação do Rio de Janeiro, juntamente a juventude e a maioria oprimida, façam a defesa de um Dia Nacional de Lutas.

Rio de Janeiro

Estudantes da UERJ em luta pelas condições de estudo

As primeiras semanas de setembro foram marcadas por uma intensa mobilização dos estudantes na principal universidade estadual do Estado do Rio de Janeiro, a UERJ. Em um contexto em que as bolsas de auxílio permanência não foram pagas, os estudantes organizaram atos combativos ao redor do Campus Maracanã, para exigir o pagamento e um dia fixo.

Apesar das tentativas de dispersão por parte de militantes reformistas, o ato dos estudantes chegou a parar a Avenida São Francisco Xavier nos dois sentidos por 25 minutos até ser reprimido com violência pela PM. Na contramão do imobilismo dos integrantes do DCE, o espaço destinado ao Diretório foi ocupado

por estudantes que exigem o cumprimento dos pagamentos, bem como a expansão do bandeirão para os outros campi e a definição de um calendário de lutas.

Nós do POR fazemos parte dessa luta, para que as reivindicações dos estudantes da UERJ sejam cumpridas de forma integral. Que a mobilização dos estudantes seja a faísca inicial de um movimento para confrontar e destituir as direções pelegas à frente do movimento estudantil. É necessário, além disso, a unificação dessa luta com outras universidades estaduais e federais do RJ, que passam pelos mesmos problemas.

Rio Grande do Sul

Boletim O Proletário denuncia projeto de urbanização na Fazenda do Arado

O Jornal de bairro do POR denunciou o projeto de urbanização da Fazenda do Arado para os moradores do bairro Belém Novo, diretamente atingido pelo aterramento dos campos de várzea, que causará ainda mais inundações na região. O bairro já sofre com a falta de infraestrutura. Além disso, a fauna e a flora da fazenda serão atingidas pelo projeto, assim como a aldeia Guarani que fica na ponta do Arado.

Durante a distribuição do Boletim O Proletário, os moradores demonstraram não ter conhecimento do projeto e dos riscos que representa para o bairro. Um operário denunciou que as obras já estão em estágio avançado, que o aterramento já está praticamente completo e se estende até o Lami, afetando não apenas o bairro Belém Novo, e que as obras têm sido realizadas pela prefeitura, com dinheiro público, para que as empresas envolvidas no empreendimento não tenham gastos, e apenas lucros.

O projeto de urbanização da Fazenda do Arado é o que esteve por trás das modificações arbitrárias na legislação municipal, e é apenas um dentre tantos ataques da prefeitura às áreas de importância ambiental e espaços públicos, que vêm sendo privatizados amplamente e servido de espaço para empreendimentos imobiliários. As lamentações de ambientalistas, acadêmicos, vereadores e deputados não têm evitado o avanço da política privatista da prefeitura de Porto Alegre, expressão da política econômica que vem sendo aplicada em todo país, pelos governos federais e estaduais, sejam eles de esquerda ou direita.

É urgente que os movimentos populares tomem em suas mãos a luta contra as privatizações, que as organizações de bairro construam uma luta conjunta contra os projetos que o governo tem imposto e que são o prelúdio de desastres como estes que vem ocorrendo dia após dia, no Rio Grande do Sul, arrastando os bairros e municípios mais pobres e vulneráveis para tragédias.

Santa Catarina

Descaso e degradação ambiental em Chapecó

Somente através da luta de classes, com um programa, organização e métodos próprios, que o proletariado será capaz de impor suas reivindicações

Moradores da Barra do Rio dos Índios, na cidade de Chapecó-SC, presenciam no seu dia a dia a degradação ambiental capitalista: poluição das águas pela burguesia com o consentimento e coparticipação estatal.

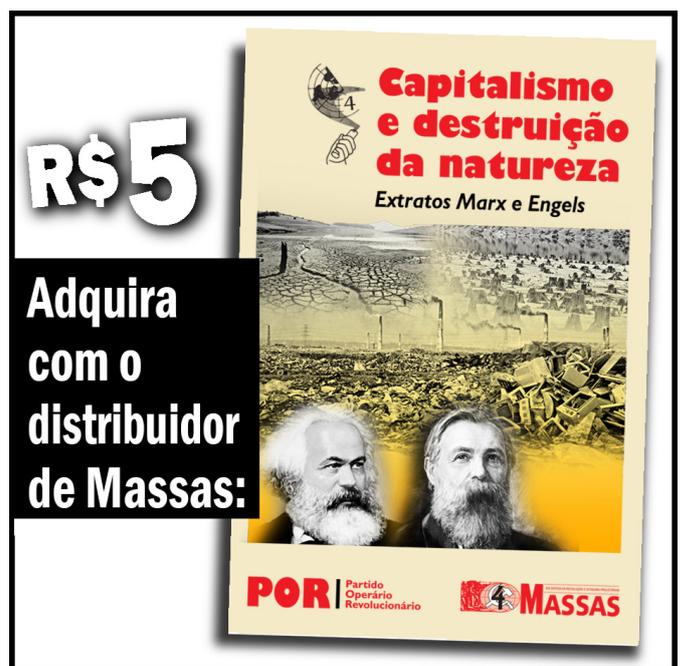
A região é rica em nascentes e fontes de água natural, que abastecem diretamente a maioria das casas na comunidade, porém para a burguesia e seu Estado isso não significa nada. Empresas como a multinacional Sadia, entre outros frigoríficos, descartam águas contaminadas provenientes da lavagem dos frigoríficos/abatedouros de porcos diretamente em córregos próximos. Sem contar a Concrebal, empresa de usinagem de concreto, que despeja água contaminada e material sólido, como resquícios de isopor, que ficam acumulados no decorrer das barragens.

Outra fonte de poluição veio após a construção da Penitenciária Industrial da Região de Chapecó na Efapi, bairro vizinho à Barra do Rio dos Índios. Os moradores denunciam que as matas e rios afluentes são destinos de descarte do esgoto proveniente da penitenciária, criada em 2013 e com administração no formato de PPP (Parceria Público Privada).

O descaso dos órgãos públicos com os moradores da região não termina aí, outra reivindicação corrente que a prefeitura ignora é a coleta de lixo na região. A população local não tem onde descartar o lixo doméstico, tendo de acumular em casa e levar de carro até uma região central da cidade, onde se faz a coleta. Os que não têm carro precisam contar com a colaboração de algum vizinho.

Os moradores já buscaram inúmeras vezes representantes públicos, de diferentes órgãos, nenhum resolveu ou deu alguma resposta concreta. As denúncias aos órgãos públicos não tiveram efeito. Se faz necessário o fortalecimento das organizações locais de moradores, em torno a um programa de luta pelas necessidades

imediatas da população. Nenhuma ilusão nos governos que já demonstraram não ter nada a oferecer. Unificar as lutas dos bairros e vilas operárias com a luta geral do proletariado contra a burguesia e o Estado burguês. Somente através da independência de classe, com organização e programa próprios, na luta por um governo operário e camponês, que a maioria oprimida alcançará suas reivindicações elementares.



R\$5

Capitalismo e destruição da natureza
Extratos Marx e Engels

Adquira com o distribuidor de Massas:

POR Partido Operário Revolucionário **MASSAS**

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



Balanço do 5º Congresso da CSP-Conlutas

O 5º Congresso Nacional da CSP-Conlutas realizou-se de 7 a 10 de setembro, na zona norte da capital paulista. Deu-se em um contexto de prolongamento da guerra na Ucrânia e de 9 meses do novo governo Lula, que se seguiu ao governo do ultradireitista Bolsonaro, tornando necessária a análise dessas duas questões cruciais, além do debate e votação de resoluções práticas acerca dos problemas enfrentados pelos trabalhadores em todas as partes. O POR elegeu delegados e participou do Congresso com as suas propostas e análises, defendendo uma linha classista e revolucionária, de independência em relação aos governos, além dos princípios da unidade organizativa dos explorados e da defesa da democracia operária.

Trata-se de uma central criada como instrumento de ruptura da CUT, capitaneada pelo PSTU. Formalmente, sua origem data de junho de 2010, quando se realizou o Conclat (Congresso Nacional da Classe Trabalhadora), na cidade de Santos, embora sua origem remonte à 2004, quando surgiu a Coordenação Nacional de Lutas, a Conlutas – o caráter “sindical e popular” foi agregado somente em 2010. É importante retomar essa origem, pois o balanço do 5º Congresso deve, inevitavelmente, contar com uma avaliação da trajetória da linha divisionista trilhada pelo PSTU há quase vinte anos.

A Central foi criada com um discurso de servir de polo aglutinador dos setores descontentes com o reformismo petista. O PSTU traçou um prognóstico de que o governo de Lula passaria por um desgaste e que cabia, então, criar um aparato para reunir essa força social. O que a experiência demonstrou? Para responder, vale estabelecer um parâmetro de comparação em termos numéricos: o Conclat teve a participação de 3.150 delegados, enquanto o 5º Congresso contou com a presença de 949 delegados inscritos. A queda possui um significado político. Fez parte desse percurso uma série de defecções, de correntes, ativistas, movimentos e entidades. O caso recente mais significativo foi o da desfiliação do ANDES-SN (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior), não só por sua relevância, mas pelo aspecto financeiro – era responsável por uma grande fatia das contribuições à Central.

Há vários fatores que concorrem para explicar o fenômeno, mas o principal se encontra no caráter artificial e aventureiro da política de ruptura traçada pelo PSTU. O POR foi contra a ruptura no Congresso de Santos, defendendo que a Conlutas se convertesse numa frente de luta antiburocrática, que atuasse por dentro da CUT, com a linha de defesa de uma única central. Consolidada a divisão, ao contrário de servir de polo aglutinador, como previa o PSTU, o que se passou foi que a direção da CUT (assim como das outras centrais), corrompida até a medula, se viu com as mãos mais livres para seguir ditando a sua política à maioria dos trabalhadores do país que se encontravam e ainda se encontram sob a sua influência.

O mesmo se passou com a ruptura no campo estudantil, com a Conlute e depois ANEL. Esta minguiu até desaparecer, obrigando a juventude do PSTU e correntes que o seguiram a voltarem à UNE, dirigida pela arqui-pelega UJS/PCdoB – tudo sem um balanço rigoroso da experiência.

Era fundamental que o 5º Congresso fizesse esse balanço, mas, ao contrário, manteve o discurso exitista da sua força hegemônica, incapaz de explicar o motivo de a Central minguar. Se houvesse uma tendência de massas para a ruptura com as suas direções, a linha do PSTU se justificaria. Como não foi isso que se passou, acabou prevalecendo o caráter aventureiro e ultraesquerdista, apartado das massas, ditado pelo PSTU, resultando no seu enfraquecimento.

Apesar disso, a Central ainda preserva uma presença operária importante, além de abrigar setores oprimidos dos movimentos sociais. Daí a importância de continuar atuando no interior da CSP-Conlutas. É inegável a relevância desse setor, que se diferencia pelo discurso de independência em relação ao governo burguês de frente ampla de Lula e Alckmin.

Oposição de esquerda ou oposição revolucionária?

Apesar de reunir uma parcela dos explorados que não acata passivamente as ações do governo federal, isso não significa que a linha traçada pela direção da Central corresponda a uma verdadeira posição classista e revolucionária. A resolução aprovada no Congresso indica o caminho da construção de uma “oposição de esquerda” ao governo Lula/Alckmin. Essa consigna está adaptada às disputas no campo da institucionalidade burguesa, e implica métodos voltados às eleições e ao jogo parlamentar. Vale lembrar que o PSTU e praticamente todas as outras correntes que intervêm na CSP defenderam o voto em Lula no primeiro ou segundo turno das últimas eleições.

O POR compareceu ao 5º Congresso com uma linha divergente da ditada pelo PSTU, apontando a necessidade de se aprovar a bandeira de constituição de uma frente de luta por uma oposição revolucionária ao governo burguês de frente ampla, apresentando, inclusive, uma chapa para disputar a direção da central, em unidade com a ART (Aliança Revolucionária dos Trabalhadores), chapa que esteve assentada justamente na linha de oposição revolucionária, o que permitiu usar a tribuna para marcar uma diferenciação e propagandear essa bandeira. Esse foi também o tema da atividade realizada pela frente POR/ART durante o Congresso, que contou com a presença de simpatizantes. Como se vê, a defesa da oposição revolucionária foi um dos pilares da intervenção porista durante o encontro.

CONTINUA →

LANÇAMENTO!

Adquira já com o
distribuidor do Massas
por apenas
R\$ 5,00

**Teses da Corrente
Proletária
Estudantil para
o 5º Congresso
da UNE e outros
textos**



 **POR**  **MASSAS**

LANÇAMENTO!
Adquira já com
o distribuidor do
Massas por apenas
R\$ 5,00

**Balanço das
eleições na
APEOESP (2023)**

A Oposição Unificada Combativa
- Chapa 2 obteve uma importante
vitória política diante da chapa
governista do PT e aliados, inclusive
setores que eram da Oposição e
capitularam à Chapa 1!

 **POR**  **MASSAS**

A guerra na Ucrânia no centro dos debates

O PSTU buscou de muitas maneiras imprimir uma aparência internacionalista ao Congresso. Trouxe diversos representantes de países estrangeiros, com destaque para uma delegação vinda da Ucrânia. Houve um painel específico sobre o tema da guerra, além da questão ter sido levantada em todas as contribuições globais (teses).

O PSTU chegou ao absurdo de cobrar da OTAN que enviasse armas à “resistência ucraniana”; no painel sobre o assunto, o expositor que falou em nome desse partido argumentou que a OTAN estava “praticamente desativada”, responsabilizando Putin por reacender a chama do órgão imperialista, o que claramente é falso. Esses e outros descalabros foram proferidos durante o encontro.

Diversas posições, diferentes entre si, estiveram presentes. Não cabe nesse balanço destrinchar cada posicionamento, mas vale indicar o equívoco da posição majoritária, do PSTU, resumida na fórmula “todo apoio à resistência do povo ucraniano, fora Putin e não à OTAN”. Trata-se de uma formulação aparentemente justa, mas que está assentada em falsos argumentos, concluindo em um alinhamento com o imperialismo. Isso porque coloca toda a ênfase na invasão russa sobre a Ucrânia. O PSTU chegou ao absurdo de cobrar da OTAN que enviasse armas à “resistência ucraniana”; no painel sobre o assunto, o expositor que falou em nome desse partido argumentou que a OTAN estava “praticamente desativada”, responsabilizando Putin por reacender a chama do órgão imperialista, o que claramente é falso. Esses e outros descalabros foram proferidos durante o encontro.

O POR explicou que o motor dessa guerra esteve no cerco e ameaça imperialista sobre a Rússia, ameaça que utilizou a Ucrânia como bucha de canhão. O cerco da OTAN esteve e está determinado pela necessidade mais profunda do capital de avançar sobre o Leste Europeu e destruir antigas conquistas da revolução proletária. Não por acaso, a ofensiva se volta simultaneamente contra a China. A Rússia, por sua vez, ao se ver obrigada a uma ação defensiva, sem poder empregar os meios proletários – trata-se de um Estado burguês restauracionista –, acabou por se lançar sobre a Ucrânia, usando-a como escudo, utilizando os métodos imperialistas, levando a cabo uma ação de opressão nacional. Daí a importância da resolução apresentada pelo POR: pelo fim da guerra de dominação, por uma paz sem anexações e sem os ditames do imperialismo; desmantelamento da OTAN, fim das bases militares dos EUA/imperialismo da Europa e do mundo; fora as tropas russas da Ucrânia, autodeterminação e integralidade territorial da Ucrânia.

Ao inverter a força motriz que levou à guerra, colocando a responsabilidade sobre Putin, o PSTU acaba se embocando com o imperialismo. Não foi fortuito o fato de ter levado ao Congresso uma enorme bandeira ucraniana, azul e amarela, além de ter feito demagogia em cima das vítimas do conflito, defendendo o financiamento e realização de “comboios” ao país conflagrado, tentando dar à sua intervenção um caráter “concreto”, como se fosse esse o caminho para uma política internacionalista. O verdadeiro internacionalismo, de conteúdo proletário, implicava

e implica uma campanha ativa pelo fim da guerra, levantando a necessidade de mobilizar a única força social capaz de dar uma solução independente e progressiva ao conflito, que é a classe operária – russa, ucraniana e de todo o mundo. O verdadeiro internacionalismo se concretiza erguendo a luta contra a burguesia em cada país, trabalhando para superar a crise de direção revolucionária.

O obstáculo número um para enfrentar essa guerra se encontra na ausência do partido mundial da revolução socialista. A III Internacional, que nasceu fruto da Revolução Russa, e se constituiu como uma poderosa ferramenta de luta pela emancipação dos povos em todo o mundo, acabou degenerada e, finalmente, destruída pela ação contrarrevolucionária do estalinismo. A IV Internacional, fundada por Trotsky, não conseguiu se firmar, sendo desmantelada pelo revisionismo após o assassinato de Trotsky e após a Segunda Guerra. A luta pela reconstrução da IV Internacional permanece vigente, colocando-se como única alternativa diante da ameaça de uma nova conflagração mundial, que, tudo indica, será nuclear. A tarefa concreta que se coloca é batalhar, nas condições dadas pelo conflito na Ucrânia, pela reconstrução da Quarta Internacional.

Certamente, essa tarefa não será cumprida, admitindo a intervenção do imperialismo e da OTAN com o envio de armas e recursos financeiros apoiar a Ucrânia contra a invasão russa. A resolução aprovada pelo 5º Congresso da CSP-Conlutas, no entanto, foi justamente a defendida pelos morenistas. Sem dúvida, um prejuízo enorme ao Congresso e à Central.

Outras resoluções e encaminhamentos concretos do 5º Congresso

O Congresso aprovou outros posicionamentos e campanhas, como a defesa do voto na Frente de Esquerda argentina; plebiscito contra as privatizações de Tarcísio de Freitas, em SP; construção da greve do funcionalismo público, por salários, direitos, contra a reforma administrativa e o arcabouço fiscal; luta contra a aprovação do Marco Temporal, entre outras ações. Não é o caso de esmiuçar cada uma dessas medidas, sendo algumas delas justas e corretas – a exemplo do Manifesto em favor da greve do funcionalismo, que contou com a contribuição do POR em sua elaboração – e outras equivocadas – como o voto na FIT argentina. O POR apoiará e participará ativamente de todas as ações que tiverem como objetivo fortalecer as iniciativas no campo da independência de classe dos oprimidos. Continuaremos defendendo, desde as bases, o método da ação direta e o princípio da democracia operária.

A Corrente Proletária/POR atuou desde a eleição de delegados com a sua política, atuando de acordo com a linha de formação das frações revolucionárias no seio dos sindicatos, centrais e movimentos sociais. Montou a sua banca de materiais, distribuiu seu Manifesto, defendeu suas ideias nos grupos de discussão, realizou, junto com a ART, uma reunião sobre a bandeira de oposição revolucionária, montou uma chapa para disputar a direção, enfim, batalhou para que estivesse presente no Congresso a política do proletariado. Cabe agora retornar às bases para fazer o devido balanço. Chamamos os trabalhadores, a juventude oprimida e os explorados em geral a discutir esse balanço conosco, tendo como perspectiva prática a necessidade de pôr em pé o partido da revolução no Brasil.

Curso de Formação Política do POR

A importância de discutir e assimilar a realização dos Congressos sindicais

No dia 17 de setembro, foi realizado o curso mensal de formação política do Partido Operário Revolucionário (POR). Nos últimos meses, o partido tem feito a formação baseada na intervenção prática com as Resoluções apresentadas nos Congressos da UNE, CSP-Conlutas e, agora, CUT.

Tratam-se de Congressos que ocorrem quase ao mesmo tempo não por acaso. Se dão em um momento político de crise econômica mundial, de prolongada guerra na Ucrânia e de retorno de Lula ao poder do Estado. Os Congressos estaduais da CUT (CECUTs) e da UNE serviram tão somente para apoiar o governo burguês de Lula. O da CSP-Conlutas compareceu como de oposição, mas sob a bandeira de oposição de esquerda ao governo Lula/Alckmin. Bandeira essa materializada na aprovação quase unânime, à exceção do POR, à oposição de esquerda. A diferenciação expressa pelo POR estava concretizada na defesa de que a CSP-Conlutas constituísse uma oposição revolucionária ao governo burguês de Lula, em defesa do programa da classe operária, que só pode ser impulsionado por meio dos métodos próprios dos explorados, greves, ocupações, bloqueios etc. A bandeira de oposição revolucionária permitiu colocar às claras o combate pela independência política dos sindicatos, bem como pela democracia operária das assembleias dos trabalhadores.

Os Congressos, de conjunto, estiveram sobre a base da política de conciliação de classes das direções sindicais e estudantis. Os da CUT e UNE mais abertamente pró-governo e o da Conlutas, mais indiretamente, de forma que se ocultou o significado do voto do PSTU e de outras correntes centristas afins em Lula no segundo turno. Não houve um verdadeiro balanço crítico da submissão dos sindicatos à flexibilização capitalista do trabalho (layoff, banco de horas, PDVs), seja o da CUT, seja o da Conlutas. Esses Congressos evidenciaram, assim, as posições do PT e aliados, que estão por sustentar o governo Lula a qualquer custo, e as posições das correntes centristas, sendo o PSTU a de maior peso. Ambas as posições estavam em choque com as do POR, portanto, ficou estabelecido um divisor de águas. A defesa da oposição revolucionária em contraposição a da oposição de esquerda só não ganhou força material devido à condição de construção embrionária do POR.

Cabe ressaltar que o Congresso da CUT não se discute nada. Uma camarilha de burocratas elege os delegados, que têm uma única função de referendar a posição da direção da central. O que diferenciou com o da Conlutas, onde as posições puderam ser expressas no plenário, o que permitiu ao POR defender suas Resoluções. No entanto, a Conlutas não se constituiu como uma central verdadeiramente classista e em choque com a CUT. Acabou sendo uma central, por onde se expressa as posições pequeno-burguesa, próprias de correntes centristas, apesar de contar com a presença de alguns sindicatos operários.

Por fim, essas ricas experiências precisam ser assimiladas pela militância partidária. E o curso de formação tem esse objetivo prático, de onde se evidenciam as formulações marxistas, que estão na base das Resoluções apresentadas pelos delegados do partido.

Além de estudar os documentos do POR ao Congresso da CUT, dedicamos à lembrança dos 50 anos do golpe fascista no Chile. E o papel que a ditadura militar do Brasil e o imperialismo norte-americano tiveram no desfecho do golpe sangrento e na derrota do governo nacionalista de Allende. Aproveitamos esse momento para ressaltar três grandes experiências ocorridas na América Latina: 1) a Revolução Cubana em 1959; 2) A Revolução

de 1952 e a Assembleia Popular de 1971 na Bolívia; 3) o golpe fascista de Pinochet no Chile em 1973. E mostrar a profunda crise de direção revolucionária, agravada com a restauração capitalista na Rússia, a extinção da III Internacional e a dissolução da URSS pela burocracia estalinista. O POR reuniu no livro “Socialismo ou Barbárie” documentos e análises do golpe fascista no Chile, quando completou 40 anos. Agora, nesses 50 anos do golpe, o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) publicou uma declaração, que estamos distribuindo para que possa fazer parte de nossa campanha em defesa do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. A seção do CERQUI da Argentina tomou a iniciativa de publicar um livro nesses 50 anos de golpe no Chile que contém os materiais dos 40 anos e outras publicações mais recentes. Portanto, companheiros, o curso, hoje, dedicamos à memória dos lutadores chilenos que resistiram ao golpe pinochetista.

Após essas breves considerações, o plenário foi dividido em grupos para os estudos das Resoluções da CUT, sendo destacados a conjuntura internacional e nacional e a estratégia da central. Os grupos por mais de uma hora puderam discutir as posições do partido e trazer relatos ocorridos nos Congressos.

Em seguida, os camaradas expuseram as sínteses das discussões. Na questão da situação internacional, destacou-se as posições das correntes sobre a guerra na Ucrânia. No Congresso da CUT, aprovou-se a conduta de Lula e sua defesa da paz, ressaltando o seu voto na ONU. No da Conlutas, reafirmou-se a decisão do PSTU e os sindicatos internacionais aliados de impulsionar os comboios de ajuda humanitária à Ucrânia e a condenação da Rússia por ter invadido o país vizinho. Nos dois casos, o POR apresentou uma resolução oposta. Mostrar que somente a classe operária organizada e em luta poderá pôr fim à guerra de dominação e impor uma paz sem anexação. Concluiu-se que as centrais não estão por fazer uma campanha junto aos

Formação

POLÍTICA



PARTE 1

Como teremos justiça para o assassinato de Bernardete Pacífico e outras lideranças populares?

PARTE 2

50 anos do golpe fascista no Chile

30/09 • 14H • COMUNIDADE QUILOMBO PARATIBE

Av. Jacarandá, 400 - Paratibe | João Pessoa - PB

 pormassas.org
 [massas.por](https://www.instagram.com/massas.por)
 (11) 9 5446-2020

trabalhadores pelo fim da guerra e em defesa de um programa de reivindicações vitais dos explorados.

Em relação à conjuntura nacional, foi exposto o conteúdo da bandeira de oposição revolucionária ao governo burguês de Lula, que implica a luta pela independência política e organizativa dos sindicatos, a aprovação de assembleias democráticas, a formação de comitês de luta nos locais de trabalho e bairros e a constituição de frações revolucionárias para combater a política das burocracias, que comandam os sindicatos. Destacou-se, também, os trabalhadores confundem a direção com o próprio sindicato, o que tem dificultado a filiação das novas gerações operárias e de trabalhadores em geral.

Sobre a estratégia da CUT, houve várias colocações explicando a diferenciação entre a estratégia da burocracia, que é burguesa; e a estratégia do proletariado, que é a de combate ao capitalismo, expressa na revolução proletária. Que essas duas estratégias levam às táticas e métodos opostos, ou seja, de preservação da exploração do trabalho e de sua eliminação. O objetivo do POR nos Congressos estava no combate à estratégia traidora das burocracias e na defesa da estratégia que permite a unidade da classe operária com os demais explorados, em torno às reivindicações e métodos próprios, visando a derrota do sistema de exploração capitalista e edificação de uma sociedade sem classes.

Após essas discussões, foi lido o Plano de Lutas defendido pelo POR nos Congressos.

Para concluir a formação política, um dos militantes expôs o conteúdo do Boletim Nossa Classe, que será distribuído nas fábricas. E outro expôs o do Boletim Universitário, que será distribuído na USP e outras universidades. No final, houve a

explicação sobre a participação do POR na campanha do Plebiscito contra as privatizações da Sabesp, Metrô e CPTM, bem como do Manifesto do partido que também fará parte de nossa intervenção nos comitês e reuniões contra as privatizações. Também foram apresentados dois folhetos impressos, um sobre a Juventude e a Revolução, contendo os extratos de Trotsky, e outro que traz os balanços do Congresso e das eleições da Apeoesp.

Grupo de estudos do

MARXISMO

TERÇA-FEIRA • 19H • VIRTUAL

Tema:

Estudo da Tática Revolucionária

Textos de Marx, Lenin, Trotsky e Lora



Entre em contato através do WhatsApp para receber o texto

Para mais informações, contate-nos através dos canais:

pormassas.org [massas.por](https://www.instagram.com/massas.por) (11) 9 5446-2020

Nesta edição:

- **Declaração do CERQUI:** 50 anos do golpe fascista no Chile
- **Chile:** 50 anos da instalação do governo de ditadura cívico-militar (1973-2023)

Apresentação do livro "O Golpe Fascista e a Inviabilidade da Via Pacífica para o Socialismo"

- **Argentina:** O FMI obriga o governo a continuar com a política de ajuste violento contra as condições de vida da maioria
- **EUA:** A maior onda de greves em 50 anos
- **Trotsky:** o que os socialistas têm a ver com as guerras capitalistas?

Artigos das Seções

Comitê de Enlace

pela Reconstrução

da IV Internacional



O Partido Operário Revolucionário (POR), seguindo a orientação do CERQUI, realizou atividades nos 50 anos do golpe de Pinochet no Chile, para demonstrar que somente o proletariado chileno e mundial pode fazer um balanço dos trágicos acontecimentos de 11 de setembro de 1973.

A seguir publicamos a Declaração do CERQUI, o artigo da seção chilena e a apresentação do livro "Golpe fascista e a inviabilidade da via pacífica ao socialismo", editado pela seção argentina.

PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL



R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DE MASSAS

Declaração do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI)

50 anos do golpe fascista no Chile

Somente o proletariado pode condenar com seu programa o golpe fascista de Pinochet

O presidente chileno, Gabriel Boric, preparou uma grande comemoração para condenar o golpe fascista de 11 de setembro de 1973 e defender a democracia. Essa mesma linha foi seguida pela maioria dos governos latino-americanos. É como se democracia e ditadura fascista não fossem variantes de regime político do sistema capitalista. Mas, o correto é que são expressões distintas da dominação da mesma classe social, a burguesia. Embora não sejam indiferentes para a luta emancipadora do proletariado, tanto a democracia como o fascismo têm como denominador comum a ditadura de classe da minoria exploradora sobre a maioria explorada. Seja sob a democracia, seja sob a ditadura fascista, ambos regimes se assentam na preservação da propriedade privada dos meios de produção e na melhor forma possível de exploração do trabalho. A classe operária e os demais trabalhadores lutam contra o fascismo para acabar com a ditadura de classe dos capitalistas, e não para perpetuar a democracia burguesa. Da mesma forma, lutam contra a democracia para que a burguesia não a substitua pelo fascismo em determinadas condições de profunda crise no seio do poder dos capitalistas, e para derrubar o Estado burguês, acabando com a ditadura de classe dos exploradores, que será suplantada pela ditadura de classe do proletariado e por sua democracia classista.

O fascismo, como está comprovado historicamente, é último recurso do grande capital, reconhecidamente na época de domínio do imperialismo, para preservar a ditadura de classe da burguesia e as relações de propriedade correspondentes. Não por acaso, emergiu nos países de economia avançada, cuja maior expressão se encontra na Alemanha com a experiência nazista. A ditadura fascista destrói fisicamente a vanguarda revolucionária e parte das direções sindicais e populares; fecha os sindicatos; acaba com o sistema partidário que sustenta a democracia; e impõe o terror às massas e aos seus movimentos. Esses são os efeitos do golpe do general Pinochet, que se assemelham aos de Hitler. No entanto, por ocorrer em um país atrasado e semicolonial, a raiz do fascismo chileno se encontra no imperialismo, que rege as relações mundiais por meio do capital financeiro e dos monopólios. As suas raízes sempre estiveram expostas, mas se tornaram ainda mais visíveis com a abertura de parte dos arquivos da CIA. O presidente norte-americano Richard Nixon interveio na crise política que se aprofundou no Chile com a vitória eleitoral da Frente Popular, montada pelo Partido Socialista (PS) e o Partido Comunista (PCCh).

O Brasil foi uma peça fundamental na América Latina para preparar, executar e consolidar a derrubada do presidente social-democrata, Salvador Allende. A ditadura militar do general Goulart pôs o serviço secreto, os militares e os empresários brasileiros à disposição dos generais, empresários e partidos chilenos, que se sentiram fortalecidos pelo amparo do imperialismo norte-americano e pela ditadura brasileira.

Não há como atribuir os horrores das prisões em massa, dos campos de concentração, das torturas, dos assassinatos e do desaparecimento de corpos somente a Pinochet e sua camarilha fascista. Não se trata apenas do golpe mais sangrento e bárbaro ocorrido na América Latina, mas de um golpe de tipo fascista preparado pelos Estados Unidos e impulsionado pelo Brasil. Não se trata apenas de militares obscurantistas, mas da ação da burguesia imperia-

lista, comandada desde Washington, e da burguesia semicolonial chilena, brasileira, argentina e de outros países do continente.

No Chile, devido à fraqueza de sua burguesia nacional e as particularidades de sua tradição democrática, foi possível gerar um movimento impulsionado pelo PS e PCCh no sentido de realizar tarefas democráticas da nação oprimida, como a reforma agrária, o controle dos recursos naturais pelo Estado, a redução das desigualdades sociais etc. A tese de Allende, seguida pelo estalinismo, de que se tratava de obter pela via da democracia mudanças socialistas, procurou convencer os explorados de que a burguesia estava preparada para aceitar a via pacífica, uma vez que o governo de Unidade Popular (UP) se opunha aos métodos e meios da revolução violenta. A via pacífica da “revolução socialista” asseguraria mudanças graduais, sem, portanto, violar as relações capitalistas de produção. O governo de Frente Popular poderia pactuar mudanças com setores da burguesia, de forma que estaria assegurada a grande e pequena propriedade privada. As estatizações se limitariam a alguns setores de segurança nacional, a exemplo das reservas naturais e da indústria extrativista mineira. As nacionalizações seriam constitucionais, e assegurada a indenização aos capitalistas.

No fundo, o governo Allende se assentava no nacionalismo burguês e pequeno-burguês, que como tal recorre ao capitalismo de Estado. A bandeira do socialismo democrático era conveniente para constituir a Frente Popular com o PCCh, obscurecer os olhos da classe operária e atrair a pequena burguesia rural e urbana. Sob esse mar de rosas, as contradições econômicas e sociais se agudizavam. O imperialismo não estava disposto a ceder pacificamente o controle das ricas reservas naturais, os latifundiários reagiam contra a reforma agrária, a Igreja excomungava o suposto marxismo, o movimento social se fortalecia na esperança de que o governo da UP seria capaz de cumprir o seu programa eleitoral e, sobretudo, os cordões industriais ameaçavam a grande propriedade e a situação mundial era de ofensiva da “Guerra Fria” do imperialismo contra a URSS, China e Cuba. Fervilhavam os movimentos anti-coloniais e de libertação nacional. O imperialismo, as burguesias latino-americanas e dentre elas a chilena cercaram o governo da UP. Promoveram uma inédita crise econômica, em meio a qual os Estados Unidos e o Brasil orquestraram a revolta dos caminhoneiros. Com o desabastecimento, aumentaram as forças centrífugas da crise política.

As manifestações contrárias a Allende passaram a se apoiar no sentimento das massas de que não haveria como a UP resolver os problemas. Cresceram as reações dos latifundiários contra os camponeses que não estavam preparados para reagir. Os cordões industriais, controlados por direções da esquerda reformista, foram sendo isolados da maioria oprimida. O imperialismo montou uma grande operação voltada à contrarrevolução. No centro das maquinacões e das arregimentações fascizantes, se ergueu o general Pinochet, que era Comandante e Chefe do Exército do Chile, portanto, um homem de confiança de Allende.

O golpe foi sendo preparado à vista da Unidade Popular. Os partidos da direita e ultradireita, sob a orientação do Partido Democrata Cristão, controlavam o Congresso Nacional, atravancaram



a governabilidade e serviram à conspiração golpista. A classe operária, desarmada de seu partido revolucionário e influenciada pela frente política de colaboração de classe da Frente Popular não teve como transformar os cordões industriais em trincheira para resistir à marcha do golpe fascista. Sem o armamento dos operários e camponeses, os generais fascistas tiveram todas as facilidades para planejar com os EUA a derrubada violenta do governo e liquidar fisicamente a vanguarda, que se achava em sua grande maioria subordinada à utopia das transformações pacíficas e graduais pela via de um governo eleito e da manutenção do parlamento.

A experiência mostra que o movimento golpista se gestou no seio da própria democracia e às vistas da Unidade Popular, que assistiu a sua derrocada, sem recorrer ao levante das massas e ao armamento dos explorados. Pinochet, rodeado de militares, policiais, empresários, partidos francamente contrarrevolucionários, bispos, freiras, advogados, juizes, enfim rodeado das forças que compõem a dominação de classe, e apoiado nos governos Nixon, Kissinger, Médici e toda reação burguesa da América Latina enviou a Força Aérea para bombardear o Palácio de La Moneda em uma operação de guerra, quando sequer havia um movimento armado capaz de resistir e derrotar a contrarrevolução pela via da guerra civil. A corrente mais à esquerda, mas que não deixou de se subordinar, o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), de orientação castro-guevarista, pretendeu recorrer às armas, mas completamente isolado e em situação de desespero pequeno-burguês, que nada podia fazer diante da derrocada passiva do governo, do PS e do PCCh.

Allende preferiu a morte à fuga, assim preservaria a memória de um governo burguês, que fez os explorados acreditarem que era possível levar o Chile ao “socialismo” pela via da democracia burguesa, da manutenção do poder dos grandes proprietários dos meios de produção e da coexistência pacífica com os Estados Unidos, com o imperialismo em geral e com os governos latino-americanos carrascos de seus povos. Os tanques ocuparam as avenidas de Santiago. A polícia passou a prender em massa. O Estádio Nacional estava preparado para se tornar um campo de concentração e os centros de torturas já haviam sido montados clandestinamente. Assim, os fascistas venceriam pelos métodos da guerra e do terror.

O governo Allende se negou a preparar uma reação ao fascismo. E as organizações operárias e populares estavam, antes de tudo, desarmadas ideológica e politicamente pela política de colaboração de classes, pela Frente Popular arquitetada pelo PCCh e PS e por um governo burguês de características tipicamente pequeno-burguesas. A classe operária, os camponeses e camadas da pequena burguesia pagaram caro pelas ilusões do “socialismo pela via democrática e gradual”. Os seus destacamentos de vanguarda foram golpeados de morte e de mutilação política.

A tragédia chilena não deve ser motivo de ocultar a verdade histórica. A Frente Popular e o governo de Unidade Popular

de Allende são responsáveis por uma grande traição. Essa verdade ainda não foi passada a limpo, uma vez que se trata de uma tarefa que somente um partido revolucionário poderá cumprir. Diante do caráter embrionário do Partido Operário Revolucionário (POR), membro do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), esse objetivo se coloca como condição para o próprio desenvolvimento da vanguarda com consciência de classe, que porá em pé o partido marxista-leninista-trotskista.

Nestes 50 anos do golpe fascista, reforça a necessidade de avançar a construção partidária baseada nesta terrível e rica experiência. O programa que se elabora está profundamente marcado pela compreensão histórica da contrarrevolução fascista, que levou, por responsabilidade da Unidade Popular, a uma grande regressão política e ideológica que terá de ser superada. No momento que a vanguarda com consciência de classe der um passo de construção no seio do proletariado, haverá um salto de qualidade na luta de classes pela revolução socialista. O triunfo de um golpe fascista, nas condições de regressão geral das forças revolucionárias, como se passou nas décadas de 1970 a 1990, calou fundo não apenas no Chile, mas também na América Latina. O pinochetismo está ainda por ser superado. O que somente vai ocorrer com a construção do partido do proletariado e com a avanço da luta de classes em direção à revolução social.

Os acontecimentos dos anos de 1970 no Chile têm muita lição a oferecer ao proletariado latino-americano e ao seu destacamento mais avançado. O atual governo chileno, montado em torno do presidente Boric, reflete plenamente o atraso na tarefa de arrancar o pinochetismo da vida nacional. Sete anos após o golpe, em setembro de 1980, Pinochet conseguiu realizar um referendo para que os chilenos aceitassem o prolongamento da ditadura, aprovando uma Constituição à sua imagem e semelhança. Somente em 1988, o referendo alcança uma maioria para interromper a permanência do ditador fascista no poder. Mesmo assim, 44% da população se colocou pela permanência. A eleição presidencial de dezembro de 1989 elegeu Patricio Aylwin do Partido Democrata Cristão, como representação da Concertação de Partidos pela Democracia. O mesmo partido que ajudou Pinochet a dar o golpe passa a ocupar o poder do Estado. Aliado à democracia cristã, o PS de Allende compõe a Concertação. A transição da ditadura para a democracia vinha sendo preparada desde a crise de 1982, quando se formaram a Aliança Democrática e o Movimento Democrático e Popular, e se deram os primeiros sinais de protestos populares. Pinochet saiu o poder em 1990, mas deixou seu legado autoritário. Morreu sem ter recebido qualquer punição. Mesmo no Chile, ainda há arquivos secretos sobre os crimes da ditadura.

Os governos da Concertação – PDC e PS – são os principais responsáveis pela força do pinochetismo que ainda move a ultradireita. A democracia de Allende abrigou o golpe fascista; e a democracia de Aylwin e da Concertação protegeu o legado pinochetista. O esgotamento do ciclo da Concertação, marcado pelos governos de Ricardo Lago e Michelle Bachelet, ambos do PS, deu lugar à eleição do candidato Sebastián Piñera, da direita que vem do pinochetismo. Nota-se que da ditadura fascista, se passou à democracia regida pelos mesmos protagonistas dos anos de 1970, considerando que o PCCh se manteve agarrado à política de colaboração de classes. Em outubro de 2019, Piñera reprimiu violentamente as multitudinárias manifestações populares, deixando um saldo de 30 mortos e centenas de feridos. Sob a democracia restaurada, se escancarava a ditadura de classe da burguesia.

Todo o exitismo de que o Chile se modernizou sob os 17 anos de ditadura pinochetista se desmoronou. Agravaram-se ainda mais as contradições capitalistas de país semicolonial e ressaltaram a polarização entre riqueza concentrada e pobreza disseminada. O governo assassino de Piñera atestou o fracasso do retorno à democracia e ao objetivo de livrar o país do pinochetismo. Em

dezembro de 2021, o candidato Gabriel Boric, foi eleito pela coligação de seu partido Convergência Social com o PCCh, e outras correntes de esquerda. A bandeira de substituir a Constituição pinochetista, que havia sido renovada, foi o principal fracasso do novo governo, cuja aliança com o PCCh garantiu a presença de uma força do passado responsável pela UP. A maioria rejeitou tanto a direita e ultradireita, quanto a centro-esquerda que representam os velhos partidos da burguesia. A esquerda reformista liderada por Boric se mostrou tipicamente pequeno-burguesa. Rapidamente, evidenciou suas debilidades e impotência política. Os sintomas prematuros de esgotamento refletem o processo de desintegração do capitalismo no Chile, como parte da crise mundial.

Boric procurou valer-se dos 50 anos do golpe fascista para ressaltar a democracia burguesa. Mas, foi obrigado a reconhecer a instabilidade de seu governo, que serviu à canalização da revolta popular, para chegar à presidência da República. A Convergência Social e o PCCh são responsáveis por insuflar as ilusões de que as necessidades dos explorados seriam atendidas por um governo de esquerda democrática. E, nesse sentido, serviram ao objetivo da burguesia e do imperialismo de conter a revolta das massas. O político pequeno-burguês, que se projetou desde as lutas estudantis secundaristas, de maio de 2006, sob o governo de Bachelet, discursou na solenidade dos 50 anos dizendo que “a democracia não está garantida, e é dever da democracia estar atenta ao bem-estar da população. Cuidar do meio ambiente, das mulheres. Isso é cuidar da democracia.” O impostor, que foi seguido pelas esquerdas nas eleições, apresentou a Constituinte como o caminho para fortalecer a democracia, deixar para trás a ditadura de Pinochet e iniciar um processo de reduzir as desigualdades sociais e as mais diversas formas de opressão. A Constituinte naufragou e todos os problemas nacionais e sociais continuam sem qualquer sinal de solução. Ao contrário, a tendência é de agravamento da crise chilena.

A burguesia não tem outra via senão descarregar a decomposição do capitalismo sobre a maioria oprimida. O governo Boric não tem como apresentar uma via contrária. Eis por que aproveitou os protestos demagógicos proferidos nos 50 anos da ditadura para reclamar que a “democracia não está garantida”. A direita e ultradireita pinochetistas foram preservadas precisamente pelo compromisso entre os partidos da burguesia de retomar a caricatura de uma nova democracia, ou seja, a democracia da Concertação. O governo de Piñera assassinou e mutilou manifestantes, sem que nada acontecesse aos repressores do povo. E por quê? Porque se passou sob a democracia. Boric venceu o candidato da direita pinochetista, José Antonio Kast, e Piñera deixou a presidência impunemente. Essa é a democracia real. A democracia da burguesia, que funciona como melhor regime político para sua ditadura de classe.

A solenidade em La Moneda - com a presença de inúmeros chefes ou representantes de Estado latino-americanos e de países imperialistas, para condenar a matança, as torturas e todos os horrores praticados pelo golpe fascista de 11 de setembro de 1973 - expõe o cinismo grotesco da política burguesa. Está nas mãos da classe operária e dos demais trabalhadores do Chile acabar com o pinochtismo, acabando com o capitalismo. As experiências com a via pacífica para o socialismo do PS e PCCh são parte da dolorosa aprendizagem dos explorados. Estão na base da luta contra todas as variantes do reformismo, do pacifismo e do democratismo.

O Chile marcha para a revolução proletária. O problema está na inexistência do partido revolucionário, que se encontra em fase embrionária de construção. O futuro da revolução está nas suas mãos e nas da vanguarda ainda dispersa que vem se despertando no Chile. A classe operária latino-americana e de todo o mundo deve combater o fascismo tanto quanto o democratismo burguês de acordo com o programa e as tarefas da revolução proletária.

*Acabar com o capitalismo, para acabar com o fascismo!
Viva a luta dos explorados chilenos por sua libertação da ditadura fascista de Pinochet e da cadeia capitalista que os escraviza!
Construir o Partido Operário Revolucionário no Chile!*

Acabar com o capitalismo, para acabar com o fascismo!

Viva a luta dos explorados chilenos por sua libertação da ditadura fascista de Pinochet e da cadeia capitalista que os escraviza!

Construir o Partido Operário Revolucionário no Chile!

Apresentação do livro “O Golpe Fascista e a Inviabilidade da Via Pacífica para o Socialismo”

O 11 de setembro marca meio século desde o golpe de Estado de Pinochet contra o governo de Salvador Allende no Chile. Um acontecimento com essas características exige elaborar um detalhado balanço da experiência e verificar o seu grau de assimilação.

Muito se escreveu ao longo destas cinco décadas sobre a questão. A experiência chilena constitui, sem dúvida, um dos pontos fundamentais da luta de classes no nosso Continente. Allende foi considerado pelos seus contemporâneos como realizador de uma revolução pacífica triunfante e um processo de mudanças profundas no país transandino: a possibilidade de alcançar o socialismo confiando na própria institucionalidade burguesa, procurou impor-se, inutilmente, como a principal conclusão.

A “via chilena” foi, desde o início, saudada pelos estalinistas. Ali viram a materialização das suas teses sobre a possibilidade da conquista do poder político através de processos eleitorais e por meio de uma grande frente nacional, ou seja, da Unidade Popular. O proletariado não precisaria conquistar a sua independência política, mas sim encontrar setores burgueses afins, eufemismo que se refere essencialmente o disciplinamento diante da tutela burguesa.

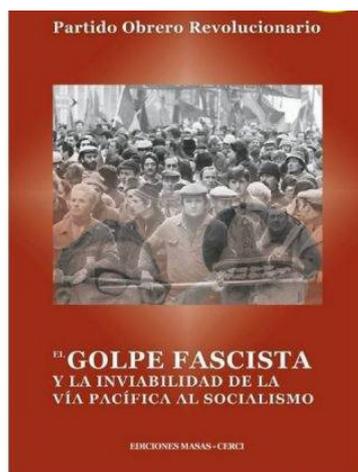
O castrismo também manifestou abundantes simpatias pela nova experiência, que veio ratificar a sua peregrina teoria do abandono do uso da violência. Mas também um variado grupo heterogêneo de personagens e organizações que vislumbravam na

experiência chilena suas mais ingênuas fantasia, que se condensavam no “socialismo com democracia”, grito histórico dos setores contrarrevolucionários, que procuravam opor-se, desse modo, à ditadura do proletariado, ao Estado Operário propriamente dito e seu “autoritarismo”.

Lenta, mas persistentemente, as expectativas para com seu Governo foram desaparecendo entre as massas ao longo dos anos. Os oprimidos não viam a realização das suas reivindicações fundamentais, mas sim a crescente submissão à política burguesa. Passada a neblina do primeiro período de ilusões, começava a ver que a única garantia de conquistá-las era através da luta de classes, dos métodos da ação direta. Colocava-se na situação política uma encruzilhada de fundamental importância.

Como se pode verificar neste livro, os cordões industriais, sem romper completamente com a política de Allende, colocaram-se em um caminho incipiente de independência de classe, que se chocou com a conciliação de classes proposta pela Unidade Popular. Assim, inaugurou-se primeiro uma contenção e depois uma repressão aberta a um dos maiores feitos do movimento operário latino-americano: os cordões industriais chilenos.

O golpe no Chile vinha sendo incubado meses antes do definitivo golpe fascista, desfechado pela cúpula do exército e imposto pelos tanques de junho de 1973. Dessa forma, a ferocidade e a arre-



gimentação da vanguarda do movimento operário, que se lançava à tomada de minas e fábricas, selaria o próprio destino da Frente Popular e aplaniaria o caminho a Pinochet. A partir de 11 de setembro, um regime seria estabelecido para esmagar definitivamente os últimos vestígios da resistência operária e popular. Esta é a primeira parte do estudo que apresentamos.

A “via chilena” à luz dos nossos dias

A calma superficial que

acompanhou a situação política chilena durante mais de 45 anos transformou-se no seu contrário. O “oásis chileno”, saudado com entusiasmo e exemplo a ser seguido por toda a classe dominante continental, foi apagado da noite para o dia, refletindo as mudanças atomizadas e profundas que vinham operando subterraneamente na consciência da população. Assim, a partir da rebelião popular iniciada em Outubro de 2019, a experiência do Governo de Unidade Popular adquiriria novas dimensões.

A pergunta que se fazia obrigatoriamente agora era: qual era o grau real de assimilação da velha experiência da frente popular e das vias pacíficas para o socialismo? Anteriormente, enumeramos os setores que saudaram abertamente o desgraçado ensaio, mas passamos por alto sobre aqueles que, ainda que inconscientemente, tornaram-se seus tributários. A prática tem demonstrado que “o golpe fascista e a inviabilidade da via pacífica para o socialismo” não foram devidamente estudados e incorporados à bagagem dos oprimidos chilenos, mas, fundamentalmente, não foram compreendidos pela maior parte da vanguarda militante do país, nem da América Latina.

Tal como aconteceu com alguns textos da primeira parte, principalmente de Guillermo Lora, a segunda parte foi inteiramente escrita e analisada pelo CERQUI, e, fundamentalmente, por sua seção chilena, no calor dos acontecimentos, com todas as dificuldades que isso representa. Acontece frequentemente que, no calor da luta e nas pressões das delimitações e elaborações vertiginosas do dia a dia, não poucos erros se cometem inevitavelmente.

A rápida transformação da luta contra o aumento das tarifas do metrô em uma luta contra todo um regime político (com a bandeira “não são 30 pesos, são 30 anos”) pegou muita gente de surpresa. Quase desde o primeiro dia do levante, a burguesia ajustou a sua intervenção para canalizar o descontentamento e a radicalização para as vias institucionais da democracia burguesa, utilizando fundamentalmente elementos que despertassem algum tipo de expectativas nas massas. Boric, valendo-se de uma reconhecida experiência de luta, foi usado desde os primeiros dias como dique de contenção.

A anulação do aumento e outras promessas do governo Piñera fracassavam uma após outra, para a crescente radicalização das massas. A rejeição de todas e cada uma delas obrigou a realização de um plebiscito para convocar uma Assembleia Constituinte que, juntamente com a pandemia do coronavírus de março de 2020, conseguiu atenuar leve e circunstancialmente o processo iniciado em outubro de 2019. Esta ousada concessão colocou a velha discussão na ordem do dia, estabelecendo uma nova encruzilhada na situação política.

Grande parte da população viu na Assembleia Constituinte – tal como aconteceu com a Unidade Popular de Allende em 1970 – uma ferramenta eficaz para conseguir mudanças profundas no regime político. Este erro, embora com implicações profundas, era esperado em uma população órfã de direção política e submetida por longas décadas de lutas muito parciais, carregando sobre as costas os mais duros ataques às condições de trabalho e de vida.

Este erro previsível entre os oprimidos provoca uma responsabilidade imperdoável entre aqueles que se autoproclamam revolucionários. Os mais variados grupos políticos – os revisionistas do trotskismo – subordinaram-se ao canto da sereia da burguesia chilena, entrando com armas e bagagens nas vias institucionais, que a classe dominante propunha. Pouco importam as características desta Assembleia Constituinte: se devia submeter-se aos tratados internacionais, ou se era “livre”, “soberana”, “com poder” (ou tantos outras traquinagens do estilo). O fundamental está em que a Assembleia Constituinte era a instituição capaz de desviar a luta de classes para o terreno democratizante. Os revisionistas não passaram no teste da história.

A única exceção é o Partido Operário Revolucionário, seção chilena, como membro do Comitê de Enlace para a Reconstrução da Quarta Internacional, que alertou antecipadamente sobre a manobra. Alertou, mesmo em sua condição embrionária, contra as ilusões constitucionais e chamou a se pôr em guarda diante das tentativas de colaboração de classes. Os documentos aqui colocados são uma expressão fiel da linha correta dos revolucionários chilenos, e apenas uma amostra das dezenas e dezenas de artigos que tiveram de ser deixados de lado sobre o que aconteceu nos últimos 4 anos.

Por isso, está evidente que a mera passagem dos 50 anos não constitui um fato anedótico para os revolucionários. Não se trata da mera publicação de belos textos de tempos passados para arquivo e contemplação. Pelo contrário, trata-se da necessidade de estudo paciente e coletivo, da extração de suas principais conclusões, de suas reivindicações e de um método de elaboração que permita estabelecer um guia de ação prática.

Verificamos que não há outro caminho senão a construção do Partido Mundial da Revolução Socialista (cujo embrião é o CERQUI), para superar a crise de direção política, assimilando as lições dos erros mais trágicos. O material que apresentamos e colocamos à disposição da militância não é apenas um estudo inestimável sobre as origens, causas e consequências do golpe pinochetista de 11 de setembro de 1973, mas também uma prova fundamental da vitória de um método partidário de construção, baseado em sólidos pilares programáticos.

ADQUIRA  **COM NOSSO DISTRIBUIDOR DO MASSAS**

RS\$ 5

POR Partido Operário Revolucionário

4 Programa

LANÇAMENTO!

GUERRA NA UCRÂNIA

Posição e resposta do internacionalismo proletário

R\$ 40

GUERRA NA UCRÂNIA

POSIÇÃO E RESPOSTA DO INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

4

SOMENTE A CLASSE OPERÁRIA, ORGANIZADA, UNIDA E EM LUTA PODE FAZER FRENTE À ESCALADA BÉLICA E À GUERRA DE DOMINAÇÃO IMPERIALISTA.

Adquirir já com o distribuidor do Jornal Massas.

Argentina

O FMI obriga o governo a continuar com a política de ajuste violento contra as condições de vida da maioria

As medidas adotadas pelo governo, após duas semanas de abrupto e generalizado aumento dos preços, são um escárnio. Com o passar dos dias, cresceu entre os trabalhadores a expectativa de que poderiam ser melhores. Agora, o governo tenta consolar os explorados, dizendo que ao menos é algo no bolso ou que, se fosse outro governo, sequer teria atendido a essa necessidade. Era evidente que uma forte desvalorização dispararia os preços. No entanto, o governo cumpriu a ordem do FMI.

Após meses e meses discutindo a possibilidade de conceder um montante fixo generalizado para recuperar parte do poder de compra dos salários, e depois de anunciar que agora seria aplicado, repetiu-se a frustração. Aqueles que reivindicavam um montante fixo alegavam que isso efetivamente elevaria o salário mínimo geral e o de cada acordo, e que representaria um percentual maior para os salários mais baixos.

Será um bônus de \$ 60 mil para trabalhadores formais, privados e estaduais, que será pago em duas parcelas. Será não remuneratório, em uma única vez e será absorvido pelo futuro acordo coletivo. É apenas para trabalhadores que ganham menos de \$ 400 mil por mês.

O impacto da desvalorização salarial ultrapassa em muito os 22% , no entanto o bônus representa apenas 15% para um salário de 200 mil pesos, e menos para salários mais elevados. Não cobre a perda real de poder de compra do último mês, embora digam que a inflação foi de 12% em agosto.

O chamado salário mínimo para o mês de setembro permanece fixado em \$ 118 mil. Não é suficiente nem para uma semana.

O Estado contribuirá com as pequenas e médias empresas (PYMES) e micro PYMES para o pagamento dos bônus. A Confederação Argentina de Médias Empresas (CAME) rejeitou a medida e “lembra que o mecanismo de reajuste salarial do setor privado é o das negociações coletivas e não de uma imposição do Estado sobre as relações de trabalho fora de seu alcance”. A burocracia da CGT sempre se opôs a um aumento geral do montante fixo. Falamos de um valor irrisório para os trabalhadores que não cobrem sequer o custo de vida.

Empresas que não garantem pagar o valor da força de trabalho, ou seja, o mínimo, não têm o direito de existir. Não se pode aceitar que não possam pagar sequer este montante mínimo.

Querem onerar os trabalhadores por toda a miséria capitalista, dizendo que “coloca em risco a tênue situação de mi-

lhares de PYMES, que passam por uma situação de extrema fragilidade, com custos que aumentam permanentemente, com a impossibilidade de importar insumos básicos e com uma recessão que ameaça cada vez mais o consumo”.

Os trabalhadores que não paguem lucros poderão acessar créditos de até \$ 400 mil, que serão usados para pagar dívidas.

O Governo perdoará o componente fiscal das quotas dos monotributistas das categorias mais baixas durante seis meses. Quanto isso representa? Categoria A \$486 mensais, B \$957, C \$1.636 e D \$2.689. Uma verdadeira miséria para 1.829.544 beneficiados.

Oferece empréstimos para monotributistas de até \$ 4 milhões, caso atendam a todos os requisitos. Muitos vão usá-lo para pagar outros empréstimos com taxas de juros mais altas, ou cancelar cartões de crédito, que cobram taxas usuárias, ou simplesmente para comprar itens de primeira necessidade que não poderiam pagar.

O controle de preços de milhares de itens da cesta básica já falhou várias vezes e voltará a falhar. Os preços não cairão ao nível de 13 de agosto e alguns produtos essenciais começarão a faltar. Não há vontade política de controlar as empresas que fazem com os preços o que querem. Informa-se que 425 empresas se comprometem por três meses a reajustar 5% ao mês.

Implementam-se bônus para aposentados, pensionistas, beneficiários do AUH, Cartão Alimentação.

Trata-se de uma esmola dada com relutância, para não irritar demais os empresários e muito menos o FMI. Estamos diante de um governo esgotado, incapaz de conter a inflação e recompor a renda dos oprimidos, que não para de regredir em seu poder de compra.

Os colonizados de sempre que justificam os ajustes do governo nos dizem o tempo todo que não há força, que a correlação de forças não dá. Não podem afirmar que a classe operária tem força para acabar com esse estado de coisas. Basta que use seus métodos históricos de luta, que paralise o país, que pare as fábricas, as minas, os campos de petróleo, os portos, os bancos, para torcer o braço da burguesia e do imperialismo. Não podem dizer que essa força gigantesca da classe operária não é aplicada devido à cumplicidade das traiçoeiras direções sindicais, vendidas aos patrões e ao governo.

(Extraído do Jornal Massas, nº 442, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

Essa nota extraída do Jornal Massas, nº 442, da seção argentina, relata o ascenso grevista nos Estados Unidos. Foi escrita antes da greve dos metalúrgicos de três montadoras Ford, General Motors e Stellantis (Chrysler), envolvendo 12.700 operários. Reivindicam reposição salarial 36%, referentes a quatro anos, entre outras exigências trabalhistas. É um acontecimento que atingiu o governo Biden pelo fato de ser uma greve unitária e que tende a se expandir para outros ramos da produção. Iniciada em 15 de setembro, permanece o impasse das negociações. A classe operária de todo o mundo deve apoiar o movimento grevista na maior potência mundial, que se encontra envolvida na longa crise que se iniciou em 2008. A luta de classes nos Estados Unidos, certamente, é expressão do enorme descontentamento por que passa os explorados do mundo todo. Pela vitória da greve metalúrgica.

Por motivo de espaço, extraímos passagens da nota publicada abaixo. O leitor poderá ler integralmente no site do POR da Argentina (por-cerci.org)

EUA

Estados Unidos: a maior onda de greves em 50 anos, 900 focos de conflito ativos

Roteiristas, atores, trabalhadores metalúrgicos, empregados da companhia postal e o grêmio de caminhoneiros são alguns dos setores que se manifestaram. Julho foi um dos meses com maior atividade sindical em três décadas. A imprensa afirma que o fenômeno se deve, em parte, a que a pandemia atrasou atualizações salariais.

A greve mais conhecida é a dos atores, roteiristas e empregados de Hollywood sindicalizados no SAG-AFTRA, que começou em 14 de julho. 17 mil atores e 11.500 roteiristas reclamam por salário e contra o impacto da Inteligência Artificial na indústria, entre outras exigências.

Recentemente, foi evitada uma medida de força de 340 mil empregados da companhia postal United Parcel Service (UPS), que teria um impacto de dez dias de greve, com o anúncio da aprovação de um novo contrato nacional de 5 anos, acordado pela burocracia que dirige o sindicato Internacional Brotherhood of Teamsters, dizendo que é o mais favorável para os trabalhadores na história. Contém salários abaixo do nível exigido pelos trabalhadores em tempo parcial, congela as contribuições patronais e as pensões e só adiciona 7.500 novos postos de trabalho em tempo completo em cinco anos. O salário inicial anunciado de 21 dólares por hora para os trabalhadores em tempo parcial (dois terços dos trabalhadores) deixa os trabalhadores na pobreza e se anula, em grande medida, pelo fato de que muitos já ganham essa quantia ou mais.

Durante meses, a burocracia lançou uma campanha de estar “prontos para a greve”, para terminar apresentando um contrato favorável à empresa e que já havia sido elaborado de antemão com a patronal, como resultado da pressão das bases e de uma ameaça de greve. Nas negociações, participou a Administração de Biden. A burocracia começou a ameaçar os trabalhadores de que sofreriam dificuldades econômicas se votassem contra o acordo e se declarassem em greve.

Também a Amazon e o Mc'Donalds tiveram este ano ex-

periências similares, ainda que menores. Este ano paralisaram baristas, condutores de transportes dos parques nacionais, vendedores de livros, advogados, trabalhadores de fábricas de locomotivas, produtores de creme, governantas de hotéis e trabalhadores de cervejarias.

Para setembro, se espera uma outra grande greve de cerca de 150 mil metalúrgicos, para a qual já votaram massivamente nos sindicatos locais e nas três grandes empresas automobilísticas da cidade de Detroit (Ford, Stellantis e General Motors), que exigem reajustes de dois dígitos nos seus salários. O governo tenta evitar conflitos antes que o contrato dos trabalhadores da indústria automobilística expire em 14 de setembro, uma vez que o sindicato United Auto Workers (UAW) está profundamente desacreditado e a organização da oposição nas bases cresceu mais do que em outros setores. Eles tiveram anos de declínio nos padrões de vida e horários de trabalho extenuantes, enquanto os empresários obtiveram lucros recordes.

A Universidade de Cornell fez uma análise no início de agosto das greves em curso, e o estudo encontrou um total de 900 focos de conflitos ativos de intensidade variável nos EUA. Segundo a BBC, a tendência cresce desde 2022, e revelou que entre 2021 e 2022 houve um aumento quase em 50% no número de trabalhadores envolvidos em grandes conflitos. Projetaram para 2023 que a atividade sindical se manterá ou crescerá.

Até agosto, foram contabilizadas neste ano 44 grandes mobilizações com milhares de empregados. Bloomberg Law informa que 323 mil empregados participaram em conflitos em 2023 (o número mais alto desde 2000, à exceção da grande onda de greves docentes entre 2018 e 2019).

Além do atraso salarial deixado pela pandemia, os EUA suportam uma inflação que chegou a 9% em 2022 – a mais alta em décadas –, que em junho de 2023 baixou para 3% anual. Os salários mais altos superaram a inflação e alcançaram uma média de 33,58 dólares por hora, um aumento anual de 4,4%.

Os norte-americanos a favor da sindicalização

Segundo Gallup, em 2022, 71% dos estadunidenses aprovavam os sindicatos, uma cifra que não se via desde 1965. O apoio à sindicalização cresceu de maneira constante desde a denominada Grande Recessão (crise de 2008) e teve um salto durante a pandemia de Covid-19. O Washington Post realizou uma pesquisa entre seus trabalhadores não sindicalizados, e a metade se manifestou a favor de se constituísse um sindicato.

A luta de roteiristas e atores

(...)

Trabalhadores do New York Times iniciam uma greve massiva pela primeira vez em 40 anos. Reivindicam um aumento salarial de 5%. Mais de mil periodistas e empregados do histórico diário levaram a cabo uma paralisação de tarefas por 24 horas. Denunciam que a empresa demorou por dois anos a atualizar as remunerações.

(...)

Outro ponto do conflito é o valor do salário mínimo, que atualmente alcança os 45.000 dólares por ano. O sindicato pediu que a soma aumente para pelo menos 65.000 dólares.

A patronal anunciou que não os pagaria durante a greve e pediu aos trabalhadores para que trabalhem horas extras para compensar as horas durante a paralisação. É muito importante o crescimento da atividade sindical nos EUA, que está obri-



gando o governo a recorrer à burocracia sindical para frear as lutas, para impor acordos que contrariam as reivindicações dos trabalhadores, para impedir ou limitar as greves, tentando disciplinar os trabalhadores, como fizeram ano passado para impedir a greve ferroviária, enquanto se prepara para uma guerra militar em maior escala.

O levante dos trabalhadores norte-americanos é de fundamental importância para frear e derrotar o militarismo de seu governo. É de grande importância a luta pela independência política da classe operária, recuperando os sindicatos, arrancando-os da intervenção do governo e dos patrões, e sobretudo construindo o partido revolucionário, que expresse a luta pelo poder para a classe operária, pela revolução social.

O POR iniciou no jornal Massas 690 a publicação do folheto “A Guerra e a Internacional”, redigido por Trotsky, em outubro de 1914. Consta nesse número do Massas o prefácio do autor. A partir do jornal Massas 693, iniciamos a publicação dos capítulos. Agora, publicamos o VI capítulo “O que os socialistas têm a ver com as guerras capitalistas?”

O objetivo de apresentar documentos históricos dessa natureza corresponde à crise mundial do capitalismo e à guerra na Ucrânia. O Partido Operário Revolucionário tem feito o máximo esforço por expressar e fundamentar a campanha internacionalista do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) pelo fim da guerra, que somente será resolvida por meio da luta do proletariado europeu e mundial. As posições do CERQUI têm exigido a fundamentação marxista do caráter da guerra e da questão da autodeterminação das nações oprimidas. As formulações programáticas de Lênin e Trotsky são a fonte que recorreremos por sua justeza teórica e pela comprovação prática da revolução proletária de 1917 na Rússia.

O que os socialistas têm a ver com as guerras capitalistas? (Capítulo 6)



imprensa social-democrata os mesmos sentimentos que, de outra forma, são despertados pela conquista de um novo distrito eleitoral ou uma vitória em uma disputa salarial.

A social-democracia alemã, dirão, não faz nenhum esforço pela vitória. Nossa resposta deve ser que não é verdade. O que a social-democracia alemã quer é dito na sua imprensa. Com duas ou três exceções, os jornais socialistas assinalam diariamente aos trabalhadores alemães que uma vitória alemã é a sua vitória. A captura de Maubeuge, o afundamento de três navios de guerra ingleses ou a queda de Antuérpia despertaram na

Não devemos perder de vista o fato de que a imprensa trabalhista alemã, a imprensa do Partido, bem como os jornais sindicais, é agora um poderoso mecanismo que substituiu a educação da vontade popular para a luta de classes pela educação da vontade popular para as vitórias militares. Não nos referimos a alguns panfletos chauvinistas insignificantes, mas, à esmagadora maioria das publicações social-democratas. O sinal para essa atitude parece ter sido dado pelo voto da fração em 4 de agosto. Entretanto, os deputados não estavam pensando numa vitória alemã. Consideravam que sua tarefa era somente evitar o perigo que ameaçava, do exterior, a defesa da pátria.

E aqui voltamos à questão das guerras de defesa e às guerras de agressão. A imprensa alemã, incluindo os órgãos social-democratas, não cessa de repetir que é a Alemanha, entre todos os países, que se encontra na defensiva nesta Guerra. Já discutimos a norma para determinar a diferença entre uma guerra de agressão e uma guerra de defesa. Essas normas são numerosas e contraditórias. É evidente que, no presente caso, as ações militares da Alemanha não podem ser interpretadas como defensivas e não pode ter o significado que a socialdemocracia lhe dá. Do ponto de vista histórico, o jovem imperialismo alemão é, como já sabemos, absolutamente agressivo. Impulsionado paralelamente pelo febril desenvolvimento da indústria armamentista, o imperialismo alemão perturba o antigo equilíbrio de poder entre os Estados e desempenha o papel de primeiro violino na corrida armamentista.

E do ponto de vista da política mundial, o momento atual parece ser o mais favorável para a Alemanha desferir um golpe esmagador em seus rivais. O que, no entanto, não diminui nem um pouco a culpa dos inimigos da Alemanha. O desenvolvimento diplomático dos acontecimentos não deixa dúvidas quanto ao papel predominante que a Alemanha desempenhou na ação provocadora da Áustria na Sérvia. O fato da diplomacia czarista ter sido, como sempre, ainda mais desafortunada não altera o caso.¹ Do ponto de vista da estratégia, toda a campanha alemã foi baseada em uma resoluta ofensiva. Seu primeiro esforço foi a de violentar a neutralidade belga. Se a tudo isto se chama de defesa, então, o que é a ofensiva?

Mas ainda que suponhamos que os acontecimentos admitem outras interpretações, apesar de que as duas primeiras páginas do Livro Branco têm um significado muito claro, o partido revolucionário da classe operária não tem outra norma para determinar sua política mais do que os documentos apresentados por um governo que tem o maior interesse em enganá-lo?

“Bismarck enganou o mundo inteiro”, disse Bebel, e soube fazer as pessoas acreditarem que foi Napoleão quem provocou a guerra, enquanto ele próprio, o amante da paz, viu a si mesmo e sua política na posição de ser atacado. Os eventos anteriores à guerra foram tão enganosos que surpreenderam a França sem nenhuma preparação, enquanto que na Alemanha, que parecia ser a atacada, os preparativos para a guerra foram concluídos até o ponto que não faltava nem o mínimo detalhe, e a mobilização ocorreu com a precisão de um relógio”. (Aus meinem. Leben, Bd. H, pp. 167–168).

Depois de tal precedente histórico, podia-se esperar uma cautela mais crítica da social-democracia. É verdade que Bebel mais de uma vez repetiu sua afirmação de que, em caso de ataque à Alemanha, a social-democracia defenderia sua pátria. No Congresso de Essen², Kautsky respondeu-lhe:

“Na minha opinião, não podemos prometer positivamente compartilhar o entusiasmo bélico do governo toda vez que estivermos convencidos de que o país está ameaçado de ataque. Bebel pensa que estamos muito mais avançados do que em 1870, e que, agora, somos capazes de decidir em todos os casos se a guerra que ameaça é realmente de agressão ou não. Eu não gostaria de assumir essa responsabilidade. Não gostaria de me comprometer a garantir que possamos tomar uma decisão correta em todas as instâncias, que sempre saberemos se um governo está nos enganando ou se não está realmente representando os interesses da nação contra uma guerra de agressão ... Ontem, foi o governo alemão que tomou a iniciativa, amanhã será o governo francês, e não

sabemos se, depois de amanhã, não será o governo inglês. A cada governo lhe chega a vez. De fato, no caso da guerra trata-se de problemas internacionais e não nacionais. Pois uma guerra entre grandes potências se tornará uma guerra mundial e afetará toda a Europa, não apenas dois países. Alguma vez o governo alemão poderia fazer o proletariado alemão acreditar que estava sendo atacado; o governo francês poderia fazer o mesmo com seus cidadãos, e então teríamos uma guerra na qual os operários franceses e alemães sigam seus respectivos governos com igual entusiasmo, assassinando-se mutuamente. Há que evitar esta possibilidade e se pode evitar se não adotarmos o critério da guerra agressiva ou defensiva, mas o critério dos interesses do proletariado, que, ao mesmo tempo, são interesses internacionais... Afortunadamente, é um equívoco supor que a socialdemocracia alemã em caso de guerra se guiará por considerações nacionais e não por interesses internacionais, e que antes que ser um partido proletário, se considerará um partido alemão”.

Com esplêndida clareza, Kautsky revela neste discurso os terribes perigos – agora uma realidade – que estão latentes no esforço de tornar a posição da social-democracia dependente de uma avaliação formal indefinida e contraditória sobre se uma guerra é uma guerra de defesa ou de agressão. Bebel, em sua resposta, não tentou definir estas concepções; seu ponto de vista continuou sendo inexplicável, especialmente depois de suas experiências no ano de 1870.

No entanto, apesar de sua inadequação teórica, a posição de Bebel tinha um significado político bastante definido. As tendências imperialistas geradas pelo perigo da guerra excluem a possibilidade de a social-democracia prosperar com a vitória de qualquer uma das partes em guerra. Por isso mesmo, toda a sua atenção estava voltada para a prevenção da guerra. O problema primordial era o seguinte: provocar o medo no governo acerca dos resultados de uma guerra. “A social-democracia”, disse Bebel, “se oporá a qualquer governo que tome a iniciativa na guerra”. Esta era uma ameaça ao governo de Guilherme II. “Não conte conosco, se algum dia decidir utilizar seu canhão e seus navios de guerra”. Então ele se voltou para Petrogrado e Londres: “É melhor eles tomarem cuidado para não atacar a Alemanha, em um erro de cálculo de fraqueza de dentro, por conta da política obstrucionista da poderosa social-democracia alemã”. Sem ser uma doutrina política, a concepção de Bebel era uma ameaça dirigida simultaneamente a duas frentes, a frente interna e a frente externa. Sua obstinada resposta a todas as objeções históricas e lógicas foi: “Encontraremos o caminho para desmascarar qualquer governo que dê o primeiro passo em direção à guerra. Somos inteligentes o suficiente para isso”.

Esta atitude ameaçadora não só da social-democracia alemã, mas também da Internacional teve seus resultados. Os vários governos realmente fizeram todos os esforços para adiar a eclosão da guerra. Mas isso não é tudo. Os governantes e os diplomatas estavam agora duplamente atentos para adaptar seus movimentos à psicologia pacifista das massas. Eles sussurravam no ouvido dos líderes socialistas, farejavam no escritório da Internacional e assim criaram um sentimento que tornou possível que Jaurès e Haase declarassem em Bruxelas, que seus governos particulares não tinham outro objetivo que não fosse a preservação da paz.³ E quando as tempestades começaram, a social-democracia de todos os países procurou o culpado ... mas, do outro lado da fronteira. As ameaças de Bebel perderam todo o seu peso no instante em que os primeiros tiros foram disparados. Aconteceu aquela coisa terrível que Kautsky havia profetizado.

1 “A diplomacia russa somente tem interesse naquelas guerras – escrevia Engels em 1890 – que obriguem seus aliados a carregarem com o peso principal de mobilizar exércitos e sofrer invasões, deixando às tropas russas somente o trabalho de reservas. O czarismo só faz a guerra por sua própria conta contra nações débeis como a Suécia, Turquia e Pérsia”. Áustria-Hungria deve ser colocada agora no mesmo patamar que Turquia e Pérsia. [Nota de L. T.].

2 O Congresso de Essen dos sociais-democratas alemães ocorreu em 1907.

3 Em 29 de julho de 1914, após uma reunião do Bureau Socialista Internacional em Bruxelas, uma reunião pública com grande participação foi dirigida por Jaurès, o reconhecido líder dos socialistas franceses, e Haase, presidente da social-democracia alemã e chefe de sua fração no Reichstag. Jaurès colocou o braço em volta de Haase de forma demonstrativa, sob aplausos do público.

O que à primeira vista pareceu o mais surpreendente em tudo isso é que a social-democracia não sentiu realmente a necessidade de um critério político. Na catástrofe que ocorreu à Internacional, os argumentos têm se destacado por sua superficialidade. Eles se contradiziam, mudavam de terreno e eram apenas de importância secundária, uma vez que o fundamental era que a pátria devia ser defendida. E defendida não porque o nosso governo “queira a paz” e foi “perfidamente atacado”, como diziam os mercenários do jornalismo em cada país, mas porque, independentemente das condições ou das formas como foi provocado, além de quem estava certo e quem estava errado, a guerra, uma vez que começa, sujeita todos os beligerantes ao perigo de invasão e conquista. As considerações teóricas, políticas, diplomáticas e militares se desmoronam como em um terremoto, um incêndio ou uma inundação. O governo com seu exército é elevado à posição de único poder que pode proteger e salvar seu povo. As massas retornam a uma condição pré-política. Esse sentimento das massas, esse reflexo elementar da catástrofe, não precisa ser criticado na medida em que é apenas um sentimento temporário. Mas, é uma questão bem diferente no caso da atitude da social-democracia, o representante político responsável das massas. As organizações políticas da classe burguesa e especialmente o poder do próprio governo não se deixou levar pela correnteza. Eles imediatamente começaram a trabalhar intensamente e de maneiras muito vantajosas para aumentar esse sentimento apolítico e unir as massas em torno do exército e do governo. A social-democracia não só não se tornou igualmente ativa na direção oposta, mas desde o primeiro momento se rendeu à política do governo e ao sentimento elementar das massas. Ao invés de subministrar as armas da crítica e da desconfiança, ainda que apenas da forma passiva, estimularam esta condição pré-política. Renunciou às tradições e aos compromissos políticos que mantiveram por cinquenta anos com uma facilidade surpreendente. Esta atitude podia inspirar qualquer coisa menos o respeito por parte da classe dominante.

Bethmann-Hollweg⁴ anunciou que o governo alemão estava em absoluto acordo com o povo alemão e, após a declaração dos Vorwärts, em vista da posição assumida pela social-democracia, ele tem todo o direito de dizê-lo. Tinha direito a dizê-lo, mas, também tinha razão noutro ponto. Se as condições não o tivessem induzido a adiar a polêmica para um momento mais favorável, ele poderia ter dito na sessão do Reichstag de 4 de agosto, dirigindo-se aos representantes do proletariado socialista: “Hoje vocês concordam conosco e querem defender a nossa pátria... Mas o perigo da guerra não chegou de um dia para outro. Foi crescendo lentamente e vocês sabiam da existência e das tendências do czarismo, e que ademais tínhamos outros inimigos. Então, com que direito vocês votaram contra os créditos militares? Foi por estupidez, cegueira ou traição? E, se por culpa de vocês não tivéssemos conseguido alistar nosso exército, agora estaríamos indefesos diante da ameaça russa, o que finalmente conseguiu tornar vocês razoáveis. Nenhuma dotação concedida agora poderia nos permitir compensar o que teríamos perdido. Estaríamos agora sem armas, sem canhões, sem fortificações. Sua votação hoje a favor do crédito de guerra de cinco bilhões é uma admissão de que sua recusa anual do orçamento foi apenas uma demonstração vazia e, pior do que isso, foi demagogia política. Pois diante do primeiro acontecimento histórico importante, renegam inteiramente do seu passado”.

Isso é o que o chanceler alemão poderia ter dito, e desta vez seu discurso teria sido convincente.

E o que Haase poderia ter respondido?

“Nunca defendemos o desarmamento da Alemanha diante dos perigos externos. Esse tipo de pacifismo sempre nos foi alheio. Enquanto as contradições internacionais criarem o perigo da guerra, queremos que a Alemanha esteja segura contra a invasão estrangeira e a servidão. O que queremos é uma organização militar que

não seja um auxiliar da exploração de classe e um instrumento para aventuras imperialistas no exterior – do jeito que é uma organização treinada artificialmente – senão uma ferramenta que seja invencível na defesa nacional. Queremos uma milícia. Não podemos confiar a vocês o trabalho de defesa nacional. Vocês fizeram do exército uma escola de treinamento reacionário. Vocês treinaram seu corpo de oficiais no ódio à classe mais importante da sociedade moderna, o proletariado. Vocês são capazes de arriscar milhões de vidas, não pelos reais interesses do povo, mas pelos interesses egoístas da minoria dominante, que vocês vestem com os nomes dos ideais nacionais e do prestígio do Estado. Nós não confiamos em vocês, e é por isso que declaramos ano após ano: Nem um único homem, nem um único centavo para este governo de classe!”.

“Mas, e os cinco bilhões!” poderiam questionar vozes da direita e da esquerda.

“Infelizmente, agora não temos escolha. Não temos exército, exceto aquele criado pelos atuais senhores da Alemanha, e o inimigo está do lado de fora de nossos portões. Não podemos substituir de imediato o exército de Guilherme II por uma milícia popular, e, uma vez assim, não podemos recusar alimentos, roupas e materiais de guerra ao exército que nos defende, seja qual for a sua constituição. Não repudiamos o nosso passado, nem renunciamos ao nosso futuro. Somos forçados a votar pelos créditos de guerra”.

Isso teria sido a coisa mais convincente que Haase poderia ter dito.

Estas considerações não podem explicar por que os operários socialistas como cidadãos não obstruíram a organização militar, mas simplesmente cumpriram o dever de cidadania imposto a eles pelas circunstâncias, ainda deveríamos esperar em vão por uma resposta à questão principal: por que a social-democracia, como organização política de uma classe que não faz parte do governo, como inimiga implacável da sociedade burguesa, como partido republicano, como seção da Internacional, por que assumiu a responsabilidade por atos praticados por seus irreconciliáveis inimigos de classe?

Se é impossível para nós substituímos imediatamente o exército Hohenzollern por uma milícia, isso não significa que devemos agora assumir a responsabilidade pelos atos desse exército. E, se em tempos de paz fazemos a guerra contra a monarquia, a burguesia e o militarismo, mas na guerra, com todo o peso de nossa autoridade, colocamos as massas por detrás dos seus inimigos, então cometemos o maior crime contra o nosso futuro, quando colocamos essa autoridade à disposição da monarquia, da burguesia e do militarismo no momento em que estes desatam a barbárie da guerra com os métodos mais terríveis e desumanos.

Nenhuma nação e nenhum Estado podem renunciar a sua autodefesa. Mas quando recusamos a nossa confiança à burguesia, de forma alguma lhes roubamos as suas armas ou os seus meios de defesa e mesmo de ataque, enquanto não formos suficientemente fortes para arrancar-lhe o poder das mãos. Tanto na guerra como na paz, somos um partido de oposição, não um partido de poder. Dessa forma, podemos também servir com toda a certeza àquela parte de nossa tarefa que a guerra delinea de forma tão precisa, o trabalho da independência nacional. A social-democracia não pode fazer depender o destino de uma nação dos êxitos militares. Ao jogar sobre o Estado capitalista a responsabilidade pelo método pelo qual ele protege sua independência, isto é, a violação da independência de outros Estados, a social-democracia lança a pedra angular da verdadeira independência nacional na consciência das massas de todas as nações. Preservando e desenvolvendo a solidariedade internacional dos trabalhadores, asseguramos a independência da nação e não a fazemos depender do calibre dos canhões.

4 Theobald von Bethmann-Hollweg, (1856–1921): Chanceler do Império Alemão 1909–1917. Sucedeu a von Bülow.

Se o czarismo é um perigo para a independência da Alemanha, o único caminho que conduz a evitá-lo e que depende de nós é a solidariedade das massas trabalhadoras da Alemanha e da Rússia. Mas, tal solidariedade minaria a política de Guilherme II que disse que todo o povo alemão estava atrás dele. O que devemos nós, socialistas russos, dizer aos trabalhadores russos diante do fato de que as balas que os trabalhadores alemães estão disparando contra eles trazem o selo político e moral da social-democracia alemã? “Não podemos fazer nossa política para a Rússia, fazemos para a Alemanha”, foi a resposta que me deu um dos mais respeitados funcionários do partido alemão quando lhe fiz esta pergunta.⁵ E naquele momento senti com clareza particularmente dolorosa que o golpe havia sido desferido na Internacional por dentro.

Está claro que a situação não melhora se os partidos socialistas de ambos os países em guerra jogarem seu destino com o destino de seus governos, como na Alemanha e na França. Nem a intervenção de uma potência estrangeira, nem os confiscos, nem as detenções, nem os pogroms e nem os encarceramentos poderiam ter desferido um golpe tão grande na Internacional quanto ela se infringiu com suas próprias mãos ao se render ao Moloch do Estado, justamente quando este começou a falar o idioma do sangue e do fogo.

Em seu discurso no Congresso de Essen, Kautsky desenhou uma imagem terrível de irmão se levantando contra irmão em nome de uma “guerra de defesa” como um argumento, de forma alguma como uma possibilidade real. Agora que esta imagem se tornou uma realidade sangrenta, Kautsky procura reconciliar-nos com ele, não enxerga que a internacional tenha cometido nenhum desastre.

“A diferença entre os socialistas alemães e franceses não há que buscá-la em seus princípios, nem na base de seus pontos de vista, mas, simplesmente na diferença de sua interpretação da situação atual, que, por sua vez, está condicionada pela diferença de sua posição geográfica (!). Portanto, essa diferença dificilmente pode ser superada enquanto durar a Guerra. No entanto, não é uma diferença de princípio, mas decorrente de uma situação particular e, portanto, não precisa durar depois que essa situação deixou de existir”. (Neue Zeit, 1915, Jg. 33, Bd., p. 73).

Quando Guesde⁶ e Sembat⁷ aparecem como auxiliares de Poincaré, Delcassé⁸ e Briand⁹, e como adversários de Bethmann-Hollweg; quando os trabalhadores franceses e alemães se degolam mutuamente e não o fazem como cidadãos forçados da república burguesa e da monarquia Hohenzollern, mas como socialistas “cumprindo seu dever”, sob a liderança espiritual de seus partidos, isso não é o colapso da Internacional. O “padrão de julgamento” é o mesmo para o socialista alemão cortando a garganta de um francês e para o socialista francês cortando a garganta de um alemão. Quando Ludwig Frank pega sua arma, não para proclamar a “diferença de princípio” aos socialistas franceses, mas para atirar neles em plena comunhão com seus princípios. E quando o próprio Ludwig Frank foi abatido por uma bala francesa, disparada possivelmente por um camarada, não foi em detrimento dos famosos “princípios” comuns, mas, uma consequência da “diferença de posição geográfica”.

Realmente, é muito amargo ler tais linhas, mas duplamente amargo quando vem da pena de Kautsky!

A Internacional se opunha à guerra.

5 O velho Molkenbuhr, com quem me encontrei no início da guerra em Zurique. [Nota de L.T.].

6 Jules Basile Guesde, (1845–1922): Participou da Comuna de Paris. Inicialmente membro da esquerda do socialismo francês, onde combatu o reformismo e o ministerialismo. Com a Primeira Guerra Mundial se converteu no partidário da “União Sagrada” com a burguesia. Ministro sem pasta de agosto de 1914 a outubro de 1915.

7 Marcel Sembat (1862–1922): Socialista francês. Deputado desde 1893. Chauvinista durante a Primeira Guerra. Formou parte do Gabinete de Defesa Nacional como Ministro de Obras Públicas entre agosto de 1914 e setembro de 1917.

8 Théophile Delcassé (1852–1923): Ministro francês de Relações Exteriores em 1898–1905, 1914–16. Promoveu a entente cordiale com os britânicos.

9 Aristide Briand, (1862–1932): Primeiro foi membro da ala esquerda do socialismo francês e lutou contra Millerand e seu “ministerialismo”, porém mais tarde se tornou Ministro de Educação, entre 1906 e 1909. Expulso do Partido, fundou o Partido Socialista Republicano junto com Millerand (1911). Foi Primeiro Ministro várias vezes, especialmente de outubro de 1915 a março de 1917. Delegado francês à Liga das Nações.

“Se, apesar dos esforços da social-democracia, houver guerra”, diz Kautsky, “então cada nação deve salvar sua pele, o melhor que puder. Isso significa para a social-democracia de todos os países o mesmo direito e o mesmo dever de participar da defesa de seu país, e nenhum deles pode fazer disso motivo para lançar censuras (!) uns aos outros”. (Die Neue Zeit, Jg. 33 p. 7).

Aqui está definido o “critério geral”: salvar a própria pele, quebrar o crânio um do outro em legítima defesa e não “reprender” um ao outro por fazê-lo.

Mas, a questão será resolvida chegando-se a um acordo sobre “os princípios”? Ou melhor, se resolverá apelando a este novo critério que propõe Kautsky? Bethmann-Hollweg, Sazonov, Gray e Delcassé também encontram acordo em seus pontos de vista. Tampouco há qualquer diferença de princípio entre eles. Eles, menos do que todos, têm o direito de lançar censuras uns aos outros. Sua conduta simplesmente brota de “uma diferença em sua posição geográfica”. Se Bethmann-Hollweg fosse um ministro inglês, teria agido exatamente como sir Edward Grey. Seus princípios são iguais que seus canhões, que diferem apenas em seu calibre. Mas a questão para nós é: podemos nós adotar os “princípios” deles?

“É um equívoco supor que a social-democracia alemã, em caso de guerra, se guiará por considerações nacionais e não por interesses internacionais, e que, antes que um partido proletário, se sentirá um partido alemão”.

Isto disse Kautsky em Essen. E agora que as considerações nacionais substituíram às internacionais, Kautsky não só admite este erro e concorda com ele, mas até tenta encontrar nele uma nova base comum de “princípios” e o fundamento para a refundação da Internacional.

“Em cada país, a classe operária deve lutar com toda a sua energia para manter intacta a independência e a integridade do território nacional. Isso é essencial para a democracia, que, por sua vez, é a base indispensável para a vitória final do proletariado”. (Die Neue Zeit, Jg. 33, p. 74).

E o que ocorre com a socialdemocracia austríaca? Ela também deve dedicar toda a sua energia à preservação da monarquia austro-húngara que é, ao mesmo tempo, “não nacional” e antinacional? E a social-democracia alemã? De pleno acordo com seu exército, não só ajuda a preservar o caos nacional austríaco, mas também facilita a destruição da unidade nacional da Alemanha, que está ameaçada não apenas pela derrota, mas também pela vitória. Do ponto de vista do proletariado europeu, é igualmente prejudicial que os alemães anexem uma província francesa ou que os franceses anexem uma província alemã. A manutenção do statu quo não é nosso programa. O mapa político da Europa foi traçado à ponta de baionetas. Suas fronteiras passam por cima dos corpos das nações. Quando despedaçou a Internacional, a social-democracia destruiu o único poder que era capaz de estabelecer um programa de independência nacional e de democracia contra a atividade das baionetas, e que podia realizar este programa, em maior ou menor grau, independentemente de que bando triunfasse. A velha experiência se confirma mais uma vez: quando a social-democracia coloca os deveres nacionais acima dos deveres de classe, comete o maior dos crimes não apenas contra o socialismo, mas também contra o interesse da nação, bem entendido, num sentido amplo.